Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia

Relatório de Pesquisa

Relatório Territorial do Marajó

Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia

Relatório de Pesquisa

ipea

Relatório Territorial do Marajó

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
André Bojikian Calixtre

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Brand Arenari

Chefe de Gabinete
José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro Nelson Barbosa

Secretaria do Patrimônio da União
Secretária Cassandra Maroni Nunes

Coordenador-Geral da Amazônia Legal
Fernando Campagnoli

Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia

Relatório de Pesquisa

ipea

Relatório Territorial do Marajó

Rio de Janeiro, 2015

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

FICHA TÉCNICA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
Coordenação de Desenvolvimento Rural

Este relatório trata da análise dos dados obtidos mediante pesquisa de campo realizada no arquipélago do Marajó, estado do Pará. A pesquisa visou avaliar a implementação do Projeto Nossa Várzea de regularização fundiária de comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia Legal. O estudo faz parte do Projeto Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia, realizado mediante Termo de Cooperação nº 04/2012, celebrado entre o Ipea e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Coordenador-Geral da Amazônia Legal
Fernando Campagnoli

Coordenação geral
Brancolina Ferreira – Coder/Disoc/Ipea
Erivelton Pires Guedes – Astec/Ipea
Fábio Alves – Coder/Disoc/Ipea
Fernando Campagnoli – SPU/MPOG

Coordenação da pesquisa
Fábio Alves – Coder/Disoc/Ipea

Equipe de pesquisa e redação
Amanda Cristina Oliveira Gonçalves
Andrei Cornetta
Fábio Alves
Joana Carolina Silva Rocha
Leonard Jeferson Grala Barbosa
Marina Almeida Mesquita Oliveira

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO 7
1 INTRODUÇÃO 9
2 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS A RESPEITO DA DOMINIALIDADE DA ILHA DO MARAJÓ 12
3 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL MARAJOARA 16
4 BREVES 19
5 GURUPÁ 40
6 AFUÁ 57
7 PONTA DE PEDRAS 75
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 88
REFERÊNCIAS 93
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 96
ANEXO A 98
ANEXO B 99
ANEXO C 100
ANEXO D 101
ANEXO E 102
ANEXO F 103
ANEXO G – AFUÁ: CARTA DE RIBEIRINHA 104
ANEXO H – AFUÁ: CARTA DE PATRÃO 105

RESUMO

Este relatório trata da análise dos dados obtidos mediante pesquisa de campo, realizada no arquipélago do Marajó, estado do Pará. A pesquisa visou avaliar a implementação do Projeto Nossa Várzea de regularização fundiária de comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia Legal. O estudo faz parte do Projeto *Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia*, realizado mediante parceria entre o Ipea e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O Nossa Várzea é uma ação realizada pela SPU no estado do Pará. Consiste no cadastramento de famílias ribeirinhas ocupantes de áreas de várzeas e ilhas situadas em rios federais, para a emissão de Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus). O trabalho de campo focou comunidades ribeirinhas nos municípios de Breves, Gurupá, Afuá e Ponta de Pedras. Em tais comunidades, foram verificadas situações diversas em relação à apropriação do território, com consequências para as formas de relações trabalho existentes e de exploração dos recursos naturais. Nas comunidades em que se verifica maior nível de organização social, constata-se a apropriação do território por seus moradores ribeirinhos, com usufruto dos recursos e produtos por eles extraídos/gerados. Por sua vez, nas comunidades com menor nível de organização social, persistem formas arcaicas de relações de trabalho, pelas quais pretensos donos das áreas ribeirinhas se apropriam dos recursos locais. Uma política de regularização fundiária em prol das populações tradicionais ribeirinhas tem o potencial de liberá-las de relações de trabalho injustas e/ou consolidar processos de autonomização do trabalho construído comunitariamente. Diante das constatações, são tratadas proposições para o órgão gestor visando ao aperfeiçoamento da ação governamental.

Palavras-chave: Amazônia; comunidades ribeirinhas; função socioambiental; regularização fundiária; Marajó.

1 INTRODUÇÃO

O estuário amazônico é formado pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do Tocantins-Araguaia, desaguando no oceano Atlântico. Entre a junção dessas águas, situa-se Marajó, região formada por inúmeras ilhas, constituindo o maior arquipélago fluviomarinho do planeta. Cenário de uma riqueza natural ímpar, composta por campos naturais, planícies alagadas e densas florestas, abrigou, antes da colonização europeia, florescentes sociedades complexas, organizadas em cacicados. A partir do final do século XV, torna-se palco de disputa entre potências europeias pelo domínio da região amazônica, marcando em seguida o início da expansão do domínio português na Amazônia, ao criar as condições históricas para a conformação territorial do Estado brasileiro.

As inúmeras ilhas e as extensas áreas de várzea, conforme o arcabouço jurídico nacional, compõem grandes extensões de terra sob a dominialidade da União Federal, ocupadas por comunidades tradicionais ribeirinhas que disputam o território com pretensos donos, empresas e unidades de conservação. Essas condições levaram a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a promover de forma intensificada a implementação do Projeto Nossa Várzea nos municípios da região, configurando, assim, um cenário importante para a realização da pesquisa de campo.

Para a seleção das localidades a serem visitadas, foram levados em consideração alguns elementos que propiciassem uma diversidade de casos com relação à ocorrência de conflitos fundiários, em nível de organização social e à existência de outras categorias de regularização fundiária. Dessa forma, foi selecionado o município de Breves, o qual apresenta um caso emblemático de disputa territorial, de ocupação ribeirinha e atividade especulativa do mercado de carbono, na região do rio Mapuá, onde fora criada uma reserva extrativista. Ponta de Pedras foi outro município visitado, em razão das tensões fundiárias entre ribeirinhos e patrões em torno da extração do fruto do açaí e onde há um considerável nível de judicialização em função da implementação do Nossa Várzea. O município de Gurupá foi selecionado devido à histórica luta social protagonizada pelo movimento dos trabalhadores rurais e pela experiência pioneira de execução de diversas políticas de regularização fundiária. Por fim, a escolha de Afuá ocorreu por conta dos conflitos envolvendo ribeirinhos e patrões e da implantação de uma unidade de conservação de proteção integral em tradicional território ribeirinho.

O trabalho de campo no Marajó foi iniciado em 22 de setembro de 2013, sendo Breves o primeiro município a ser visitado, de onde a equipe seguiu para Gurupá e, em seguida, Afuá, fechando a primeira etapa de campo no dia 9 de outubro. Entre 30 de outubro e 7 de novembro foi realizada a visita no município de Ponta de Pedras. Nos dias 10 e 11 de dezembro, realizaram-se novas visitas ao município de Afuá a fim de conhecer um caso emblemático de conflito em uma de suas ilhas. Finalmente, a equipe retornou para Ponta de Pedras entre os dias 17 e 19 de março de 2014, a fim de averiguar situações de conflito envolvendo ribeirinhos.[1]

Da mesma forma que as demais regiões visitadas, a pesquisa realizada no Marajó tem caráter exploratório, valendo-se de estratégias qualitativas de coleta e análise de

1. Com relação a Ponta de Pedras, adicionam-se o acompanhamento do evento de entrega do Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus) ocorrido no município nos dias 17 e 18 de maio de 2013 e uma visita à Feira do Açaí, em Belém, realizada em 21 de março de 2014.

dados, como entrevistas individuais e grupos focais. Para cada categoria de ator, assim como para os grupos focais, foi aplicado um roteiro específico de temas relevantes para a avaliação da política e a averiguação de questões socioambientais. Entrevistaram-se comunitários e suas lideranças locais, dirigentes sindicais e de colônias de pescadores, representantes do poder público municipal, juízes de direito, procuradores federais, lideranças religiosas, servidores de órgãos públicos e patrões. Formou-se desse modo um conjunto de depoimentos e posicionamentos que permitiram à equipe de pesquisa a análise interpretativa do contexto socioambiental da região e da política objeto de avaliação.

As entrevistas, reuniões e conversas com os moradores das comunidades visitadas, interlocutores desta pesquisa, contribuíram para uma melhor compreensão não apenas sobre a aplicação e uso dos Taus nas referidas comunidades, mas também sobre a complexidade de sobreposições de interesses e disputas em torno dos recursos das várzeas.

Busca-se, assim, na pesquisa empírica, somada ao trabalho bibliográfico e documental, o uso de um método histórico-etnográfico, que considere os processos culturais que afeiçoam ambientes, paisagens, territórios, para se avaliar a política de regularização fundiária da SPU, destacando aspectos positivos e outros que podem ser ajustados, ao mesmo tempo que se analisam os distintos interesses que se sobrepõem a territórios ribeirinhos.

O Nossa Várzea é um projeto criado pela SPU por meio da Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005, atualmente regida pelas portarias nº 100/2009 e nº 89/2010,[2] cujo objetivo é atender à demanda por regularização fundiária de populações ribeirinhas que vivem nas ilhas e várzeas amazônicas. O projeto consiste na concessão do Taus, documento que "reconhece o direito à ocupação e possibilita a exploração sustentável das áreas de várzeas" (Brasil, 2007c). Outras funções do Taus são a comprovação da residência e a garantia de acesso a políticas públicas, como previdência social, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde. O Taus contém informações pessoais do beneficiário, a localização de sua residência por meio de ponto geodésico e uma foto da família em frente à sua casa. Estas informações são coletadas pelos técnicos da SPU em visitas à unidade familiar do ribeirinho.[3]

A autorização de uso corresponde à área utilizada por cada família para moradia e uso dos recursos naturais. Essa área, segundo o documento, deve estar circunscrita à medida de um raio de 500 metros a partir do ponto geodésico coletado em frente à casa;[4] no entanto, o documento também afere outras delimitações: os "limites de tradição das posses existentes no local" e a "área aproximada de 15 ha". A presença dessas diferentes formas de conceber o terreno utilizado pelo ribeirinho tem sido alvo de controvérsias e despertado tensões em algumas localidades.[5]

2. Essa portaria estendeu a política para todo o território nacional.

3. Para mais detalhes sobre o processo de cadastramento, ver o Relatório Territorial de Belém e Abaetetuba.

4. Essa é a forma predominante implementada pelo Nossa Várzea. Contudo, o normativo que disciplina o projeto prevê a delimitação da área de uso com poligonal fechada, podendo ser individual, em nome da família, ou coletiva, em nome da comunidade.

5. Ver subseção 6.3, em Afuá.

O arquipélago do Marajó foi o foco inicial da SPU para a concessão de Taus, tendo em vista a extensão de áreas de várzeas e de famílias vivendo nelas. Atualmente, entre os municípios da mesorregião do Marajó, somam-se 26.751 Taus emitidos, sendo o município de Afuá o que possui maior número, seguido por Portel e Breves. Na tabela 1, é apresentada a distribuição de Taus emitidos entre os municípios do Marajó.

TABELA 1
Taus emitidos nos municípios do Marajó

Município	Número de Taus emitidos
Afuá	4.324
Anajás	2.951
Breves	2.988
Bagre	543
Chaves	1.507
Curralinho	2.113
Cachoeira do Arari	557
Gurupá	2.165
Melgaço	1.112
Muaná	2.113
Ponta de Pedras	978
Portel	3.025
Salvaterra	1
São Sebastião da Boa Vista	1.914
Santa Cruz do Arari	460
Total	**26.751**

Fonte: Superintendência do Patrimônio da União no Pará.

A estrutura fundiária dos municípios é bastante concentrada, com grandes propriedades que representam a maior porção das terras cadastradas, conforme ressalta o Plano Marajó: "Os estabelecimentos de até quatro módulos fiscais (79%) ocupam menos de 10% da área total cadastrada, enquanto os acima de quinze módulos fiscais (11%) respondem por 80% da área" (Brasil, 2007b, p. 9). Muitas dessas grandes propriedades têm limites próximos ou mesmo englobam terrenos de várzea, gerando sérias disputas entre proprietários e comunidades tradicionais que têm ou não a autorização de uso, apesar de ocuparem há bastante tempo esses espaços.

A questão da dominialidade do arquipélago do Marajó é cercada de um constante debate, sobretudo nos municípios que compõem a ilha grande, em virtude dos múltiplos interesses envolvidos e de apropriação territorial diversa por famílias ribeirinhas, comunidades quilombolas, mas também por famílias de influência antiga na região, no caso das grandes fazendas e sesmarias, empresas, município e mais recentemente pelo governo estadual. Durante muito tempo, não havia, da parte da União, maiores ingerências em relação ao uso e à apropriação das várzeas e ilhas. A partir da década passada, principalmente em vista da implementação de ações de regularização fundiária como o Nossa Várzea, levantam-se setores com posicionamentos contrários, procurando apresentar argumentos técnicos para refutar a validade da legislação sobre a dominialidade das terras de marinha, e ganham proporção à medida que encontram interesses vinculados.

Os municípios visitados constituem os temas centrais das quatro principais seções deste relatório. São abordadas especificidades locais sobre o processo de formação territorial, questões ligadas a relações de trabalho, economia e meio ambiente, e a intervenção da SPU na questão fundiária local por meio do Nossa Várzea. Antes, porém, é discutida de forma preliminar a especificidade fluviomarinha do arquipélago do Marajó e as implicações jurídicas em torno de sua dominialidade. Em seguida, são apresentados aspectos históricos do processo de formação territorial do Marajó. Ao final, realiza-se uma discussão sobre controle territorial e cumprimento da função socioambiental, sugerindo a intensificação da presença da União em situações de conflitos e de injustiças socioambientais.

2 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS A RESPEITO DA DOMINIALIDADE DA ILHA DO MARAJÓ

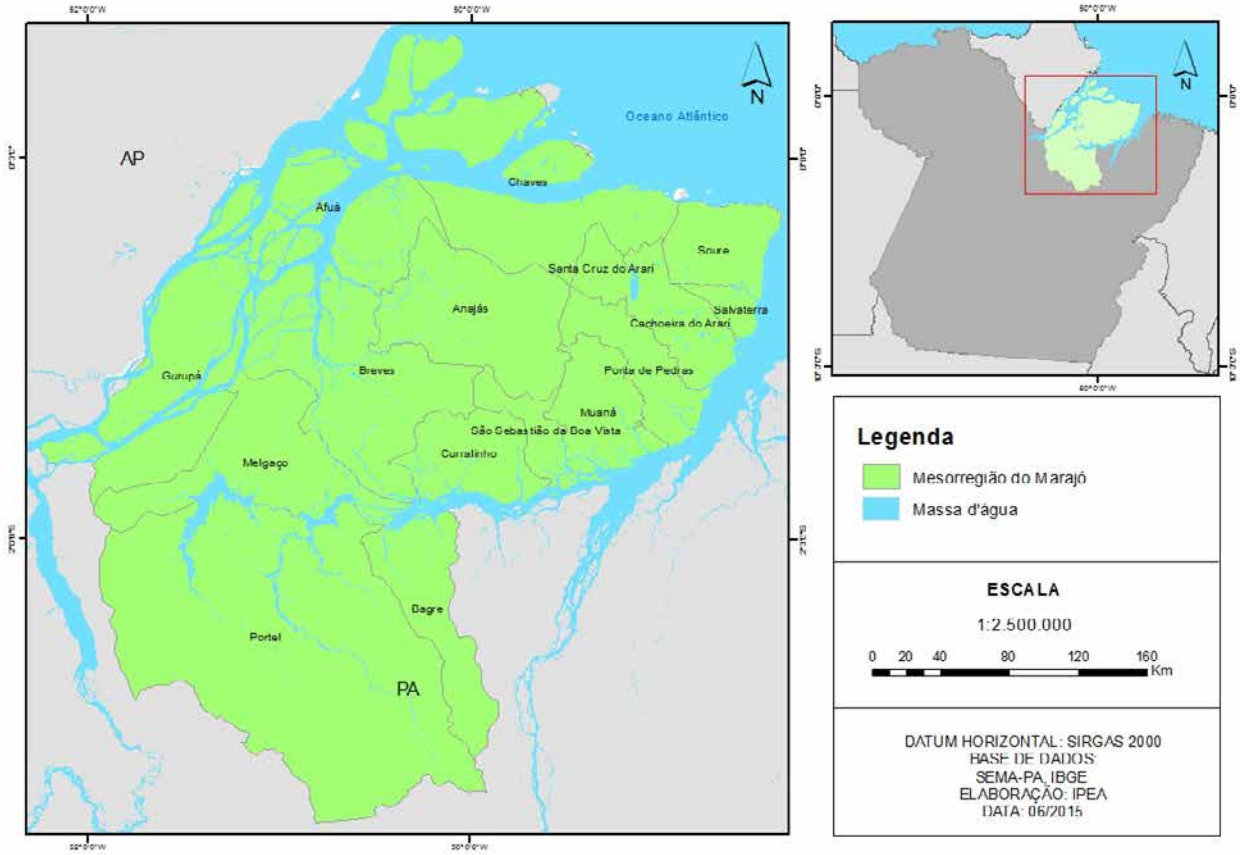
A ilha do Marajó, acidente que se destoa na faixa equatorial sul no território brasileiro, tanto por suas dimensões[6] quanto por sua complexa constituição,[7] tem posição estratégica (sobretudo geopolítica[8]) na grande embocadura do rio Amazonas, ou no chamado "Golfão Marajoara". A boca norte do Amazonas banha as pequenas cidades de Afuá e Chaves, além das ilhas de Caviana e Mexiana; a sudoeste, na Baía das Bocas, localizam-se Breves, como parte da ilha grande, Gurupá, Melgaço, Portel e Bagre, esses compondo a parte ocidental do arquipélago e da microrregião de Portel; ao sul, banhados pelo Rio Pará, estão Curralinho, São Sebastião da Boa Vista e Muaná; a leste, na retroterra firme de Marajó, localizam-se Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Soure, Salvaterra e a pequena Santa Cruz do Arari (localizada às margens do Lago Arari, próximo à linha de Tordesilhas); no interior da ilha grande, está o município de Anajás, no chamado Planalto Rebaixado da Amazônia (mapa 1) (Barbosa *et al.*, 1974; Ab'Saber, 2004; 2010).

6. Com uma área de 49 mil km^2, a ilha do Marajó está localizada no extremo norte do Pará (48^{0}00' – 51^{0}00 W 0^{0}00' – 2^{0}00 S). Considerando a mesorregião como um todo (alcançando alguns municípios do continente), somam-se 104.140 km^2.

7. Para uma leitura mais detalhada sobre aspectos geológicos e geomorfológicos do Marajó, ver Barbosa *et al.* (1974).

8. Ver seção 3 deste relatório – *Elementos históricos da ocupação territorial marajoara*.

MAPA 1
Mesorregião do Marajó



Elaboração dos autores.

Essa unidade – resultante de fatores geológicos e geomorfológicos[9] responsáveis pelas atuais características estuarinas[10] – é subdividida em uma compartimentação morfoestrutural do Golfão Marajoara em duas macrounidades: o referido Planalto Rebaixado ou Pediplano Pleistocênico, abrangendo o centro-sul da ilha, e a Planície Amazônica, correspondente à parte oriental do Marajó (Barbosa *et al.*, 1974; Rossetti, 2010; João, Teixeira e Fonseca, 2013).

> Na porção norte-nordeste da ilha de Marajó, com maior influência oceânica, predominam planícies fluviomarinhas, sendo frequentes exíguas planícies costeiras, representadas por estritos (*sic*) cordões arenosos e linhas de praias. Na porção sul-sudoeste (...), com maior influência fluvial, predominam planícies aluviais e áreas de colmatação lacustre. Destaca-se, nesse contexto, um vasto domínio de terras baixas e inundáveis pontilhadas por formações de lagos de distintas dimensões (com destaque para o lago do Arari, na porção centro-oriental da ilha de Marajó), com o recobrimento espraiado de formações de campos higrófilos de várzea – os "Campos do Marajó". Já na porção centro-ocidental (...) domina uma unidade de baixos tabuleiros embasados por rochas sedimentares inconsolidadas, de idade tércio-quaternária, denominadas sedimentos pós-Barreiras (João, Teixeira e Fonseca, 2013, p. 30).

Essas características hidrogeomorfológicas podem representar importantes elementos para a reflexão sobre as controvérsias "jurídico-geográficas" relacionadas à dominialidade sobre ilhas marítimas (costeiras e oceânicas) e fluviais, mais especificamente sobre Marajó, justamente por se tratar de um híbrido insular fluviomarinho.

Recentemente, em uma plenária do Supremo Tribunal Federal (STF), discutiu-se sobre a situação dos terrenos de marinha em ilhas oceânicas e costeiras que contenham sedes municipais, após Emenda Constitucional (EC) nº 46/2005.[11] Em seu Artigo 20, definem-se os bens da União: "as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; *as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e à unidade ambiental federal, e as referidas no Artigo 26, II*" (grifo nosso).

Com esse conteúdo, a EC abriu precedentes para que se reivindicasse a suspensão de taxação em terrenos de marinha em ilha costeira com sede municipal – no caso citado, o município de Vitória do Espírito Santo. Conforme publicado no Diário do

9. "O problema da origem da ilha do Marajó está diretamente ligado aos mecanismos de subsidência da respectiva fossa tectônica. A continuidade da Formação de Barreiras no continente e na ilha, associada ao fato de esta deposição ser correlativa do pediplano pliocênico, é uma comprovação de que, pelo menos até o tempo Barreiras, a atual ilha integrava-se ao continente, formando um interflúvio largo entre o Amazonas e o Tocantins. Esta ligação continuou até o tempo do pediplano pleistocênico, cujos resíduos estão presentes no interior de Marajó e em várias ilhas marginais. Com a transgressão Flandriana, no início do Holoceno, atuando mais intensamente no 'graben' de Limoeiro que no de Mexiana, a ilha foi separada do continente. (...) a ilha de Marajó apresenta três feições geomorfológicas distintas: a leste, planícies colmatadas; no centro, o pediplano pleistocênico; e a oeste, uma extensa região ainda em processo de colmatagem. O limite destas duas feições é feito pelos limites do 'graben' de Mexiana Leste" (Barbosa *et al.*, 1974, p. 11-26).

10. "Ao norte e nordeste da ilha do Marajó, o delta de fundo de estuário do Baixo Amazonas chega a apresentar larguras de 100 a 120 km, incluindo canais desdobrados e até tresdobrados (Canal do Norte, Canal do Vieira, Canal de Gurupá, Baía do Vieira Grande, Canal Perigoso e Canal Sul), que possuem larguras variando entre 2-3 até 12-15 km, constituindo-se nos maiores canais deltaicos do planeta. O delta estuarino do Baixo Amazonas inicia-se um pouco a jusante da foz do rio Xingu estendendo-se para nordeste, por 350-380 km de extensão" (Ab'Saber, 2004, p. 69).

11. Na ocasião, a Associação de Foreiros e Ocupantes do Estado do Espírito Santo ingressou com uma representação no Ministério Público Federal, reivindicando a autonomia do município em relação ao pagamento de taxas de marinha, baseada na referida emenda de 2005. Para mais detalhes, ver *STF analisará situação dos terrenos de marinha em ilhas costeiras com sede de municípios*. 7 out. 2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=250271>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Tribunal Regional Federal (TRF) (2ª Regional Judicial), em janeiro de 2014, o pedido foi considerado improcedente por não ter respaldo jurídico consistente.

> Não há *fumus boni iuris* a respaldar a pretensão, pois a jurisprudência é pacífica ao considerar que os terrenos de marinha (inciso VII do Artigo 20 da CF) são de domínio da União, independentemente de onde estiverem situados, mesmo em ilhas costeiras que contenham sede de município. A improcedência do pedido cautelar e de rigor. Invertidos os *onus sucumbenciais*.[12]

A partir de casos como esse, e outros como o do município de São Vicente,[13] no estado de São Paulo, novas controvérsias surgem quanto ao domínio de áreas insulares costeiras, uma vez que estas áreas não estavam dotadas de normativas que dispusessem sobre a dominialidade das ilhas costeiras até a Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Por conclusão lógica, entende-se que as referidas ilhas, até a EC nº 46/2005, sempre foram de propriedade da União, ao menos desde 1822, quando, de forma automática e infalível, os bens da Coroa Portuguesa transferiram-se para a União.

Há ainda outra questão relativa ao Artigo 26 da mesma emenda. O artigo atribui aos estados a propriedade sobre "as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, municípios ou terceiros". A leitura conjunta dos dois dispositivos, como argumenta Cavalcante Filho (2008), "expõe ao intérprete intensas e várias perplexidades hermenêuticas". Na interpretação literal, excluem-se da propriedade da União apenas as ilhas costeiras, em virtude do emprego do vocábulo "destas".[14] O Artigo 26, inciso II, por sua vez, fala das áreas estaduais tanto nas ilhas costeiras quanto nas oceânicas[15] (*op. cit.*, p. 186).

Com base na premissa de que as ilhas costeiras são descritas como bens da União a partir da CF/1988, surgem questões quanto aos domínios territoriais de ilhas-sede de municípios: de que maneira a emenda pode se desdobrar em uma ilha como Marajó com tantas especificidades relativas à sua constituição geomorfológica,[16] assim como a maneira pela qual se distribuem espacialmente os municípios. Isto é, quais munícipios estariam caracterizados dentro do texto da emenda, como ilhas costeiras com sede municipal? Seriam os localizados nas planícies fluviomarinhas da ilha do Marajó, com maior influência oceânica e com cordões arenosos e linhas de praias evidentes? Como se comportaria a unidade da ilha grande, no caso em que apenas parte pode ser considerada marítima? Em caso de se considerar a unidade da ilha, seriam excluídos os municípios

12. Disponível em: <http://www.radaroficial.com.br/d/5667254922379264>. Acesso em: 22 ago. 2014.

13. O munícipio de São Vicente, que divide a ilha de mesmo nome com Santos, por meio da Apelação Cível nº 69.854, questiona a quem cumpre fiscalizar se o imóvel está inserido em área de marinha, embora nada conste na matrícula do imóvel.

14. "O pronome demonstrativo 'destas' funciona como adjunto adnominal da unidade semântica 'ilhas costeiras', e não de toda a expressão 'ilhas oceânicas e costeiras'. Ora, 'destas', contração da preposição 'de' e do pronome demonstrativo 'estas', se dirige, sob o critério textual, ao elemento significativo mais próximo, por oposição a 'daquelas', que se refere ao mais remoto (...). Por fim, é de se lembrar que o artigo 'as' em 'as que contenham a sede de municípios (...) e as referidas no Artigo 26, inciso II' retoma a referência ao substantivo 'ilhas'. A partir de uma abordagem apenas gramatical, portanto, a propriedade de municípios e estados recairia sobre as ilhas em si" (Cavalcante Filho, 2008, p. 190).

15. Aqui é importante entender as diferenças entre ilhas costeira e oceânica. De acordo com o jurista Hely Lopes Meirelles, "ilhas marítimas classificam-se em costeiras e oceânicas. Ilhas costeiras são as que resultam do relevo continental ou da plataforma submarina; ilhas oceânicas são as que se encontram afastadas da costa e nada têm a ver com o relevo continental ou com a plataforma submarina" (Meirelles, 1998, p. 445).

16. Usa-se o termo de maneira simplificada. Como destaca Ab'Saber (2010), "o Golfão Marajoara, por razões geológicas e hidrogeomorfológicas compreensíveis, constitui-se na mais diferenciada região sublitorânea de toda a costa da América do Sul".

que compõem o arquipélago e parte continental da mesorregião, e todos os demais municípios seriam considerados sedes municipais de ilha costeira? Como proceder no caso de diferentes municípios, como no Marajó, dividirem a mesma unidade insular? Poderiam outras instâncias (estados e municípios) impor restrições de usos e ocupação do solo, como ambientais, sobre imóveis situados em ilhas costeiras que são sede de município?[17]

3 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL MARAJOARA

A ocupação da ilha do Marajó tem aspectos multifacetados como a própria trajetória da ocupação da Amazônia brasileira. Inicialmente como lar de inúmeros grupos indígenas, passou pelas cruezas do processo de conquista com a chegada dos europeus ao continente; com esses, houve uma posterior reorganização do espaço, seja por escravos fugidos (tanto negros como índios) ou devido aos rearranjos socioeconômicos da segunda metade do século XX.

A existência de grupos indígenas anterior ao contato com os europeus remonta a cerca de 3.500 anos de história, o que significa pelo menos 3 mil anos antes da chegada dos europeus à ilha (Schaan, Martins e Portal, 2010, p. 73-74). No período anterior à colonização, diferentes grupos indígenas desenvolveram-se, outros extinguiram-se, deixando rastros de sua passagem pela ilha.

Diferentes pesquisas arqueológicas evidenciaram as estratégias dos grupos indígenas locais ao longo dos anos para garantir sua subsistência, reproduzindo elementos culturais que ainda hoje encontram correlatos, como a pesca, a caça e a coleta/manejo dos recursos naturais. Alguns autores defendem ainda a influência direta de grupos na transformação da paisagem local,[18] com a construção de tesos (montes em que a base tinha, em sua constituição, locais para enterros dos mortos, descarte de utensílios, abrigando habitações a fim de proteger os habitantes das enchentes sazonais) e canais e lagos (para garantir água e recursos de fauna marítimo-lacustre na época das secas).

> Ao erigirem tesos cada vez maiores e mais altos, os antigos marajoaras buscavam distinguir-se na paisagem, dominando pelos campos até onde sua vista alcançava. Hoje em dia os tesos são ainda imponentes na paisagem, sendo procurados pela população como local de moradia e para refúgio do gado durante a estação chuvosa, quando tudo o mais alaga (Schaan, Martins e Portal, 2010, p. 77).

As primeiras investidas europeias na região ocorreram ainda no final do século XV, mas o processo de ocupação somente se intensificara a partir do século XVII, quando o território constituiu cenário de intensas disputas entre nações europeias, notadamente Portugal e Holanda. A Ilha de Joanes, atualmente denominada ilha do Marajó, tem posição privilegiada e estratégica quanto aos interesses e disputas do período colonial. Como descreve Antônio Vieira em uma das suas cartas ao rei Dom João IV: "Na grande boca do rio das Amazonas está atravessada huma Ilha de mayor comprimento e largueza que todo o Reyno de Portugal, e habitada de muitas naçoens de índios, que por serem

17. Casos como imposição de restrições ambientais em áreas caracterizadas como do patrimônio da União, dirigidos por órgão estadual, foram identificados e registrados pela pesquisa e serão apresentados na seção sobre o município de Afuá.

18. Segundo Schaan, Martins e Portal (2010), estas modificações estariam ligadas ao surgimento dos cacicados (sociedades indígenas complexas com diferenciações nas relações de trabalho e poder), a partir do século V.

de línguas differentes, e diffícultosas, saõ chamados geralmente Nheengaìbas" (Vieira, 1735, p. 22).

A guerra luso-holandesa (1630-1654) é exemplo dos interesses geopolíticos pela ilha, que envolvem nações anteriores à colonização como peças-chave das disputas em jogo. O conflito está relacionado à rivalidade entre índios Nheengaíba – aliados dos holandeses, sobretudo pelo intenso comércio de peixe-boi entre ambos, cujos domínios do território estão na porção setentrional da ilha –, e os Tupinambá, da costa meridional, alinhados com os portugueses. Padre Antônio Vieira era grande opositor à guerra que considerava impossível de os portugueses vencerem, devido às inúmeras dificuldades encontradas. O desconhecimento do terreno, extremamente complexo em sua hidrografia, e o controle "há tanto tempo pelos defensores em número por ele estimado em até 50 mil índios" foram fatores preponderantes para os sucessivos fracassos (Pereira, 2007, p. 196).

O episódio culmina com uma investida de Vieira em estabelecer a paz com os índios da nação Nheengaíba. Assim, envia dois índios principais convertidos (também Nheengaíbas) como embaixadores, levando consigo uma carta-patente de sua autoria, propondo as pazes, sob a garantia da lei de abolição dos cativeiros de 9 de abril de 1655.

No mesmo ano da lei, os padres João Sotto-Maior e Salvador do Valle estiveram na ilha em missão evangelizadora e deixaram com os índios uma imagem do Cristo crucificado.[19] Quatro anos mais tarde a imagem deixada por Sotto-Maior seria encontrada por Antônio Vieira, no rio Mapuá, onde se celebra a paz junto aos índios daquela nação.

> Ao quinto dia da viagem entrarão pelo rio dos Mapuaeses, que he a nação dos Nheengaíbas, que tinha promettido fazer a povoação fora dos matos, em que receber aos Padres. E duas legoas antes do porto sahíraõ os principaes a encontrar as nossas canoas em huma sua grande, e bem esquipada, empavesada de pennas de varias cores, tocando buzinas, e levantando pocèmas, que saõ vozes de alegria e applauso, com que gritaõ todos juntos a espaços, e he a mayor demonstraçaõ de festa entre eles (...).
>
> Conhecida à canoa dos Padres, entrarão logo nella os principaes, e a primeira couza que fizeraõ foy presentar ao Padre Antônio Vieyra a Imagem do Santo Christo do Padre Joaõ de Sottomaior, que havia quatro annos tinhaõ em seo poder e de que se tinha publicado que os Gentios o tinhaõ feito em pedaços, e que por ser de metal a tinhaõ applicado a usos profanos; sendo que a tivéraõ sempre guardada, e com, grande decência, e respeitada com tanta veneração e temor, que nem a tocalla, nem ainda a vella se atreviaõ (Vieira, 1735, p. 31-32).

A respeito da primeira incursão dos jesuítas em territórios Nheengaíba, no complexo sistema estuarino de Furos de Breves, Serafim Leite narra em *História da Companhia de Jesus no Brasil* as dificuldades e o declínio da investida.

> Para propor as pazes aos Nheengaíba organizou-se uma tropa em fins de 1655, sob o comando do sargento-mor Agostinho Correa. Da Companhia iam os padres João de Sotto-Maior e Salvador do Vale. Mas apenas chegou às suas terras, os índios desapareceram. E no dia em que os portugueses estavam desprevenidos, no mais cerrado da escuridão, são assaltados repentinamente pelos Nheengaíba, que desfecham as setas para o barracão de palha onde estavam. Muitos ficaram feridos. E entre os urros dos índios, o inopinado do ataque e os gemidos dos feridos, que chamavam

19. "(...) Padre Joaõ de Sottomaior, o qual com o Padre Salvador do Valle no anno de seis centos sincoenta e sinco navegou e pizou todos estes Sertaõs dos Nheengaìbas, entre os quaes lhe ficou huma Imagem de Christo crucificado, que trazia no peito, a qual mandou a hum principal Gentio em fé da verdade e paz com que esperava por elle; o que o bárbaro naõ fez nem restituio a sagrada Imagem" (Vieira, 1735, p. 25).

> assistência, Sotto-Maior acendeu uma candeia. Gritavam-lhe os portugueses que a apagasse, pois seria mais fácil alvo. Mas os agressores em vez disso, ao verem a luz, cuidando ser emboscados dos cabos das tropas, puseram-se em fuga. Tropa ficou ali três meses, até que se tornou insustentável a permanência naquelas paragens. E os cabos militares desenganaram-se que não era pela paz, mas pelas armas, que se haviam de domar aqueles índios (Leite, 1943a, p. 237-238).

As duas tentativas armadas de conquista da ilha fracassaram. A primeira, do donatário de Cametá, Feliciano Coelho, com grandes perdas de ambos os lados, e a segunda, do padre João Sotto-Maior que, como discute Pereira (2007, p. 196-197):

> abriu brecha na resistência para entendimento e finalmente integração das ilhas ao estado do Maranhão e Grão-Pará, ocorrido nas pazes de Mapuá (Breves) entre 22 e 27 de agosto de 1659, com a decisão dos Nheengaíbas de suspender as hostilidades que já duravam 36 anos, desde a tomada do forte holandês de Mariocai [Gurupá].

A chamada "pazes dos Mapuá" é episódio-chave para a história colonial do Brasil e para o entendimento da formação territorial do Marajó. A importância estratégica da Ilha de Joanes, como porta de entrada do rio Amazonas, assim como o evento de paz provido com os índios Nheengaíba são evidenciados por Vieira da seguinte maneira.

> Porque os que consideraõ a felicidade desta empreza, naõ sò com os olhos no Ceo, se naõ também na terra, tem por certo que neste dia se acabou de conquistar o Estado do Maranhão; porque com os Nheengaìbas por inimigos, seria o Pará de qualquer naçaõ Estrangeira que se confederasse com elles: e com os Nheengaibas por vassallos, e por amigos, fica o Pará seguro e impenetrável a todo o poder estranho (Vieira, 1735, p. 41).

Os eventos ocorridos na Ilha de Joanes foram objeto de importantes narrativas registradas na obra de Antônio Vieira, que viveu na Amazônia entre 1652 e 1661. Nesse período, o padre jesuíta produziu um amplo material entre cartas, votos, relações e informações sobre as missões da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará, estado até então autônomo do Brasil. Ao lado de suas funções eclesiásticas, Vieira preocupou-se com o reordenamento da legislação indígena elaborando a Lei de Abolição dos Cativeiros Injustos, de 9 de abril de 1655, além de celebrar as "pazes dos Mapuá" de 1659. Esse episódio, registrado no tomo II das *Cartas* do padre Antônio Vieira, narra um dos principais marcos da diplomacia da colônia e da própria formação territorial do Brasil, apesar da pouca atenção que lhe é dada camo evento de relevância geopolítica.

Notadamente, o conjunto dessas crônicas e escrituras é a *evidência*[20] de encontros entre culturas que resultaram em genocídios (de maneira mais acentuada, epistemicídios[21]) para a concretização de um projeto eurocêntrico, sustentado pela perspectiva política do expansionismo, pelo acúmulo e espoliação de riquezas e pela catequização de novas almas. Evidentemente, esses ordenamentos dizimaram inúmeras nações indígenas que, "ao se verem forçadas a criar outras táticas de combate e resistência, inventaram novas fronteiras e configurações étnicas, políticas e culturais" (Pacheco, 2010, p. 15).

Ao mesmo tempo, essas escrituras podem mostrar uma terceira via entre o etnocentrismo (especificamente o eurocentrismo) e a relativização cultural, sobretudo em relação ao reconhecimento da autodeterminação dos índios (e que hoje serviria às

20. Considera-se *evidência* aqui na rubrica da retórica como mais adequado ao tema, isto é, uma descrição viva e minuciosa de um objeto, realizada com a enumeração de suas particularidades sensíveis, reais ou fantasiosas.

21. A respeito da ideia de epistemicídio, ver Santos e Meneses (2010).

populações insulares e varzeiras), os quais Vieira considerava entre todos os homens os mais próximos filhos de Deus. Estes "encontrados na natureza em estado de fraternidade com plantas e animais dos quais eles se acreditavam descendentes totêmicos" (Pereira, 2007, p. 205). Como o historiador marajoara José Varella Pereira sinaliza, "em meio a diversas especulações, as *Cartas* de Vieira são fonte que os caboclos descendentes dos índios das ilhas têm para argumentar e defender seus direitos" (*op. cit.*, p. 206).

> (...) cujas terras estão todas senhoreadas, & afogadas das aguas, sendo muyto contados, & muyto estreytos os sitios mais altos que ellas, & muyto distantes huns dos outros, em que os índios possaõ assentar suas povoações, vivendo por esta casa naõ immediatamente sobre a terra, senão em casas levantadas sobre esteyos [palafitas] a que chamaõ Juráos [jirau], para que nas mayores enchentes passem as aguas por bayxo, bem assim como as mesmas arvores, que tendo as raizes, & troncos escondidos na agua, por cima della se conservão, & apparecem, diferindo só as arvores das casas, em que humas saõ de ramo verde, outras de palmas secas (Vieira, 1718, p. 302).

As terras do Marajó pertencem historicamente a inúmeras famílias que se estabeleceram na região; possuem uma ancestralidade milenar – indígena – e uma ancestralidade mais recente, porém secular, do contingente africano, trazido para servir de mão de obra escrava ao colonizador, e de nordestinos do semiárido, que migraram para a região a fim de trabalhar nas colocações de borracha da Amazônia oriental no fim do século XIX e início do XX.

Grosso modo, esse processo histórico, característico da formação territorial da Amazônia, deu origem a um campesinato de várzea,[22] cuja reprodução de seus territórios tem se baseado no uso múltiplo dos recursos, envolvendo agricultura, pesca, extrativismo de recursos florestais, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e do gado bovino, criados em pequena escala.

> Este campesinato tem a sua origem nos processos migratórios ocorridos durante o ciclo da borracha no final do século XIX, quando os nordestinos vieram trabalhar nos seringais amazônicos. Foi a partir do colapso da borracha amazônica no mercado internacional e das alterações sofridas no sistema de aviamento que surgiu, para aquelas famílias que nas suas colocações permaneceram, o desenvolvimento de uma pequena agricultura (lavoura e criação de animais para o autoconsumo (Oliveira Júnior, 1991, p. 210).

4 BREVES

Furos de Breves, classificação dada à microrregião situada a sudoeste do arquipélago do Marajó, estado do Pará, foi o lugar de muitas expedições de viajantes e cronistas, desde o século XVI, com as primeiras missões da Companhia de Jesus,[23] até recentemente com as pesquisas de campo do zoólogo Paulo Vanzolini.[24] Dada a complexa hidrografia –

22. O termo campesinato aqui é tratado de maneira semelhante ao que Hébette (2002, p. 9) considera em *Teoria e prática no estudo do campesinato paraense*. Resumindo, "para designar um modo de vida – ou uma forma de organização social – de pequenos produtores rurais construídos sobre relações familiares e de vizinhança. A opção por esse termo, retomado dos clássicos europeus das análises sobre a questão agrária no final do século XIX e início do XX, é uma tomada de posição frente à tendência mais recente de se analisar a agricultura praticada por esses produtores a partir de modelos teóricos da agricultura empresarial/capitalista ou, na melhor das hipóteses, procurando reconstruir a especificidade de seu modo de produzir – ou seu sistema de produção – de forma desarticulada de seu modo de vida". Sobre as particularidades do campesinato de várzea, ver Cruz (2007) e Oliveira Júnior (1991).

23. Para a leitura completa sobre as missões dos jesuítas na Ilha de Joanes e no rio Amazonas, ver Leite (1943a; 1943b).

24. Uma das viagens de Paulo Emilio Vanzolini nesta região é retratada no filme Pelo Rio das Amazonas do diretor Ricardo Dias, que documenta uma expedição do zoólogo entre Belém e Manaus, explorando principalmente os canais do Baixo Amazonas junto à ilha do Marajó.

um emaranhado de rios, furos, igarapés, canais e paranás –, essa porção do delta do rio Amazonas, que contorna o sul da ilha do Marajó e se junta às águas do rio Tocantins, possui uma navegação extremamente difícil e arriscada, o que a faz ser conhecida pelos navegantes como "região dos mil furos".

O processo de conformação territorial do município de Breves está relacionado a uma sesmaria concedida pelo então capitão-mor do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, em 19 de novembro de 1738, para Manoel Breves Fernandes. A área de duas léguas de frente, por uma de fundo, foi confirmada por Dom João V em 30 de março de 1740. Com seu irmão, Ângelo Fernandes Breves, e sua esposa Inês Breves, ao chegarem de Portugal, fixaram-se nas chamadas "Missão das Bocas" e construíram um pequeno engenho denominado "Santana" – mesma localidade onde hoje é a sede do município de Breves, às margens do rio Parauahú (Ferreira, 2003; Idesp, 2013).

Atividades agrícolas são posteriores ao engenho e ocorrem a partir de um ordenamento de Manoel Breves para que se fizessem roçados na extensa área da sesmaria. Com esse processo de consolidação e ocupação da terra, seu irmão Ângelo também se estabeleceu na localidade com outras famílias. Em 20 de outubro de 1781 passou a chamar-se de "Lugar dos Breves" (Ferreira, 2003; Herrera, 2003; Cristo, 2007).

Conforme a descrição de Ferreira (2003, p. 425), "reconhecido como povoado Lugar de Santana dos Breves, a localidade desenvolveu-se no período colonial indo até o provincial, em território pertencente aos municípios de Melgaço e Portel".

Apesar de a sua elevação à categoria de vila datar de 1851, a condição efetiva de uma unidade administrativa ocorreu apenas em 2 de novembro de 1882.[25] Entretanto, seu processo emancipatório inicia-se em 30 de novembro de 1850 com a Lei Provincial nº 172, que ascendeu o "Lugar dos Breves" à condição de Freguesia, denominada "Nossa Senhora dos Breves"[26] (Souza, Canto e Herrera, 2002 *apud* Herrera, 2003).

Nesse período de consolidação do município, o extrativismo da borracha já despontava como uma das principais atividades das cidades do Baixo Amazonas. Poucos anos antes da consolidação do município e da elevação da economia gomífera na região, as descrições feitas pelo cronista e botânico Louis Agassiz relatam de maneira sucinta os primórdios da produção da borracha em Breves e apontam para as relações de troca assimétricas que passariam a ganhar força na virada do século XIX para o XX.

> Na noite passada, paramos em nosso primeiro posto, a pequena cidade de Breves. Sua população, como a de todos os pequenos assentamentos no Baixo-Amazonas, é constituída por uma amálgama de raças (...). O comércio da borracha é muito produtivo aqui. Os índios riscam as árvores como nós riscamos nossos bordos açucareiros, e dão o produto em troca de vários artigos para seu consumo doméstico (Agassiz, 1868, p. 157, tradução nossa).[27]

25. A elevação da Vila de Breves à categoria de cidade deu-se em 2 de novembro de 1882, por meio da Lei nº 1.079 (...). Em 10 de novembro de 1909, a Lei Estadual nº 1.122 concedeu em caráter definitivo o foro de cidade à sede municipal (Disponível em: <http://www.prefeiturabreves.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=76>. Acesso em: 20 jun. 2014).

26. A alteração toponímica municipal de Nossa Senhora de Santana dos Breves para Breves data de 10 de novembro de 1909, instituída pela Lei Estadual nº 1.122 (IBGE. Cidades).

27. "*Last evening we stopped at our first station, the little town of Breves. Its population, like that of all these small settlements on the Lower Amazons, is made up of an amalgamation of races (...). The India-rubber trade is very productive here. The Indians tap the trees as we tap our sugar-maples, and give the produce in exchange for various articles of their own domestic consumption*".

Provavelmente, o tipo de produção de borracha que Agassiz se deparou em meados do século XIX é algo que se assemelha àquilo que Oliveira (1979) chama de "seringal caboclo".[28] Trata-se das colocações anteriores ao auge da borracha,[29] marcadas pela produção de subsistência familiar associada ao extrativismo do látex praticado por populações situadas nos limites da fronteira comercial (Oliveira, 1979; Weinstein, 1993). Os autores chamam a atenção para o período que sucede o auge da borracha e criticam a ideia de "ciclo" como uma perspectiva homogeneizante em relação à diversidade de práticas e modos de produção de borracha na Amazônia.

Para essa perspectiva, a história oficial entende que "buscando chegar a uma forma comum, simplificada, esvaziada das características concretas assumidas pela evolução da produção nas várias regiões da Amazônia e capaz, portanto, de se enquadrar em situações bastante diferentes" (Oliveira, 1979, p. 102) simplificou-se a noção de ciclo como um formato tipificado de entendimento dos fatos históricos. Por exemplo, as diferentes relações de trabalho, o extrativismo de borracha na unidade familiar e de subsistência, o uso de mão de obra indígena – como indicado por Agassiz (1868) –, entre outras particularidades do período gomífero na Amazônia, que falam de outros processos significativos para a compreensão da formação territorial do Marajó.

Autor da época, Ladislau Monteiro Baena, em 1833, descreveu a *Hevea brasiliensis em Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* e já indicava para o potencial produtivo da resina. "Seringueira: árvore de várzea, de que se tira a goma elástica pelo estilo aprendido dos Cambebas,[30] que farão os primeiros, a quem virão fabricar esta resina" (Baena, 2004, p. 56).

Breves foi um dos municípios que se destacaram como grande produtor e exportador de látex no estado; é considerado um dos mais antigos produtores de goma elástica. "Aqui nessa região tiveram altos produtores de látex que exportavam para os Estados Unidos. Um dos meus bisavôs era um grande exportador".[31] A prosperidade econômica pela qual passou Breves nas primeiras décadas do século XX é narrada por Theodoro Braga em *O município de Breves*, da seguinte maneira:

> Uma das poucas povoações do interior do Estado d'onde o progresso é mais sensível. Esse progresso, porém, não é devido a estabelecimentos industriais ou de cultura, mas unicamente, a sua posição interessante em relação ao commercio e navegação. Collocada com effeito entre as águas do Amazonas e do Pará (Braga, 1911, p. 18).

A posição estratégica de Breves, como destaca o autor, é fator primordial para a comercialização e decorrente crescimento de outras culturas que se desenvolveram após o declínio da produção de borracha. Já no período de enfraquecimento do extrativismo do látex, o arroz cultivado nas várzeas despontava como uma das principais atividades

28. Em geral, como aponta Oliveira (1979), o modelo de seringal que prevaleceu no estuário amazônico foi o chamado "caboclo", oposto àquele do auge do período gomífero no qual participa a mão de obra de nordestinos, denominado pelo autor como "brabo". No primeiro modelo, a extração do seringal é feita por uma população local de varzeiros e comunidades insulares. A seringa, neste caso, é apenas um dos extrativismos praticados por essas populações.

29. De maneira geral, os chamados "ciclos da borracha" na Amazônia são datados em bibliografias em dois períodos: o primeiro entre 1879-1912; o segundo, mais curto, entre 1942-1945.

30. Grupo indígena que habita o médio rio Solimões no Amazonas (áreas indígenas Barreira da Missão, Igarapé Grande, Jaquiri e Kokama).

31. Depoimento do diretor técnico do escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) local.

do município.[32] "O arroz foi um dos expoentes na década de 1950 (...). Eram cultivadas cerca de cinco toneladas por hectare, no sistema plantado em linha, bem manejado. Já no sistema de lanço, simples, chegava a uma tonelada, uma tonelada e meia".[33]

A madeira é outra atividade que se destaca na história econômica de Breves, e tem se mantido até os dias atuais como uma das principais produções do município. Entre as décadas de 1970 e 1980, com a chegada das grandes madeireiras, Breves figurou como um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará. A concentração no setor madeireiro, acrescido do baixo nível de beneficiamento – da mesma maneira como ocorre com outros produtos de base extrativista –, fragiliza economicamente o município, ao mesmo tempo que favorece os setores oligárquicos que exploram os recursos das várzeas e o trabalho de populações ribeirinhas há décadas.

> Na época eu achava um absurdo navios carregados de madeira de tora saindo daqui, sem agregar valor aqui mesmo. E hoje a gente tá pagando o preço. Se não fossem esses programas sociais do governo, eu estaria passando mais fome do que passo. Esta que é a verdade.[34]

4.1 Notas sobre a economia de Breves

Breves abrange uma área de 9.550,513 km² com uma população estimada de 96.444 habitantes, sendo contabilizados 92.860 no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Historicamente, o município tem baseado sua economia no extrativismo, sobretudo florestal, altamente concentrador e com um baixíssimo nível de beneficiamento de produtos. Notadamente, as várzeas possuem uma centralidade na economia de Breves, sendo este ambiente responsável pelos principais produtos.

A polarização ainda é atraída por fluxos econômicos, sobretudo pelo comércio varejista e pelo setor industrial de beneficiamento, além dos serviços de informação, saúde e acesso a políticas públicas. Breves, considerado a capital do Marajó, exerce a função de um mercado intermediário de produtos e serviços dentro da microrregião dos Furos de Breves.[35] O deslocamento pendular de distritos e municípios vizinhos para adquirir mercadorias, acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), serviços de saúde, escolas, universidade, bancos e demais serviços também é acompanhado pelos moradores das ilhas, furos e igarapés de Breves. Esse aspecto confere ao município um papel central quanto à organização econômica e espacial da microrregião.

Em comparação com outras escalas, o município exerce polarização significativa na mesorregião do Marajó, despontando como um significativo produtor de madeira e, em menor proporção, palmito e açaí (gráficos 1 e 2).

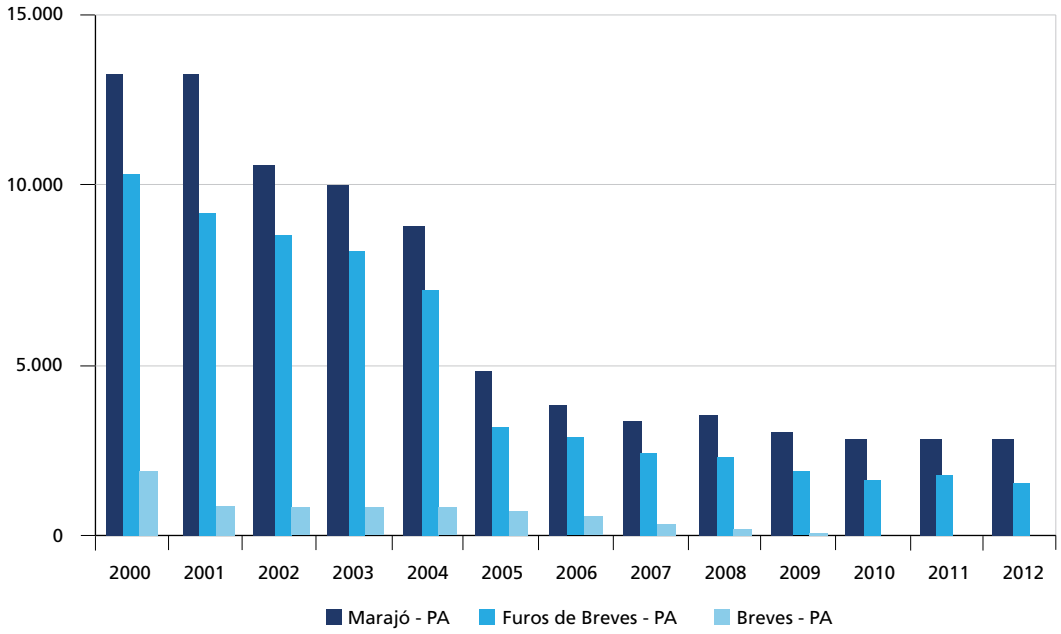
32. "Segundo dados do Idesp (1991), a cultura de arroz de várzea já representou cerca de 40% da área cultivada em Breves. Em 1973, havia cerca de 5 mil hectares de arroz cultivados nesse município, porém em 1986 houve uma redução para 200 hectares" (Herrera, 2003, p. 41).

33. Depoimento do diretor técnico do escritório da Emater local.

34. Entrevista com o ex-prefeito de Breves.

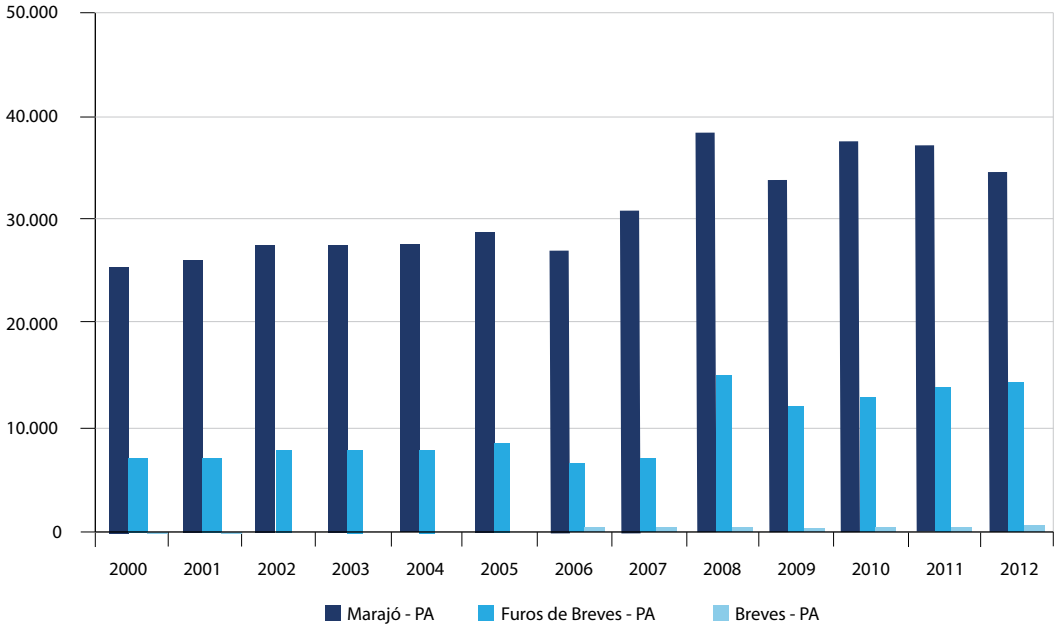
35. A microrregião Furos de Breves, uma das três que compõem a mesorregião do Marajó – somada a Portel e Arari –, é formada pelos municípios de Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista. Possui uma população estimada de 187.176 habitantes em uma área total de 30.094,393 km² (IBGE, 2006).

GRÁFICO 1
Quantidade produzida na extração vegetal – palmito (2000-2012)
(Em toneladas)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura (2012).

GRÁFICO 2
Quantidade produzida na extração vegetal – açaí fruto (2000-2012)
(Em toneladas)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura (2012).

Verifica-se uma queda exponencial da extração vegetal do palmito, em detrimento de um crescimento, ainda que tímido, do açaí. Alguns depoimentos apontam essa inversão devido aos projetos de manejo com açaizais, ocorridos no início dos anos 2000.

> Ainda existe extração de palmito. Existem algumas fábricas ainda. São fábricas clandestinas, mas que o ribeirinho faz debaixo do açaizal. Porque hoje o ribeirinho já aprendeu a fazer o manejo, manejo sustentável do açaí. Porque fazendo o manejo sustentável você tem o palmito e tem também o açaí.[36]

Evidentemente que muitos desses números escapam da real produtividade, tanto do açaí, pela dificuldade de quantificá-lo produtivamente, quanto do palmito, pela ilegalidade da produção.

> Dentro das próprias reservas, nós ainda temos a extração ilegal do palmito, que é uma coisa que a gente, infelizmente, temos. Se você sair hoje daqui [Breves], você só vai chegar no Mapuá amanhã. (...) Isso você vai tá ali pelo meio, pra chegar até o final, imagina a dimensão de um lugar desses. As pessoas ainda têm essa cultura e também ainda tem essa questão de não fazer a denúncia. "Não, eu não quero denunciar meu vizinho pra não entrar em conflito". Mas as pessoas mudaram muito na questão da mentalidade extração do palmito pelo manejo do açaizal.[37]

A madeira vendida em tora ainda desponta como a principal atividade econômica de Breves, apesar do franco declínio dos últimos anos (gráfico 3). Esse fato, segundo relatos e registros da imprensa, deve-se, principalmente, ao fechamento das grandes empresas que se instalaram no município entre as décadas de 1970 e 1980, auge da exploração madeireira no Marajó, que passou a declinar a partir dos anos 1990. Atualmente, ainda permanecem algumas empresas como a Madenorte, Magebrás, Mainardi e Robco. A primeira, por exemplo, foi fechada há cerca de dois anos, "e dela só resta hoje um patrimônio em instalações e equipamentos que exige vigilância permanente para evitar depredação", conforme relatado pela imprensa (Indústrias..., 2010).

Outra empresa de grande porte a encerrar sua produção foi a Robco, "empresa brasileira controlada por americanos em quatro gerações desde 1893 e estabelecida em Breves há 25 anos paralisou suas atividades em 2009" (Indústrias..., 2010). A crise financeira de 2008 também é apontada como um dos principais fatores de declínio no setor, não apenas em Breves, como em toda a mesorregião.[38]

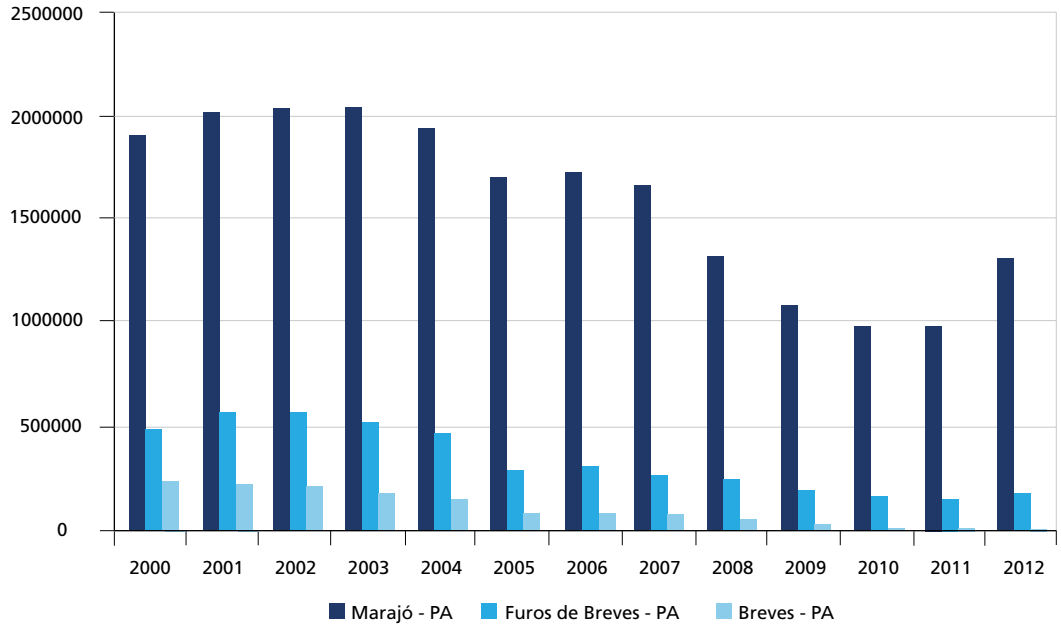
Importante ponderar que a exploração madeireira em áreas de várzea é distinta da exploração realizada em florestas de "terra firme", como as que acontecem no sul e sudoeste do estado do Pará. Notadamente, as próprias características ambientais da várzea, um terreno alagadiço, fazem com que a exploração madeireira não seja tão predatória se comparada a outras áreas de florestas, onde a presença de máquinas e as práticas como "correntão" são viáveis.

36. Entrevista com o ex-prefeito de Breves.

37. Depoimento de um vereador de Breves.

38. "O setor florestal-madeireiro já estava agonizante nas principais áreas de produção do arquipélago marajoara, quando veio a crise financeira internacional de 2008 que afetou as exportações brasileiras. Os municípios de Breves e Portel, ambos economicamente muito atrelados à atividade madeireira como principal fonte geradora de emprego e renda, entraram em depressão e tiveram dramaticamente agravados os seus problemas sociais" (depoimento de um vereador de Breves).

GRÁFICO 3
Quantidade produzida na extração vegetal – madeira em tora (2000-2012)
(Em m³)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura (2012).

Vale considerar, também, que o auge da extração madeireira entre as décadas de 1970 e 1980 não representou uma melhor condição de vida para a população marajoara, tampouco uma redistribuição mais equitativa de renda. Ao contrário, a presença das grandes empresas reforçou as relações de trabalho não assalariadas, como o sistema de "aviamento" ou "meia", a partir de alianças entre as grandes empresas e as oligarquias locais.

Apesar do declínio recente, a atividade madeireira mantém sua importância no município, o que pode ser evidenciado no fluxo de balsas repletas de madeira pelos furos e rios, que abrigam diversas serrarias. É o que se pode ver, por exemplo, percorrendo o longo trajeto de cerca de três horas de navegação[39] entre Breves e a "boca" do Mapuá, seguindo ao norte pelo rio Jaburu. Nesse percurso, observa-se um grande número de serrarias, em sua grande maioria de pequeno porte (tipo "quebra peito"[40]), florestas de várzea densamente povoadas por açaizeiros em meio a outras palmeiras, sobretudo conjuntos de miritis, que envolvem casas ribeirinhas fixadas entre igrejas e serrarias. As madeireiras de grande porte, ou ao menos suas estruturas desativadas, em geral equipadas de portos particulares, grandes galpões e maquinário, despontam na paisagem em menor proporção que as primeiras (figura 1).

39. Esse trajeto foi realizado pela equipe com uma lancha voadeira, de maior velocidade se comparada com os barcos convencionais que fazem a linha para o rio Mapuá. Estes fazem o trajeto entre a sede do município e a comunidade Bom Jesus em cerca de oito horas.

40. Maneira como as serrarias de pequeno porte são chamadas localmente. Como indicado no próprio termo, trata-se de uma referência ao movimento feito pelo trabalhador, empurrando a tora com a força do tórax para o corte de tábuas de madeira bruta. Com certeza, um trabalho extremamente insalubre, executado, em geral, sem equipamentos adequados de segurança.

FIGURA 1
Comunidade ribeirinha, igreja e serraria – rio Jaburu, Breves

Elaboração dos autores.

Os aspectos gerais desta paisagem, característicos da cultura ribeirinha amazônica, denotam uma organização espacial que, atualmente, centraliza sua produção na exploração madeireira de várzea, no extrativismo do açaí, sobretudo para o abastecimento do mercado doméstico e subsistência, entre outras atividades de menor expressão comercial, porém de valor fundamental para o modo de vida ribeirinho – destacam-se como atividades essenciais a pesca, o rocio de maniva e seu decorrente processamento em farinha e tucupi, caça de subsistência, entre outros inúmeros cultivos e maneiras de manejar a floresta.

Além desses aspectos centrais, vale considerar que, independentemente da atividade principal – hoje, a exploração madeireira, já em declínio, e a extração do açaí –, as relações de trabalho, os meios tecnológicos rudimentares, baseados na utilização intensiva da

mão de obra, e, em linhas gerais, a organização territorial ainda possuem traços muito fortes do período gomífero.

Relações híbridas de trabalho, como verificadas durante as pesquisas de campo nas ilhas da região metropolitana (RM) de Belém,[41] são exemplos de interseções históricas que reproduzem, ainda hoje, traços de uma lógica de exploração praticada pela economia da borracha do início do século XX.

Quanto à organização espacial, os "barracões",[42] por exemplo, são marcas na paisagem que apontam a herança do período da borracha e ainda exercem funções semelhantes de controle e dominação sobre "colocações". No rio Mapuá, as particularidades desse domínio territorial aparecem assim:

> [Quando tinha madeireira, tinha cantina?] Tinha dos (Félix). Porque foi assim, os (Félix) venderam isso aqui, mas eles nunca desistiram. [Tão aí ainda?] Em frente lá a boca [do rio]. Aí o que acontece, eles tinham dois comércios aqui dentro. Mas assim mesmo ninguém podia tirar nada. Nós que morava nas terras não podia tirar nada. Uma vez eu vendia uma farinha lá pro (São Miguel dos Macacos). A gente chama o quilo. São quatro latão de farinha o quilo que a gente chama. Foi dezesseis latas eu vendi. Aí ele veio aí e despediu nós. Falou que ia mandar prender meu pai. Eu era menino, aí eu disse pra ele que prendesse eu que era eu que tinha vendido a farinha pro meu pai. Aí ele ficou bravo e disse que ia me prender, que eu era moleque saliente. "O senhor paga o que nós tem que nós sai. Não precisa o senhor mandar prender a mim, nem a meu pai. Nós sai aí. Pague aí." Nós tinha dez roça. Nós trabalhava com muita roça. Muita produção grande nós tinha de farinheiro. E ele ficou demais valente com nós.[43]

4.2 Regularização fundiária e a ação da SPU no município de Breves

A entrada do programa Nossa Várzea, em Breves, teve início em março de 2007, quando foram feitos os primeiros cadastros no município por meio da parceria entre a SPU e a Secretaria de Meio Ambiente Municipal (Sema/Breves).

Segundo as estimativas de um dos funcionários da Sema – participante do trabalho de cadastramento e distribuição de Taus no município –, já foram entregues "mais de 3 mil títulos de lá pra cá".[44] Como estratégia de articulação habitual da SPU, em buscar parcerias com atores locais, a logística para o cadastramento e o trabalho de entrega dos termos têm sido feitos pela prefeitura, especificamente pela Diretoria de Recursos Hídricos, vinculada à Sema.[45]

Nos últimos anos, no escritório da diretoria, tem funcionado uma espécie de "posto avançado" da SPU, com a finalidade de entregar Taus já emitidos (evitando assim o deslocamento de uma equipe de Belém), além do trabalho contínuo de

41. Ver *Relatório Territorial da Região Metropolitana de Belém e Abaetetuba*.

42. O barracão, ponto comercial e de moradia do "patrão", localizava-se na "boca" dos rios. Era o ponto onde os fregueses faziam a "quinzena", entregando sua produção extrativa (geralmente quinzenal) para o acerto das "contas", abastecendo-se de alimentos, de munição e de instrumentos de trabalho para uma nova jornada na floresta. A partir da "boca" do rio, o seringalista detinha o domínio completo do comércio do rio, não permitindo que "regatões" e "marreteiros" mantivessem relações comerciais com a sua freguesia (Oliveira Júnior, 1991, p. 57).

43. Depoimento de morador da comunidade Bom Jesus.

44. Depoimento do diretor de Recursos Hídricos da Sema/Breves. Os números, de acordo com os dados de 2010 da SPU, estão na tabela 1 deste relatório.

45. "O governo municipal tem sido muito importante nessa questão. A infraestrutura, de dar a logística, se preciso até de aparelhos, eles conseguem. A estadia, alimentação, transporte, o governo municipal dá. Se precisa de barco para ir para o interior dá também e tudo mais" (depoimento do diretor de Recursos Hídricos da Sema/Breves).

pré-cadastramento e entrega de outras políticas acopladas ao Taus, como o Bolsa Verde.[46] Segundo o funcionário, cerca de vinte pessoas por dia são atendidas na prefeitura, "eles não vêm somente para receber o Taus. Eles vêm para se pré-cadastrar, procurar o Bolsa Verde e informações".[47]

> Antes era assim, a equipe vinha e fazia direto o contato com o ribeirinho, mas hoje nós temos aqui essa linha, aí fico com o pré-cadastro. O pré-cadastro funciona da seguinte forma: a gente pega todos os dados da pessoa, nome, identidade, CPF, cartão bolsa família, todos os dados da pessoa, aí ficam faltando só o ponto de satélite que é preciso (...). Aí aqui veio com a descrição, uma foto e uma carta-imagem que é onde a gente localiza; então o técnico vem só pra bater o ponto de (GPS) e pra ver a fotografia. Ele vem, na verdade, confirmar o que nós fazemos aqui no pré-cadastro.[48]

Em relação ao retorno da SPU após o pré-cadastro efetivado pela prefeitura, alguns fatores de dificuldade são apontados no *Relatório de Viagem* dos técnicos da SPU correspondente ao período de trabalho de 13 de agosto a 1º de setembro de 2012. Entre as principais dificuldades apresentadas pelos técnicos, algumas chamam a atenção pela recorrência dos problemas verificados pela pesquisa em outras localidades[49]: *i)* grandes intervalos entre o cadastramento e a entrega dos Taus; no caso específico de Breves, foram três anos para a realização da recuperação cadastral; *ii)* falta de detalhamentos nos cadastros pendentes, como referenciais da localidade, apelidos e outras informações relevantes para a identificação das famílias; *iii)* conclusão dos trabalhos de cadastramento de roteiros já iniciados, sobretudo nas localidades em que famílias já foram mobilizadas quanto à ação da SPU; e *iv)* a não entrega (até a data do referido relatório) da totalidade dos Taus referentes à ação de cadastramento realizado em 2009 e 2010, fato que "ocasionou muitas dúvidas e questionamentos por parte das famílias ribeirinhas e também da própria equipe quando da realização do cadastramento, com vistas a evitar possível duplicidade cadastral" (Brasil, 2012, p. 6-7).

Mesmo com as dificuldades apresentadas, o referido relatório mostra um número expressivo de cadastros realizados no período. Foram 353 cadastros de famílias ribeirinhas (sendo dezenove resoluções de pendências) no distrito de São Miguel, especificamente nos rios Macacos e Jacarezinho, abrangendo as comunidades localizadas nos respectivos afluentes.[50] Esse número de Taus representa, segundo o relatório, "aproximadamente 55% do passivo existente para recuperação e complementação cadastral no município de Breves, apresentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente no ofício que originou tal ação" (Brasil, 2012, p. 9). Além dessas localidades, destacam-se em número de beneficiários as comunidades dos rios Anajás, Aramã, Arapijó, Bujuçu, Caruaca, Contra Maré, Curumu, Itaquera, Jaburu, Japatituba, Mapuá, Parauhau, Tauaú, Taujuri, Tucano-Açú.

Breves é um município emblemático para o Nossa Várzea. Não apenas por ser um dos maiores em número de contemplados com Taus no arquipélago, mas também por ter sido a cidade escolhida para a visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

46. Esse aspecto ressalta a importância de um posto avançado da SPU em municípios estratégicos para a ampliação e consolidação da política.

47. Depoimento de funcionário da Sema/Breves.

48. Depoimento de funcionário da Sema/Breves.

49. Ver *Relatório Territorial da Região Metropolitana de Belém e Abaetetuba*.

50. No rio Macacos: rios Ajará, Tauracu, Angelim, Puxador, Tamanduá, Macaquinho, Limão, Veado, Rapariga, Bexiga. No rio Jacarezinho: rios Três Bocas, Itaquera, Itaquerinha e Furo Santo Antônio (Brasil, 2012, p. 4).

em 6 de dezembro de 2007. A visita foi marcada pela cerimônia de entrega dos termos para famílias ribeirinhas de Breves e cidades vizinhas, além do lançamento do Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica. O evento, que teve como lema "Investir em segurança na posse para os ribeirinhos é investir em um país de todos", marcou o início da entrega de 8.802 Taus (Brasil, 2012).

Como registrado pela imprensa na época, "com as medidas, o governo busca acabar com o sub-registro de crianças de até um ano na região e assegurar a mais de 5 mil famílias o uso legal das áreas de várzea em que vivem".[51] No discurso, Lula evidenciou a importância do Taus em relação aos conflitos por terra da seguinte maneira: "peguem estes títulos e coloquem na parede de casa, para que qualquer grileiro saiba que a terra tem dono".[52]

O histórico de conflitos por terra e a necessidade de um processo de regularização fundiária, segundo funcionários da Sema, foram os principais motivadores para a ação inicial da SPU no município. Para o servidor, há uma situação recorrente de subordinação das famílias ribeirinhas, em que muitas passam a "zelar" pela terra de um pretenso dono, sem que estas tenham segurança e direitos quanto à terra ocupada (em muitos casos há mais de três gerações), assim como pelas relações de trabalho a que são submetidas.

> Eu compro uma terra grande aqui, de 900, de 2 mil, de 5 mil hectares e coloco o fulano pra ficar tomando conta. Aí eu vou embora e deixo o fulano lá. Um dia, cinco anos, seis, dez anos depois eu vou, ponho fulano pra fora, sem indenizar, sem nada e fico com a minha terra. E nós ribeirinhos temos direito porque mora e vive na terra. Por mais que esteja ali como agregado, mesmo o agregado tem o direito a um pedacinho ali pra plantar. Criar, fazer alguma coisa ali. Subsistir, se sustentar daquela terra.[53]

Relações assimétricas de trabalho – como o sistema de meia, o aviamento e outras formas de pagamento de "tributos" para explorar os recursos da várzea –, impostas por pretensos donos da terra, têm diminuído significativamente nos últimos anos pelos mais variados motivos. Em grande parte, conforme registrado em diferentes entrevistas, devido ao conhecimento de que as áreas de várzea são da marinha, portanto, públicas.

> De certa forma, onde você tinha um conflito, hoje você chega em algum lugar (...) que o cara tem o documento da terra, ele sabe que aquilo é dele, que não pertence a outra pessoa, como se tinha muito essa questão: "Não, eu trabalho nessa terra, mas a terra não é minha". O que eu produzo eu só posso vender pro meu patrão. Então essa coisa também foi quebrada, aquela questão de que, por exemplo, se eu tirar agora na safra dez latas de açaí, cinco eu tenho que dar pro meu patrão e as outras cinco eu tenho que vender pra ele. Isso acontecia no Mapuá e isso acontecia também no próprio [rio] Macaco.[54]

Por sua vez, para as expectativas geradas em relação aos usos do termo – assim como verificado em pesquisa anterior –,[55] muitos moradores ressaltaram a importância do uso do documento como um comprovante de residência. Além disso, enfatizam seu uso para

51. Agência Brasil. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-06/lula-entrega-titulos-de-terra-populacoes-ribeirinhas-no-para>. Acesso em: 4 ago. 2014.

52. Notícia disponível nos seguintes sites: <http://www.vermelho.org.br/noticia/27725-1>; <http://wh3.com.br/noticia/21550/%27se-fosse-para-ajudar-rico-ninguem-votava-contra%27-diz-lula-sobre-cpmf.html>.

53. Depoimento de funcionário da Sema/Breves.

54. Entrevista com ex-morador do rio Mapuá e atual vereador do munícipio de Breves.

55. Ver *Relatório Territorial da Região Metropolitana de Belém e Abaetetuba*.

ter acesso a certos direitos, como aposentadoria. Outros indicam sua importância para pleitear um crédito rural, Pronaf, Bolsa Verde etc.

> A outra questão é o acesso aos programas sociais. Acaba tendo uma facilidade. Por exemplo, hoje nós temos casado ao Taus o Bolsa Verde (...). Muita gente recebeu o Bolsa Verde com os dados que o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] tinha. Os projetos de assentamento [Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] já receberam o Bolsa Verde, e aí hoje a [SPU] foi fundamental, porque quem tinha essas informações que tava dentro do CadÚnico [Cadastro Único para Programas Sociais] e as informações que o MDS [Ministério do Desenvolvimento Social] oficiais. Acabaram sendo contempladas com essa questão do Bolsa Verde e vem a fomentar a nossa economia.[56]

Todavia, assim como na Belém insular e no município de Abaetetuba, sua função enquanto instrumento de regularização fundiária é pouco citada pelos contemplados.

> A serventia do SPU [Taus] é a seguinte: ele não é muito não, de modo que ele é 500 de frente por 1 mil de fundo, então no nosso caso aqui, que tem 3 mil e 900 metros a nossa área, só tem serventia mesmo pra gente ter porque ele serve pro empréstimo, serve pra aposentadoria. Mas é assim, é uma declaração, é só uma declaração. Ele não tá dizendo que a gente é dono de nada.[57]

O morador refere-se à maneira como o Taus é implantado individualmente, "a um raio de até 500 m, a partir de um ponto geodésico georreferenciado estabelecido no local de moradia do requerente, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local" (Brasil, 2013). Entretanto, é patente no depoimento que o "respeito aos limites de tradição" não é abarcado pela forma que se delimita a área de uso das famílias pelo termo. Esse aspecto, recorrente em diferentes depoimentos, fica evidente quando questionado sobre a insuficiência do documento em relação ao raio de residência e uso da família.

> Até 3.300 metros que é minha área, eu tenho que mandar nela. Porque 500 metros como que eu vou sobreviver aqui? Eu mesmo só tenho um filho, mas tem muita gente que tem quatro, cinco filhos pra trabalhar. Num dá pra viver num pedacinho desse.[58]

No caso da comunidade Bom Jesus, os moradores reuniram-se para estabelecer suas áreas, da forma pela qual as reconhecem historicamente, para que os riscos de conflitos de sobreposição trazidos pela política fossem evitados.

> Então ficou pro povo da comunidade decidir e (...) pediram que ficasse como tava. Dessa forma que funciona a colocação, que nós tratamos como colocação. No nosso caso foi feito o seguinte: aquele que tivesse duas ou três famílias dentro da casa foi divido entre si. Dividiram tudo de volta pro cunhado dela e pro cumpade dela. Dividiram quatro partes. Nós ficamos com quatro partes dividido, mas é uma boa área. Só que eles mexem no que é deles, e eu no que é meu. A divisão é sempre marcada por um igarapé.[59]

Importa considerar que exemplos de associativismo identificados ao longo das pesquisas de campo mostram que são poucas as experiências de organização comunitária para resoluções comuns como esta. Em um contexto ampliado, o município de Gurupá, tratado na seção 5, seria uma exceção na mesorregião do Marajó, quanto à organização de base e luta por iniciativas de regularização fundiária.

56. Entrevista com ex-morador do rio Mapuá e atual vereador do munícipio de Breves.

57. Entrevista com morador da comunidade Bom Jesus contemplado com o Taus/SPU.

58. Entrevista com morador da comunidade Bom Jesus contemplado com o Taus/SPU.

59. Entrevista com morador da comunidade Bom Jesus contemplado com o Taus/SPU.

Verifica-se que o papel do associativismo – no referido caso, representado pela Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (Amorema) – é de fundamental importância para a resistência por direitos territoriais. O território, como espaço de reprodução social, é delimitado pelas relações de uso e apropriação de uma porção espacial, cujos processos estão submetidos a um conjunto de princípios que norteiam as trocas e reciprocidades sociais, inclusive as que definem o uso e a apropriação da terra e o decorrente regime de propriedade.

Apesar da importância histórico-geográfica das áreas de várzea, corpos d'água e floresta no modo de vida das populações amazônicas, as definições estabelecidas pela política da SPU são parciais quanto à regularização fundiária e, de maneira mais acentuada, no reconhecimento de territórios ribeirinhos. Além da limitação própria do órgão, restringindo-se a dominialidade das várzeas e terrenos de marinha, o emprego de uma demarcação geometrizada, como o raio de 500 m, pode gerar confusão quando não respeitados os limites de usos tradicionais entre vizinhos.

> Inicialmente, nós tivemos muito esse debate, inclusive, até tecemos críticas quando começou a fazer esse trabalho há alguns anos atrás, porque coincidiu paralelamente com os trabalhos que a gente tava desenvolvendo; aí às vezes você fazia um ponto aqui no local e outro bem aqui. Dentro do círculo ali, eu ficava dentro do terreno do meu vizinho, e dentro do círculo do vizinho, o vizinho ficava dentro do meu terreno, mas se tem assim um grande consenso, mesmo tendo o [Taus] não referendando toda a área, permanece os limites tradicionais. As pessoas têm o documento como uma garantia, mas fica permanecendo as questões dos limites tradicionais, por exemplo, o meu terreno vai do igarapé-goiaba até o igarapé-manga, e o do vizinho começa no igarapé-manga do lado de lá até no igarapé-açu ou no rio Açu.[60]

Diante do exposto e analisando com base nos distintos depoimentos registrados, avaliam-se aspectos centrais do Taus quanto à sua eficiência para a manutenção de populações tradicionais nas áreas de várzea. De que maneira o termo pode contribuir com a segurança fundiária para famílias que habitam e trabalham nas áreas de várzea, mas que também dependem de outros ambientes que fogem à competência da SPU? A maneira como o terreno individual é dividido e registrado pela política tem contemplado as demandas por terra e recursos (materiais e espirituais) dessa população? Em outras palavras, a regularização fundiária prevista pelo Taus (apesar de considerá-lo) abarca os limites de uso tradicional ribeirinho na prática, isto é, no cotidiano dessas comunidades?

4.3 Comunidades visitadas

4.3.1 Comunidade Tucano-Açu

A comunidade Tucano-Açu, localizada ao longo da rodovia PA-159, foi formada em 1998 a partir do esforço coletivo de moradores do município em ocupar uma área (ação chamada pelos próprios comunitários de "invasão") destinada originalmente para a monocultura de dendê. A regularização fundiária da área está relacionada a uma solicitação ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) feita pela associação de moradores, criada em agosto do mesmo ano da ocupação.

Em 11 de novembro de 1998, o Iterpa regulariza a área de 25 ha, divididos em 198 lotes, sendo oito destinados a uma reserva. Apesar da área já contar com a regularização

60. Entrevista com ex-morador do rio Mapuá e atual vereador do munícipio de Breves.

feita pelo órgão competente estadual, as famílias da Tucano-Açu foram contempladas em 2010 com o Taus da SPU. Conforme relatos de moradores, o documento da SPU tem servido para o pedido de aposentadoria e para a segurança do trabalho. Questionado sobre de que maneira o documento estaria contribuindo para a segurança das famílias, um dos fundadores da associação argumenta que: "para segurança, porque o pessoal quer invadir o que é dos outros e isso a gente conseguiu com muito suor, muito sofrimento, para chegar (...)".[61]

A principal produção da Tucano-Açu é de açaí, seguida de frango caipira, pato, banana, macaxeira, farinha de mandioca, milho e abacaxi. Com exceção do açaí, que ocupa cerca de 2 ha de área cultivada, os outros produtos são para a subsistência e a venda quando a produção é farta e de qualidade: "o milho a gente planta mais pra criação (...). E o abacaxi também. Quando sai assim um abacaxi bonito a gente vende. As galinhas mesmo a gente vende mesmo pra ajudar".[62]

Quanto a infraestrutura e acesso às políticas públicas, as principais demandas são por energia elétrica, posto de saúde e acesso ao Pronaf. Segundo relatos, por conta da alta inadimplência do município, o microcrédito destinado a pequenos produtores rurais está suspenso temporariamente. Assim, comunidade sofre com a baixa produtividade, muito em função das dificuldades de incremento, fato recorrente nas diferentes comunidades visitadas pela equipe de pesquisa.

4.3.2 Comunidade São Pedro

A comunidade São Pedro, situada entre o rio Pararijós e o igarapé Veado, foi formada por nove famílias do rio Aramã ("último reduto de Breves", de acordo com os moradores) que chegaram à localidade no início dos anos 1970. A área de 800 ha, segundo relatos, foi regularizada pelo Incra há mais de quarenta anos em função de uma demanda da comunidade ao órgão. Sobre o processo de formação da comunidade, a liderança fundadora relata que:

> A gente veio pra cá eu era funcionário da saúde (...) são serviços que a gente prestava quando a malária matava muito. Aí teve um pedido naquela época do governo, em 1966, pra colaborar (...). Quando eu vim pra cá isso aqui era uma mata. Meu pai tinha comprado essas terras aí (...). E eu achei assim no pensamento: o pobre caboclo do mato que vive de fazer roça e acho que a gente devia fazer alguma coisa pela nossa família. Aí falei pro meu pai o seguinte: posso fazer aqui uma escola, levantar uma escola (...) ele disse: quem é o professor? Digo, eu sou o professor![63]

Apesar da toponímia, a formação da comunidade, segundo indicado no relato citado, está associada à construção de uma escola que se tornou referência para as comunidades do entorno, muito em função de ser uma seção eleitoral desde 1984. Situada às margens de corpos d'água, a comunidade, que conta hoje com 35 famílias, possui características do modo de vida ribeirinho, utilizando os rios para a pesca, as áreas de várzea para o extrativismo, sobretudo de açaí, e a terra firme para o rocio de maniva (figura 2).

61. Depoimento de um dos moradores da Tucano-Açu.

62. Depoimento de um dos moradores da Tucano-Açu.

63. Depoimento de liderança da comunidade São Pedro.

FIGURA 2
Casas às margens do rio Pararijós e casa de farinha

Elaboração dos autores.

Mesmo com essas características, a comunidade não possui o Taus da SPU, sendo a regularização do Incra suficiente para suprir todas as demandas da comunidade no que diz respeito à regularização fundiária, segundo relatos. A principal atividade é a farinha de mandioca, que é vendida na feira do produtor no centro de Breves. Tanto a produção quanto a venda são feitas de maneira individual. As práticas coletivas ficam restritas às manifestações culturais, como o grupo de carimbó e festas religiosas, entre outras ações organizadas pela Comunidade Eclesial de Base, como a construção de barracões e outras benfeitorias no sistema de mutirão.

4.3.3 Comunidade São Sebastião

A pequena comunidade de São Sebastião, formada por quatorze famílias, está situada na boca do rio Mapuá Mirim, um dos principais afluentes do rio Mapuá. As principais atividades econômicas são o rocio e a produção de farinha de mandioca, o extrativismo do açaí e uma das poucas comunidades que vendem óleo para as embarcações do Mapuá.

A totalidade das famílias foi contemplada com o Taus, juntamente com a comunidade vizinha, Bom Jesus, no ano de 2010. Questionada sobre a importância do documento da SPU, uma das comunitárias ressalta o respeito da área de cada família: "esse documento melhorou, porque cada um tomou conta da sua área. Antes vinha o fulano, entrava na sua área e tirava todo o palmito, toda a madeira. Depois que veio esse documento, não. Cada um tem o seu. Tudo ficou divisado".[64]

A esse respeito, foi ressaltado que a partir de uma reunião feita entre as comunidades, organizada pela Amorema, o raio de 500 m previsto pelo Taus foi "desconsiderado" em comum acordo, prevalecendo a divisão histórica estipulada pelas comunidades, isto é, os limites de uso tradicional prevalecem neste caso, evitando, assim, possíveis conflitos entre vizinhos.

A equipe teve a oportunidade, ainda, de fazer uma entrevista coletiva com os moradores na única escola da comunidade que atende alunos do Ensino Fundamental 1. Nessa reunião, foram ressaltadas as principais demandas da comunidade, como linhas de crédito, acesso a políticas, como o Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, ampliação da escola, entre outras. Uma das principais dificuldades de as famílias serem contempladas por linhas de crédito e demais políticas públicas deve-se a sua situação fundiária, por estarem no entorno da Reserva Extrativista Mapuá (Resex/Mapuá), e, por isso, incluídas na Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Apesar de serem, por direito, beneficiárias do PNRA para aplicação dos créditos, até o momento desta entrevista, as famílias não conseguiram ter acesso aos benefícios previstos pelo programa. Vale ressaltar que tanto as comunidades São Sebastião quanto Bom Jesus encontram-se na mesma situação, além de estarem dentro da área de suposta propriedade da empresa Ecomapuá. Essas sobreposições e seus decorrentes desdobramentos serão tratados no decorrer deste texto.

4.3.4 Comunidade Bom Jesus

A comunidade Bom Jesus, principal foco de análise deste relatório, localizada às margens do rio Mapuá, é formada atualmente por 44 famílias. As atividades concentram-se no rocio em um sistema cooperado entre vizinhos, açaí, pesca e caça de subsistência. A madeira, apesar dos depoimentos velados, ainda se destaca como a principal fonte de renda das famílias (figura 3).

64. Depoimento de comunitária da comunidade São Sebastião.

FIGURA 3
Comunidade Bom Jesus: igreja e escola municipal

Elaboração dos autores.

Como já mencionado, a comunidade consta na Relação de Beneficiários do PNRA, por integrar a Resex Mapuá, cuja área coincide com as "exploradas" pela empresa de negócios ambientais Ecomapuá. Porém, antes de ser administrada por esta empresa, a área é conhecida como de domínio da família Félix,[65] parte da oligarquia que controla a exploração madeireira de Breves.

> Eu era morador do rio Aramã, nasci lá e me criei lá. Aí, como eu trabalhava com os Félix que mandava nas terras pra cá, eles me indicaram pra vir pra cá. Fiquei tomando conta de um pessoal aqui. Aí eu vim e fiquei morando. (...) Essa família que mandava aqui dentro. Depois venderam, mas ficaram usando aqui.[66]

Essas terras, reivindicadas pela empresa Ecomapuá, desde o ano 2000, segundo os depoimentos, pertenciam a várias pessoas que haviam se estabelecido na região há muitos anos. Com o processo de concentração de terras, ocorrido durante o auge da exploração da borracha, as terras onde está assentada a comunidade Bom Jesus foram apropriadas primeiramente por Fernando Alves, comerciante radicado no rio Aramã (Herrera, 2003). Posteriormente, as terras foram adquiridas por Sebastião Félix, como mencionado, que continuou com as mesmas práticas de exploração do período gomeiro, baseadas em relações de trabalho assimétricas, subordinando famílias ao regime do aviamento.

Além das sobreposições territoriais indicadas – herança que se transforma desde as colocações da borracha –, grande parte das famílias da Bom Jesus possui, atualmente, o Taus, com exceção dos moradores do interior da Resex, que possuem uma declaração

65. "Sebastião Hortas Félix é um dos representantes da tradicional 'família Félix', que há cerca de cem anos tem destaque no cenário econômico e político de Breves. A trajetória dessa grande família começou com o patriarca Constantino Félix, que era amigo do Coronel Lourenço de Mattos Borges, a quem herdou parte de sua influência política e financeira. Essa tradição foi transferida para seus filhos, em especial para Sebastião Hortas Félix, que se tornou um dos principais empresários do ramo madeireiro em Breves, além de se destacar na política", sendo prefeito de Breves entre 1963 e 1967 (Salera Júnior, 2014).

66. Depoimento de morador da comunidade Bom Jesus. Esse aspecto será aprofundado a seguir.

emitida pela Amorema comprovando a residência da família. De maneira semelhante às outras comunidades visitadas, o documento vem sendo usado para o pedido de aposentadoria, comprovante de residência e segurança para trabalhar na área.

As relações de trabalho baseadas no aviamento ou na meia diminuíram significativamente no Mapuá, segundo relatos, muito em função do declínio da exploração madeireira e das novas funções atribuídas à floresta dadas pela atual empresa "detentora" da área. O Taus, neste caso, pode ter importância relativa quanto à redução do trabalho análogo à escravidão. Não se trata de um marco divisório, mas de um complemento que reforça a dominialidade da área enquanto pertencente à União, sendo o Taus um dos elementos dentro de um contexto que se desdobra em mudanças parciais quanto às disputas por terra e recursos nas várzeas do Mapuá.

4.4 Função socioambiental do patrimônio da União, rio Mapuá: sobreposições territoriais e interseções políticas

Rios, furos, estreitos, igarapés, igapós, várzeas, açaizais, imensos aguaçais, florestas são lugares comuns onde se inscreve a cultura das famílias que vivem nas margens do rio Mapuá, assim como em grande parte do arquipélago do Marajó. Como mencionado anteriormente, em geral, estas famílias ribeirinhas, descendentes de índios da nação Nheengaíba, colonizadores europeus e migrantes da borracha, têm na várzea um ambiente síntese de sua cultura que se reproduz entre os corpos d'água e a floresta. Como bem mostra as *Cartas* do padre Antônio Vieira, em meados do século XVII, este ambiente, alagadiço e de densa floresta, é central para as populações amazônidas, sobretudo para a cultura marajoara.

As várzeas do Mapuá e seus recursos vêm sendo alvo de intensas disputas e interesses desde a guerra luso-holandesa no século XVII,[67] passando pelas colocações de borracha na região, instaladas em princípios do século XX, até os dias de hoje com os interesses diversos sobre a floresta de várzea.

Com a intensificação da economia gomífera na Amazônia, somada ao grande número de trabalhadores que se deslocaram para a região, inúmeros comerciantes foram atraídos pelas oportunidades de um mercado doméstico em crescimento. Grande parte desse comércio, baseado no sistema de aviamento, tipo de venda de mercadoria a prazo cujo pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um tempo determinado (Mcgrath, 1999), implicou uma série de desdobramentos para as famílias do Mapuá.

Os trabalhadores entregavam toda a sua produção em troca de mercadorias manufaturadas, porém essa produção nunca atingia o valor gasto nas chamadas "cantinas", com toda a mercadoria de que necessitavam para manter suas famílias.

A relação de paternalismo e clientelismo entre extrativistas, comerciantes e proprietários de terras obrigava muitas famílias a liquidar suas dívidas entregando sua terra, seu sítio, sua posse (Herrera, 2003, p. 51). Este processo de espoliação implicou mudanças significativas no Mapuá, dando origem aos primeiros proprietários (pretensos donos) que concentram grandes áreas de terras nesta região.

67. No período, o peixe-boi era o principal produto de exportação para Holanda, sendo comercializado com os índios Nheengaíba: "*ha muito tempo tinhaõ commercio, pela vizinhança dos seos portos com os do Cabo do Norte, em que todos os annos carregaõ de peyxe Boy mais de vinte navios de Ollanda*" (Vieira, 1735, p. 26).

> Consta na nota que o meu pai tinha que eles tiravam uma comissão muito alta e a gente não sabia. Então, eles que moravam aqui, os poderosos, consta que cada um morador, meus avós, eles tinham um terreno aqui. Aí quando chegava no fim do ano, o cara não pagava conta com a borracha. Ele ralhava os fregueses, aí ia pra cidade dele, era o prefeito nesse tempo. Ele mandava cadastrar tudinho e tomava a terra do pessoal, aí ele fez um terreno só, diz que foi assim o negócio.[68]

No final dos anos 1960, já com a "propriedade" nas mãos da família Félix, a economia da borracha é substituída pela extração da madeira. Com a vasta cobertura vegetal da região do Marajó, particularmente na região dos Furos de Breves, o comércio de madeira cresce exponencialmente com as exportações de espécies abundantes como virola, andiroba, maçaranduba, cupiuba, entre outras de menor expressão comercial.

4.4.1 A "floresta deitada"

Essa riqueza vegetal converteu-se na principal atividade econômica do município, direcionada para o mercado doméstico local e nacional, atingindo, inclusive, escalas de exportação significativas. Na virada da década de 1970 para 1980, multinacionais madeireiras passaram a atuar no município. Destacam-se, tanto em Breves como nos municípios vizinhos, Hadex e Brumasa como as grandes empresas atuantes na região.

Pouco antes da chegada das multinacionais, no início dos anos 1970, já despontavam algumas empresas de porte considerável, como a Superfine Madeireira Ltda, com participação majoritária de capital japonês. Trata-se de um acordo estabelecido com a família Félix, em que a empresa assume o comando da área de 98 mil hectares, às margens do Mapuá, e os "patrões", os Félix, continuavam com o controle da área.

A relação estabelecida entre a empresa e os antigos "donos", isto é, o explorador do trabalho no interior das comunidades ribeirinhas, era de responsabilidade mútua. Enquanto a empresa garantia a compra da madeira, "o 'patrão' mantinha a relação de subordinação com os extrativistas, por meio de mecanismos de endividamento e dependência nas distantes localidades do rio Mapuá" (Herrera, 2003, p. 61).

Com o fechamento da empresa em 1978, e sem nenhum interesse em manter o controle efetivo da área, essas terras voltam para a responsabilidade dos Félix. Com o encerramento das atividades da empresa e o decorrente abalo na economia local, os conflitos pela posse da terra tornavam-se mais acirrados. Mesmo com os conflitos latentes, o controle das terras permanece com a família Félix, que continua a explorar o corte de madeira, porém sem a mesma intensidade com a diminuição da madeira de lei na região.

> Superfine acho que era o nome da empresa deles. Ali em Santo Amaro, na frente de Breves também era deles. [Deixa ver se entendi: essa família Félix, que tinha essa relação de trabalho com vocês que venderam para a empresa japonesa, mas mesmo assim eles continuaram explorando a área?] Isso, porque a empresa foi e sentou uma fábrica lá perto de Santana [Amapá], numa ilha lá. Aí parece que não deu muito certo e pararam com o negócio da madeira, aí eles [família] ficaram, acho que pagando um aluguel pra eles [empresa].[69]

São diversos os desdobramentos advindos da exploração da madeira, podendo ser exemplificados em várias dimensões: crescimento demográfico; instalação de serrarias

68. Entrevista com morador da comunidade Bom Jesus.

69. Depoimento de um morador da comunidade Bom Jesus.

na região; alteração da cobertura vegetal e o esgotamento de determinadas espécies vegetais – expansão da fronteira de desmatamento; acentuação da apropriação de terras por empresas privadas; e intensiva exploração dos trabalhadores (Souza, Canto e Herrera, 2002).

4.4.2 A "floresta em pé"

No início dos anos 2000, retoma-se a discussão sobre a mesma área (com a exploração dos seus recursos madeireiros há quase um século) em função da venda e do controle, que passa a ser de uma nova empresa. De acordo com o histórico descrito em documentos da empresa detentora atual da área:

> A história recente da empresa Ecomapuá Ltda (setembro de 2000) é marcada pela mudança na diretoria da empresa Santana Madeiras Ltda. Nesses três anos que se seguiram sob uma nova concepção empresarial, a Ecomapuá Ltda (antiga Santana Madeiras Ltda) vem desenvolvendo alguns estudos preliminares que possam subsidiar a formulação de um projeto consistente, ambientalmente correto e socialmente justo, identificado por suas linhas básicas como sendo de desenvolvimento sustentável (UFPA, 2002, p. 2).

O fato foi relatado em uma das entrevistas, da seguinte maneira:

> Lá era a fábrica da madeira (Santana), a japonesa, a fábrica que o [nome do novo proprietário] começou tudo isso. Foi lá que o [nome do novo proprietário] conversou com eles e encontrou lá, aí negociaram, ele pagou e ficou com as terras. Assim que aconteceu.[70]

A partir deste momento, a direção da empresa Ecomapuá Conservação Ltda passa a reivindicar os "legais" direitos da área por meio de novas atividades voltadas para "negócios ambientais" – conforme autodenominado no *site* da empresa –, especificamente com um projeto de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), vinculado ao chamado "mercado de emissões de gases efeito estufa".

Esses projetos, sinteticamente, possuem a função de produzir biomassa e consequentemente estocar, ou fixar, carbono nas folhas, caules, raízes e principalmente no tecido lenhoso das árvores. Após a quantificação do carbono estocado e o cumprimento de uma série de exigências técnico-burocráticas, os participantes do projeto podem pleitear créditos compensatórios de carbono e negociá-los nos mercados *ad hoc* ou diretamente com empresas que necessitam (ou querem voluntariamente) compensar suas emissões de gases efeito estufa.

Para muitos especialistas e entusiastas do "mercado verde", o corrente regime jurídico das mudanças climáticas globais, instituído a partir das diretrizes que decorrem do Protocolo de Quioto – sobretudo os mecanismos mitigatórios das mudanças climáticas –, "já possibilita oportunidades para aproveitar os benefícios do mercado para promover conservação e restauração florestal" (Portela, Wendland e Pennypacker, 2009, p. 12).

Diante do crescente interesse pelas florestas no atual contexto das mudanças climáticas, questiona-se sobre os desdobramentos (ainda não totalmente compreendidos devido à atualidade do tema) em territórios amazônicos. Especificamente, questiona-se aqui a respeito das novas implicações e desdobramentos sobre a função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia.

70. Depoimento de um morador da comunidade Bom Jesus e funcionário da empresa Ecomapuá.

As relações entre políticas para mudanças climáticas e pequenos trabalhadores rurais, comunidades tradicionais e indígenas vêm se estreitando gradativamente a partir dos benefícios que se anunciam pelas diretrizes traçadas para a questão climática global; desde a manutenção das florestas em pé, como importante sumidouro de carbono da atmosfera, até a uma suposta promoção da qualidade socioambiental de famílias que são compensadas por renunciarem, em certos casos, parte da renda de suas atividades regulares. No caso do Mapuá, uma das primeiras medidas tomadas pela direção da empresa foi a proibição da exploração madeireira na área.

> Aí foi que o chinês veio, ele tornou a proibir a extração de madeira. Só que aí o povo já não era aquele povo antigo, um povo mais novo, aí eles começaram a achar que não deveriam trabalhar.[71]

> Então, aí que veio o japonês, vendeu já as terras pro chinês, justamente o [nome do proprietário] foi quem comprou as terras. Por motivo de má compreensão, má entendimento do povo, ele chegou, colocou a proposta dele e aí, e aí o povo se revoltaram. Porque achava que não ia dar certo, porque não ia aceitar, foi um problema muito sério.[72]

Com a proibição do corte da madeira, assim como a exploração do palmito, principais atividades das comunidades do Mapuá, diversos desdobramentos ocorreram gerando controvérsias e disputas em torno das florestas de várzea, originando, inclusive, um reordenamento institucional e fundiário, fruto da conquista pelos moradores da implantação da Resex Mapuá. O efeito imediato foi a abertura de um abaixo-assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Breves para a criação da reserva.

> Inclusive, depois eu vendo os relatos da história lá, fui ver que a criação da reserva foi justamente por conta da proposta dele inicial. Porque ele é o dono da terra lá, ele comprou de uma antiga madeireira. Aí ele primeiro tentou criar um tipo de reserva de desenvolvimento sustentável em um modelo que pode ter a iniciativa privada lá dentro. Ele chegou a contratar uns consultores para fazer um diagnóstico da área e chegou a fazer uma série de propostas. Mas aí em contrapartida, o pessoal do sindicato se mobilizou e fez um abaixo-assinado contra ele. E daí que surgiu a proposta de uma Resex, justamente por ele não ter conseguido provar a titularidade dele lá (...). Isso foi há uns dez anos atrás que houve esse conflito (...). Teve até um movimento popular aqui em Breves, com passeata e lutando pela regularização da área. E realmente aconteceu.[73]

Questionados sobre possíveis conflitos com a empresa detentora da área e se os "donos" teriam o conhecimento da entrega dos Taus para as comunidades, os moradores afirmaram não haver mais conflitos – exceto os casos de cortes de madeira que passaram a ser proibidos na área, como já descrito – e que é de total conhecimento a entrega dos documentos da SPU para as famílias residentes na área.

Mesmo com as mudanças significativas em relação aos conflitos por terra e pelas florestas do Mapuá – culminando com a criação da Resex, que abrange grande parte da área adquirida pela empresa –, as disputas pelos recursos das várzeas permanecem. Desde fevereiro de 2013, a empresa tem aprovado e registrado o projeto Ecomapuá Amazon REDD Project no mercado internacional de compensação de gases efeito estufa, mais

71. Depoimento de um morador da comunidade Bom Jesus.

72. Depoimento de uma das lideranças da Amorema.

73. Depoimento de funcionário do ICMBio.

especificamente pelo Verified Carbon Standard (VCS),[74] com base em grande parte nos "estoques de carbono" das florestas de várzea do rio Mapuá.

A análise das sobreposições de perspectivas e atuações sobre as várzeas mostra-se extremamente complexa, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos que ocupam as áreas historicamente.

Apesar da complexidade, verifica-se um número relativamente pequeno de sujeitos e instituições envolvidos com as disputas sobre as várzeas do Mapuá. Essas disputas estão intrinsecamente vinculadas às visões e maneiras que os diferentes grupos atuam sobre o mesmo ambiente: os ribeirinhos que têm nas áreas de várzea seu sustento material e espiritual,[75] portanto, parte integrante de sua cultura, de seu território; a empresa Ecomapuá, ao promover uma iniciativa comercial focada no desmatamento evitado, possui um entendimento estritamente utilitarista da floresta, reduzindo toda a complexidade e diversidade deste ambiente enquanto mero sumidouro de carbono.

Questionam-se, portanto, as implicações que essas ações podem trazer para essas comunidades, não apenas do chamado "ponto de vista ambiental" (esse muito ressaltado tanto pela política da SPU quanto pelo projeto de REDD+ da empresa, cada qual com suas particularidades), mas também da perspectiva cultural de famílias que têm na terra, na floresta e nas águas sua base de reprodução. Reprodução essa de populações que afeiçoam seus territórios de acordo com seus hábitos regulares, atribuindo significados e formas específicas ao estuário do rio Amazonas há séculos.

Neste sentido, as florestas de várzea, ao contrário do entendimento corrente, inclusive dos órgãos ambientais, como bens "naturais", como algo dado ou preexistente, devem ser apreendidas por uma perspectiva histórica, ou seja, como processo cultural de um grupo que tem nas terras alagadiças seus recursos materiais e espirituais. Esse entendimento, isto é, a maneira pela qual o grupo interage e percebe seu ambiente, é de extrema importância para as formulações de políticas públicas direcionadas para as áreas de várzea, sobretudo às de regularização fundiária. Há uma dívida histórica a ser paga pelo Estado brasileiro a essas populações que vivem de maneira sustentável há bastante tempo nas várzeas do Marajó.

5 GURUPÁ

O município de Gurupá abrange um território de 9.309 km^2, localizado na microrregião de Portel, formando limites a sudoeste com o município de Almerim; a oeste, com os municípios de Vitória do Jari e Mazagão (ambos do estado do Amapá); ao norte, com Afuá; a leste, com Breves; a sudeste, com Melgaço; e ao sul, com Porto de Moz. Seu território é composto por uma parte de terra firme, onde se localiza a sede, e outra composta por inúmeras ilhas, das quais se destaca, por sua extensão, a Ilha Grande de Gurupá, com área de cerca de 4 mil km^2, a segunda maior ilha do arquipélago do Marajó e a quarta maior do Brasil.

74. Para mais detalhes acessar: <http://www.v-c-s.org/>. Acesso em: 10 abr. 2014.

75. Diversas espécies da mata de várzea, assim como outros aspectos que envolvem o ambiente, como a dinâmica das águas, são incorporadas em rituais e cerimônias de pajelança cabocla. Do ponto de vista antropológico, um dos primeiros trabalhos sobre a diversidade religiosa do caboclo amazônico foi a tese de Eduardo Galvão, realizada na cidade de Gurupá, intitulada *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*. A tese resultou na publicação de um livro em 1955 dentro da coleção Brasiliana.

Ao sul de seu território, na divisa com o município de Porto de Moz, ocorre o encontro de dois grandes rios: o Xingu e o Amazonas. À jusante dessa confluência, o rio Amazonas se bifurca, formando dois grandes canais: o canal norte, que passa entre a porção oeste da Ilha Grande de Gurupá e o estado do Amapá, e o canal de Gurupá, o qual separa a Ilha Grande da área de terra firme do município.

Com relação à vegetação, predomina a floresta tropical densa. A depender de onde esteja situada, se na terra firme ou em áreas de várzea, a incidência de espécies dessa formação florestal irá variar. Na terra firme, destacam-se as castanheiras, breu, louro, sucupira, maçaranduba, entre outras. Nas áreas de várzea, as principais espécies são a seringueira, a andiroba, o açaizeiro, o buritizeiro, o assacu, a ucuúba e a samaúma. As várzeas também apresentam enclaves de campos naturais, onde é praticada a criação extensiva de bubalinos. Correspondem a cerca de 4% da cobertura vegetal, presentes em áreas da Ilha Grande e predominantes nas ilhas de Cujuba, Urucuricaia, Ariboca, Macaco e Silêncio (Oliveira Júnior, 1991, p. 22-32).

De acordo com o último censo demográfico, residem em Gurupá 29.062 habitantes. Destes, a grande maioria, 67%, situa-se na zona rural. Trata-se de um município tipicamente rural. Dessa forma, as atividades agroextrativistas desempenham um papel importante para a maioria da população. A predominância e o tipo de destinação das categorias de atividades agroextrativistas dependerão da localização do estabelecimento rural, se na terra firme ou nas áreas de várzea. Na terra firme, os chamados "roceiros" cultivam, sobretudo, a mandioca, da qual é produzida a farinha para o autoconsumo e para o abastecimento do comércio local. O extrativismo também exerce papel importante, principalmente a extração de madeira, mas trabalha-se também com produtos não madeireiros como a castanha-do-pará.

Na várzea, o ribeirinho, além de fazer pequenos roçados para o autoconsumo, pratica a pesca e o extrativismo. Extraem-se madeira, palmito e açaí. Este último, além da importância histórica para a alimentação da população local, a partir da década de 1990, passa a constituir importante fonte de renda para as famílias ribeirinhas. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, Gurupá foi o município com a segunda maior produção de açaí, com quase 40 mil toneladas do fruto naquele ano (IBGE, 2006) (tabela 2).

TABELA 2
Os dez municípios com maior produção de açaí (fruto)

Município	Quantidade colhida (toneladas)
Viseu-PA	46.788
Gurupá-PA	39.240
Igarapé-Miri-PA	15.343
Curralinho-PA	13.815
São Sebastião da Boa Vista-PA	13.266
Muaná-PA	10.889
Acará-PA	10.855
Ponta de Pedras-PA	10.597
Abaetetuba-PA	7.052
Bujaru-PA	6.584

Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE.

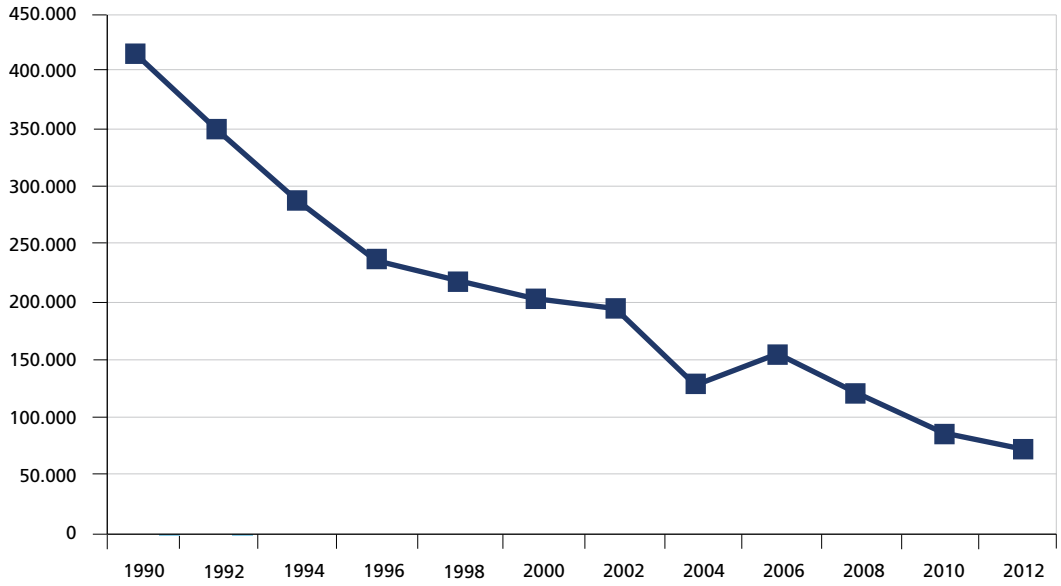
O palmito, por sua vez, que também é extraído do açaizeiro, apresenta tendência oposta ao fruto. Sua produção que, em 1995 era de 3.429 toneladas, em 2006 chega a apenas 1.504 toneladas. Uma redução de 44% em um decênio. Desde meados da década de 1970, o palmito vinha sendo extraído intensivamente por empresas palmiteiras que se instalaram na região após a exaustão da extração do palmito de juçara no Sul e Sudeste do país. A forma intensiva de extração causou grande devastação dos açaizais nas áreas de várzea no município (Oliveira Júnior, 1991, p. 135). Com a valorização do fruto do açaí no mercado regional e nacional, os açaizais passam a ser manejados pelos próprios moradores ribeirinhos, recuperando e adensando os açaizais nas beiras de rios e igarapés. Atualmente, a atividade de manejo do açaizeiro está difundida pelo município e voltada para a melhoria da produtividade do fruto, com o palmito constituindo uma reserva de mercado em caso de maiores necessidades.

A pesca constitui outra atividade importante para a população rural, principalmente para os habitantes das ilhas. Tradicionalmente praticada de forma artesanal para a alimentação das famílias, atualmente constitui importante fonte de renda para os ribeirinhos. Durante as décadas de 1980 e 1990, vários conflitos de pesca ocorreram entre os pescadores artesanais e as chamadas "geleiras", barcos frigoríficos de grandes empresas que praticam a pesca industrial, cuja exploração ocasionara uma redução substancial da disponibilidade de peixes na região. Os pescadores locais mobilizaram "empates"[76] e chegaram a recorrer à justiça para impedir a ação das geleiras. Atualmente são firmados acordos entre os pescadores locais, geleiras e pescadores de outras regiões para regular a atividade de pesca nos rios, furos e igarapés do município (*op. cit.*, p. 156). A pesca do camarão destaca-se no município. Os pescadores locais, com a assessoria técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), desenvolveram um sistema de pesca e manejo desse crustáceo, conseguindo incrementos de rentabilidade e a preservação da espécie.

A atividade madeireira exerce importância na economia do município e é fonte de renda para os trabalhadores rurais. No início, praticada por grandes empresas que instalaram grandes serrarias na região, atualmente é realizada pelos próprios moradores das áreas rurais, tanto da terra firme como da várzea, em serrarias familiares que exercem a extração seletiva e de pequena escala. O arranjo atual da atividade madeireira é resultado da organização dos trabalhadores rurais, liderados pelo STTR, que, a partir da década de 1980, promove iniciativas direcionadas a manejar adequadamente a floresta de modo a preservá-la e regularizar a atividade junto aos órgãos ambientais. Segundo relatos locais, hoje apenas uma área é explorada diretamente por uma grande empresa madeireira, a Hadex, que exerce a atividade de forma intensiva em uma comunidade quilombola. Os reflexos da mudança do arranjo da atividade madeireira para uma exploração familiar de pequena escala podem ser vistos nos dados oficiais. De acordo com o IBGE, a extração de toras de madeiras que, em 1990, ultrapassou 415 mil metros cúbicos, em 2012 não chegou a 80 mil metros cúbicos (gráfico 4).

76. Os empates consistiam em barrar a passagem das embarcações e assim impedir a atividade pesqueira das grandes empresas. Foi uma ação de resistência difundida pelo movimento seringueiro no Acre, liderado por Chico Mendes, quando se impedia a ação de madeireiros nos seringais.

GRÁFICO 4
Gurupá: extração de madeira em tora – série histórica
(Em m³)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura.

O território circunscrito hoje ao município de Gurupá era ocupado, muito antes do início da incursão europeia, por um grupo indígena denominado *mariocai*, o qual foi dizimado após a colonização portuguesa. A respeito desse grupo indígena, não há registros históricos, tampouco foram estudados vestígios arqueológicos de sua ocupação. Sabe-se de sua existência pelos registros que mencionam suas relações com os primeiros europeus que ali se instalaram, notadamente os holandeses, e o processo de aldeamento e de escravização que sofreram a partir da ocupação portuguesa (Treccani, 2006, p. 95; Oliveira Júnior, 1991, p. 43-44).

Como mencionado anteriormente, os portugueses não foram os primeiros a se instalar na região. Frotas navais de outras nações europeias iniciaram o processo de ocupação. No início do século XVII, holandeses e ingleses chegaram a instalar feitorias e fortificações na região até a foz do rio Xingu. A fortificação mais importante, construída pelos holandeses, por sua localização estratégica, detinha a denominação do povo indígena que lá habitava: mariocai. Situada em uma ribanceira de 20 m de altitude do rio Amazonas, essa fortificação, após disputa bélica e a decorrente vitória lusitana, foi tomada em 1623 e reconstruída sob o nome de Forte Santo Antônio de Gurupá (figura 4) (Galvão, 1955, p. 21; Treccani, 2006, p. 112).

FIGURA 4
Forte Santo Antônio de Gurupá

Elaboração dos autores.

A partir de então a Coroa Portuguesa consolida seu domínio sobre a Amazônia, com Gurupá representando, durante o século XVII, sua ocupação mais a oeste do território brasileiro. Durante este período, serviu de ponto de defesa contra incursões de outras nações europeias e também de ponto de apoio para a expansão do domínio português na região amazônica. Forma-se assim a vila de Gurupá, que figura hoje como um dos mais antigos municípios do Pará.

O processo inicial de ocupação portuguesa em Gurupá ocorreu mediante o estabelecimento de missões religiosas, que tinham o objetivo de aldear e catequizar os indígenas de modo a eliminar sua resistência contra a investida portuguesa. A ida de colonos portugueses a fim de explorar economicamente a região resulta em uma disputa com os religiosos sobre o controle da mão de obra indígena. A esta, soma-se a introdução do escravo africano, presente desde o século XVII, mas intensificado a partir do século XVIII, com a proibição do regime pombalino da escravização dos índios. As ações de resistência dos negros contra o regime de escravidão resultariam na formação de quilombos no município (Treccani, 2006, p. 162-166).

5.1 Formação econômico-social e luta dos trabalhadores rurais

Se inicialmente tenha exercido função estratégica na ocupação portuguesa na Amazônia, à medida que se estabeleciam novas ocupações para o interior da bacia amazônica, Gurupá vai perdendo importância para a Coroa. Durante o século XIX, porém, com o ciclo da borracha, a vila recupera importância política e econômica, constituindo o principal entreposto para o escoamento da borracha extraída no interior da Amazônia. A economia gomífera daria novo dinamismo econômico e social ao município, que apresentou aumento populacional e incremento do comércio local.

> O advento da exploração da borracha veio trazer, já no século XIX, novo alento. Entre 1870 e 1912 a cidade tornou-se centro de ativo comércio. A população estimada no século XVIII em setecentos indivíduos sobe a novecentos em 1840, e a 2 mil nos últimos anos daquele período.

> Fala-se em vinte casas de comércio que aí se fundaram para ilustrar o ascenso progressista. Um jornal, semanário, circulava. Casas de jogo estendiam sua fama além dos limites da cidade e do município. A vida social era intensa para os patrões e seringalistas abastados (Galvão, 1955, p. 22).

Além de ser o principal entreposto de comercialização da borracha extraída no interior da Amazônia, as ilhas e várzeas de Gurupá tornaram-se lugar de inúmeros seringais, transformando a vida social e econômica do município. A economia local passa a ser dominada pelo extrativismo da borracha, e contingentes de trabalhadores oriundos, principalmente, do Nordeste brasileiro, instalam-se no município para trabalhar na extração do látex.

O trabalhador seringueiro tinha de se enquadrar no sistema de aviamento que regrava toda a economia da borracha: da extração à exportação. Na base da cadeia, o seringueiro devia entregar a produção exclusivamente ao patrão seringalista. Em troca, recebia mercadorias cujos preços eram sobretaxados de maneira a manter o seringueiro sempre em dívida com o patrão. Estabelecia-se, dessa forma, a relação patrão-freguês, aparentemente comercial, mas na verdade era baseada em uma relação de exploração de trabalho. O barracão, situado estrategicamente na boca do rio, era a moradia e a casa de comércio do patrão, de onde controlava a entrada e saída de embarcações de modo a reprimir relações comerciais entre seus fregueses e os regatões, as quais eram contidas frequentemente com violência, muitas vezes com expulsão do seringueiro de sua colocação.

> Essa região do Marajó, de Gurupá, que nós estamos bem na ponta de Marajó, pra baixo, nós tivemos a figura do patrão. (...) Quem que era o patrão? Acho que vocês têm ideia. Uma casa comerciária grande, geralmente localizada na boca dos rios, porque é estratégico pra que ele enxergasse, visse o freguês sair ou não levando a produção. Então, por isso, se localizava esses barracões na margem dos rios e eram donos de todas essas terras. Por exemplo, nós estamos aqui na comunidade Santo Antônio, havia um dono somente de todas essas terras.[77]

Com sua economia fortemente vinculada à exploração do látex, Gurupá sofre novamente um processo de decadência a partir do início do século XX, quando a borracha da Amazônia perde mercado para as colônias inglesas na Ásia. Casas de comércio vão a bancarrota e há um decréscimo populacional (Galvão, 1955, p. 23). A economia do município encontraria novo alento com o segundo ciclo da borracha, durante o período da Segunda Guerra Mundial, ocorrendo nova estagnação após o fim dessa guerra e a retomada do controle da produção da borracha asiática pelos aliados, o que encerra de vez a extração da borracha como atividade econômica predominante no município. É justamente nos períodos de estagnação econômica que os camponeses das várzeas irão se voltar para atividades extrativas e agrícolas para sua subsistência.

A partir da década de 1950, um estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO), avaliando o potencial madeireiro da bacia amazônica, desperta a cobiça de empresas madeireiras nacionais e internacionais pela região, sobretudo o arquipélago do Marajó. Com incentivos fiscais e financiamentos oficiais, várias empresas instalam-se na região. Em Gurupá, passam a atuar, a partir da década de 1960, várias empresas madeireiras. A Brumasa foi a que ocasionou maiores impactos econômicos e socioambientais, chegando

77. Depoimento de liderança comunitária.

a deter uma área correspondente a cerca de 10% do território municipal (Oliveira Júnior, 1991, p. 115).

Ao se instalarem no município, essas empresas associavam-se com os antigos patrões remanescentes, aproveitando-se da relação patrão-freguês imperante desde o início da economia da borracha. A forma mais comum de associação entre madeireiras e patrões consistia na compra pelas empresas das áreas detidas historicamente pelos patrões, que permaneciam controlando a produção de madeira e a exploração da mão de obra dos moradores locais. Firmavam-se como comodatários das empresas madeireiras. Aos moradores era proibida a comercialização de madeira com terceiros, sendo permitida a pesca, o extrativismo não madeireiro e a agricultura em áreas previamente determinadas por seus antigos patrões. Eram assinados termos de acordo entre empresa, patrão e morador. Este tinha de se submeter às cláusulas impostas pela empresa, sob pena de ser despejado do local.

Para fazer valer seus domínios sobre as áreas florestais, as empresas contavam com fiscais particulares, que vigiavam as áreas e confiscavam a madeira extraída pelos trabalhadores rurais sem sua autorização. Ameaças e violências por partes desses e dos patrões também eram frequentes. Além disso, empresas e patrões tinham a seu lado o aparato policial e o judiciário local, cujas decisões, na maior parte das vezes, lhes eram favoráveis.

> A Brumasa comprou estas terras há mais ou menos vinte anos atrás (1968). Quando ela entrou com um contrato pra gente assinar, a gente conversou com um advogado que entrou na justiça com uma ação de usucapião, porque fazia mais de quarenta anos que a gente morava aqui. (...) Depois disso veio o Aderbal Goes ["comandatário" da Brumasa] dizendo que estas terras era dele e avisa que a madeira deveria ser vendida só para ele e, caso a gente não tirasse, mandava vir gente pra tirar. Trouxe dois pistoleiros falando para os vizinhos que dissessem pra nós que ele matava por brincadeira. (...) Depois ele foi até Gurupá e trouxe a polícia e prendeu meus irmão pra fazer acordo pra vender a madeira pra ele. (...) A juíza deu causa pro Aderbal. (...) A gente foi quatro vezes preso. Da última vez que a polícia veio, prenderam os meus irmãos no barco, tacaram fogo na padaria e ameaçaram minha esposa. Invadiram a casa e viraram tudo e levaram as espingardas da gente. (...) A polícia vinha na lancha da Brumasa, e ela prendia e levava a gente para Gurupá só pra humilhar (...).[78]

O nível de conflito entre os trabalhadores rurais, de um lado, e empresa e patrões, de outro, intensifica-se à medida que se difundem entre os primeiros atitudes de resistência contra a opressão e exploração de seu trabalho. Inicialmente, os atos e resistências consistiam em ações individuais isoladas, em que morador negociava, à revelia da dominação da aliança patrão-madeireira, a madeira com regatões atuantes na região, que ofereciam melhor preço para a madeira extraída. A partir da década de 1970, porém, as ações dos trabalhadores rurais vão se configurando em mobilizações coletivas.

A partir do Concílio Vaticano II, realizado em 1965, inicia-se, dentro da Igreja Católica, um movimento progressista colocando a opção pelos pobres como base de sua ação pastoral. Surge, na América Latina, a Teologia da Libertação, que promove com os fiéis uma releitura dos textos bíblicos, direcionando sua interpretação à libertação dos oprimidos e à ação social para conquistas de direitos. Difundem-se pelo interior do

78. Depoimento de trabalhador rural citado por Oliveira Júnior, 1991, p. 121.

país as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os movimentos pastorais, sobretudo a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Gurupá configurou cenário representativo da proliferação desse movimento. A partir de 1972, o pároco recém-chegado ao município inicia seu trabalho de formação das CEBs e da organização da CPT. São promovidas atividades pastorais, como as semanas catequéticas, que objetivavam maior participação da população local na reflexão dos ensinamentos bíblicos e a formação de catequistas para a atuação nas comunidades. Mediante a ação da igreja, o incipiente processo de resistência do campesinato local começa a tomar força e vão surgindo lideranças, as quais passam a encontrar na leitura bíblica a motivação e a legitimidade para sua luta por direitos.

> A gente teve um processo de trabalho de organização de base. Começaram o processo pela Igreja Católica Apostólica. Nos primeiros momentos, dez anos de formação. A gente pôde entrar com a realidade, quando nascia o processo do sindicato dos trabalhadores rurais. (...) Foi, por exemplo, uma chamada de formação catequética. É uma cultura já tradicional, todos os anos no mês de julho. E nós fizemos em 1980 uma semana de formação catequética pra falar da conjuntura: fé e política. Essa semana na sociedade de Gurupá, os poderosos diziam que a Igreja de Gurupá estava comunista, subversiva, tumultuando a ditadura na sociedade.[79]

O movimento pastoral da igreja passa a exercer nesse período o papel de principal aglutinador e organizador dos trabalhadores rurais, coordenando, no início da década de 1980, os Encontros dos Lavradores do Município de Gurupá, eventos em que eram discutidos os direitos dos trabalhadores, o acesso à terra, a organização produtiva e a luta sindical. Até aquele momento, a direção do STTR era aliada dos patrões e do poder público local. Fundado em 1975, atuava basicamente com o cadastramento dos trabalhadores rurais para os benefícios da Previdência Social, não mobilizando os trabalhadores em prol de seus direitos e tampouco contra os desmandos e a opressão exercida pelos patrões sobre a categoria.

Organizados, mobilizados e cientes de seus direitos, a luta sindical seria o movimento seguinte dos trabalhadores rurais. Os agentes pastorais, que exerciam liderança em suas respectivas comunidades, passam a organizar um movimento de oposição à direção do sindicato. Na primeira tentativa, em 1982, após uma série de irregularidades, a chapa da oposição manteve-se na direção. Já em 1986, com um maior trabalho de mobilização com as bases, a oposição sindical apresenta-se com fortes chances de assumir o sindicato. No entanto, manobras pela direção apoiada pelo poder público local foram realizadas para impedir que grande parte dos trabalhadores, recentemente filiados ao sindicato, participasse do processo eleitoral. A reação da chapa de oposição foi o acampamento em frente à sede do sindicato para exigir a regularização do processo. Evento que se tornou histórico no município, o acampamento durou 54 dias e chegou a reunir cerca de 1.500 pessoas.

> Na outra eleição, que foi dia 26 de março de 1985, nós entramos no sindicato. Essa foi a mais dura batalha. Foi 54 dias. E aí nós ficamos marcados. Não é querer falar mal das autoridades, mas Polícia Federal era contra nós. O juiz de direito contra nós. A delegacia, tudo contra nós, a classe trabalhadora. Só que nós éramos muitos mesmo. Aí nós acampamos lá. Aí, quando foi dia 28 pra 29 de março de 1985, foi que nós estávamos numa grande assembleia, que meteram o barco Livramento no fundo. Porque o padre nos apoiava. (...) Nós estávamos acampados lá, aí

79. Depoimento de liderança sindical.

disse: "a prefeita vai pedir um comando de polícia do estado pra meter bala em vocês!" (...) Aí não demorou, chegou o batalhão. (...) Ele disse: "quero uma reunião com vocês". Sentamos tudo lá no chão. Não era bem o chão, porque era o assoalho. "Qual é a alternativa que vocês têm? Vocês tão acampados!". Aí eu disse: "nós tem a decisão de sairmos só daqui quando chegar a decisão da DRT [Delegacia Regional do Trabalho], aí nós vamos sair daqui". E aí o sargento perguntou: "e se não der certo como vocês tão pensando?" "Se não der certo, terão que matar nós tudinho do que não der certo!"[80] (figura 5).

FIGURA 5
Barco Livramento, pertencente à paróquia de Gurupá[81]

Elaboração dos autores.

Por fim, após a interveniência da DRT, foi programada a eleição, ocorrida em dezembro de 1986, com a vitória da chapa de oposição. Com a posse da nova diretoria, o STTR passa a atuar em várias linhas de frente, entre elas, a pressão sobre o poder público local para a melhoria das políticas públicas para a população, sobretudo na área da saúde; iniciativas de resistência econômica, como a constituição de cantinas populares, servindo de contraponto ao domínio do comércio local pelos patrões, a defesa dos trabalhadores rurais em conflito com patrões, a luta pela terra mediante a regularização fundiária.

Também buscou assessoramento para a estruturação produtiva da categoria. Buscou parceiros como a Fase e o Movimento Leigo América Latina (MLAL) a fim de capacitar e desenvolver projetos com os trabalhadores rurais. Por meio das parcerias, desenvolveu-se, por exemplo, o projeto de manejo de camarão, consistindo na captura e estocagem de camarões em viveiros, visando ao aumento de peso e à consequente valorização no mercado.[82] Nas comunidades, constituíram-se associações inicialmente voltadas para a regularização da atividade madeireira, que passa a ser exercida predominantemente

80. Depoimento de liderança sindical.

81. O Livramento foi afundado durante a manifestação dos trabalhadores rurais. Atualmente é símbolo da história da luta social no município.

82. Em uma das comunidades do município, Ilha das Cinzas, a experiência chegou a ter reconhecimento nacional, sendo contemplada pelo Prêmio de Tecnologia Social, promovido pela Fundação Banco do Brasil.

por serrarias familiares. São elaborados planos de manejos florestais de modo a garantir a sustentabilidade da atividade e obter sua regularização junto aos órgãos ambientais.

A população de Gurupá vivenciou, a partir da década de 1970, um vigoroso processo de mudança social baseado na tomada de consciência dos trabalhadores rurais sobre sua condição comum de explorados e de cidadãos detentores de direitos. Inicialmente organizados nas CEBs, hoje estão em associações comunitárias e de produtores rurais, tendo o STTR como a entidade aglutinadora dos trabalhadores em nível local. Esse processo culmina na conquista do poder público municipal, que historicamente era dominado por uma oligarquia composta pela elite comercial e fundiária do município. A partir da década de 1990, a gestão em Gurupá, com exceção de um mandato, vem sendo exercida por integrantes do movimento sindical do município.

Atualmente, os ribeirinhos e roceiros de Gurupá conseguiram se libertar da sobre-exploração de seu trabalho, oriundo do sistema de aviamento. A maioria das unidades de trabalho e produção é familiar, cujos frutos são apropriados pela família. Existem ainda pessoas chamadas de "patrões" no município, as quais representam hoje reminiscências de uma época que está na memória da população. Gurupá apresenta hoje um bom nível de qualidade de vida, perceptível em suas demandas por políticas públicas. Um bom exemplo disso são as reivindicações por suprimento de energia elétrica nas ilhas, as quais vão além da destinação doméstica, indo em direção à estruturação produtiva, como o desenvolvimento da agroindústria local.[83] A melhoria das condições de vida é percebida pelos próprios moradores, como retrata o depoimento de uma liderança ribeirinha.

> Programas sociais, transferência de renda como o bolsa família não era pra Gurupá, era sim claro. Acho que tem 3 mil famílias recebendo o bolsa família. Na verdade, o bolsa família pra Gurupá deveria ser pra mil famílias no máximo. Porque a renda das pessoas é maior do que a população da cidade. (...) Os programas sociais chegam aqui e nos consideram como indigentes. São programas de combate à fome e à miséria, mas essa população, no geral, do Marajó, ela tem uma renda relativamente grande e saudável.[84]

5.2 A experiência de reconhecimento territorial em Gurupá

Com a luta pela terra figurando entre as principais bandeiras defendidas pelo movimento dos trabalhadores rurais, uma das primeiras iniciativas da nova diretoria do STTR foi buscar a regularização fundiária de sua categoria. A regularização da posse da terra em favor dos trabalhadores rurais era medida necessária para consolidar sua emancipação de patrões e pretensos proprietários que exploravam a mão de obra local e ameaçavam a permanência dos camponeses nas áreas que tradicionalmente ocupavam. Além disso, as primeiras iniciativas promovidas pelo sindicato junto às comunidades rurais para efetivar planos de manejos florestais esbarraram na exigência, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da apresentação de documentação de posse regular das áreas onde os trabalhadores visavam ao extrativismo florestal (IEB, 2006, p. 32).

83. A questão da energia elétrica para as ilhas foi uma das pautas discutidas no II Encontro dos Povos das Águas e das Florestas de Gurupá, realizado em 4 e 5 de outubro de 2013.

84. Depoimento de liderança sindical.

A primeira tentativa, no final da década de 1980, foi entrar com processos de regularização individual junto ao fórum local e ao Iterpa. A iniciativa, no entanto, não obteve êxito em virtude da carência de assistência jurídica aliada aos altos custos para levar à frente tais processos (Oliveira Júnior, 1991, p. 314). De fato, considerando que a maior parte do município é composta por ilhas, sendo, portanto, dominialidade da União, a entrada de processos de usucapião junto ao Judiciário ou de solicitações de cessões de uso ao órgão de terras estadual não se configura o caminho legalmente adequado.

Foi a partir de meados da década de 1990 que o sindicato conseguiu uma importante parceria com a Fase,[85] que estrutura um núcleo de ação no município de Gurupá. Suas atividades visavam fornecer assistência técnica para a estruturação produtiva dos trabalhadores rurais e assessoria técnico-jurídica para a efetivação da regularização fundiária.

As discussões internas do movimento sindical, aliadas às parcerias efetuadas, propiciaram uma visão mais aprofundada sobre as possibilidades jurídicas para a regularização fundiária. Assim, foram priorizadas formas coletivas de regularização e reconhecimento territorial e estabelecidos convênios com o Iterpa e a Delegacia do Patrimônio da União.[86] Somadas à pesquisa no cartório de registro de imóveis do município, essas parcerias permitiram traçar um diagnóstico da situação fundiária do município ao identificar a cadeia dominial das áreas, avaliando quais propriedades tinham titularidade legitimada e as terras com registros irregulares ou ilegítimos, que compunham a grande maioria dos documentos existentes.[87]

A população local foi envolvida no processo de regularização. Reuniões eram realizadas para que cada comunidade pudesse discutir as alternativas e as ações a serem executadas. Nessas reuniões, era decidida a categoria de regularização a ser reivindicada junto ao poder público. Uma das ações implementadas pela Fase foi a formação dos trabalhadores rurais. Para o processo de regularização fundiária, o objetivo era qualificar os moradores de forma a viabilizar sua participação na operacionalização da demarcação das áreas. Uma das capacitações consistiu no treino dos moradores no manuseio do equipamento de sistema de posicionamento global (global positioning system – GPS).

> Em Gurupá, também, uma das prioridades da Fase foi treinar os moradores a utilizar o GPS. Esta proposta tornou-se inestimável na hora de massificar a demarcação das áreas a serem regularizadas e durante o processo de produção dos planos de manejo e dos planos de uso (Treccani, 2006, p. 87).

Assim, a demarcação das áreas foi realizada pelos próprios moradores com assessoria de técnicos da Fase. Esse trabalho consistia na demarcação externa da área da comunidade e também no seu ordenamento interno, com divisão dos lotes usados tradicionalmente por cada família. Do trabalho de demarcação e das reuniões realizadas pelos comunitários, surgiam os planos de uso, os quais continham, além do ordenamento fundiário, as regras de apropriação dos recursos naturais existentes. Aprovada a categoria de regularização fundiária, o Plano de Uso era integrado à solicitação a ser oficializada ao órgão competente.

85. Fundada em 1961, a Fase é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve projetos com base no associativismo e cooperativismo.

86. Atualmente, Superintendência do Patrimônio da União.

87. Pelo levantamento documental realizado pela Fase, a área declarada em todos os títulos e registros pesquisados corresponderia a 335 vezes a área do município de Gurupá (IEB, 2006, p. 33).

A discussão comunitária acerca de um plano de uso permitiria o disciplinamento da forma de apropriação dos recursos naturais voltados à sustentabilidade e ao benefício dos próprios trabalhadores, estabelecendo normas e acordos construídos coletivamente em contraposição às regras ditadas pelos antigos patrões (IEB, 2006, p. 48).

> Então muitas comunidades também da área de quilombo de Gurupá trabalhou o plano de uso, que é a lei da comunidade, que a comunidade vai dizer como utilizar. Se vai colocar madeira, qual é a forma de colocar. Quantas caças que pode, como que tu vai pescar, sabe. Tudo tem um controle tudinho do que era feito. A questão das roças, da terra firme, roçado. Então, era tudo planejado.[88]

A partir das discussões realizadas entre sindicato, técnicos da Fase e comunidades, várias foram as categorias escolhidas de regularização fundiária. De acordo com a especificidade de cada território e das avaliações realizadas pelos moradores, foram constituídas em Gurupá as seguintes modalidades.

1) Território quilombola: garantido pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal; consiste na titulação da propriedade coletiva de remanescentes de quilombos. Há transferência de dominialidade da terra pelo poder público à entidade representativa dos moradores. A competência jurídica para a efetivação da titulação irá depender da dominialidade prévia da área, se da União, por meio do Incra, ou do estado. No Pará, as áreas estaduais a serem reconhecidas como territórios quilombolas são de responsabilidade do Iterpa.

2) Reservas agroextrativistas – Resex: estão previstas no Artigo 18 da Lei nº 9.985/2000.[89] Visam garantir os meios de vida e a cultura de comunidades tradicionais extrativistas que se dedicam a assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Nas Resex, a dominialidade permanece com o poder público, no caso a União, representada pelo ICMBio, que deverá desapropriar imóveis que porventura existam na área da reserva. É efetuada uma concessão de direito real de uso em nome da associação representante dos extrativistas e formado um conselho gestor da reserva.

3) Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): também prevista pela Lei do Snuc, em seu Artigo 20, essa modalidade encerra muitas similaridades com a anterior, sobretudo com seu público-alvo, as comunidades tradicionais, e com a forma de gestão. As diferenças básicas, pela letra de lei, estão em relação às atividades desenvolvidas, que, embora tenham que ser sustentáveis e devam garantir o modo de vida das populações tradicionais e a preservação dos recursos naturais, não precisam ser predominantemente extrativistas. Outra diferença reside na questão da dominialidade, que permanece pública, mas permitindo a manutenção de áreas particulares desde que usadas em conformidade com as diretrizes da reserva. Em Gurupá, a RDS Itatupã-Baquiá, na Ilha Grande de Gurupá, representa a primeira experiência de sua implementação pelo governo federal.

4) Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs): com relação à finalidade e ao tipo de público beneficiário, guardam muitas semelhanças com as

88. Depoimento de liderança sindical.

89. Lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Resex e RDS. São, porém, gerenciados pelos institutos de terras federal e estadual, em caso de previsão legal. No âmbito federal, os PAEs estão sob a responsabilidade do Incra. Nas terras de jurisdição do estado do Pará, são gerenciados pelo Iterpa. Em Gurupá, há atualmente sete PAEs, sendo seis implementados pelo Incra e um pelo Iterpa.

5) Concessão de Direito Real de Uso (CDRU): prevista no inciso VIII do Artigo 2º da Lei nº 11.952/2009, é uma das categorias de cessão do patrimônio da União a pessoas físicas ou jurídicas. Em Gurupá, realizaram-se duas experiências de CDRU concedida pela Delegacia Regional do Patrimônio da União para as associações de trabalhadores rurais da Ilha das Cinzas e da Ilha de Santa Bárbara, sendo assinado contrato com as respectivas associações.

O Projeto Fase-Gurupá foi implementado entre 1997 e 2006. A experiência transformou Gurupá em uma espécie de laboratório para a implantação de categorias distintas de regularização fundiária coletiva de populações tradicionais. Durante a implementação do projeto, foram efetivadas a titulação de dois territórios quilombolas, a criação de um projeto agroextrativista estadual e uma CDRU. Durante o período do projeto também foram iniciados os procedimentos de regularização de outros territórios, efetivados após o término do trabalho da Fase no município, e foram levados adiante pelo STTR em conjunto com as associações dos trabalhadores rurais. Atualmente, as modalidades de regularização fundiária coletivas efetuadas em Gurupá somam uma área de 596,4 mil hectares, correspondendo a 64% da área territorial do município, beneficiando oficialmente 2.610 famílias. A tabela 3 apresenta a relação de territórios reconhecidos e suas respectivas modalidades de regularização.

TABELA 3
Relação de áreas rurais regularizadas em Gurupá

Projeto/reserva/território	Jurisdição	Área (ha)	Famílias
Resex Gurupá-Melgaço[1]	Federal	143.066,4518	532
RDS Itatupã-Baquiá	Federal	64.735,0000	350
PAE Ilha das Cinzas	Federal	3.336,0012	80
PAE Ilha das Pracuubinhas	Federal	808,2574	40
PAE Ilha Urutaí Parte	Federal	11.496,2100	103
PAE Ilha Grande de Gurupá	Federal	304.590,6481	1.078
PAE Ilha Santa Bárbara	Federal	1.280,5474	17
PAE Ilha Gurupaí	Federal	6.684,5054	60
Quilombos de Gurupá	Estadual	83.437,1300	300
Quilombo Maria Ribeira	Estadual	2.031,8700	32
PAE Camutá do Pucuruí	Estadual	17.852,8331	18
Total		**639.319,4544**	**2.610**

Fonte: Áreas federais: Incra – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra)/Relatório: Rel_0227 – Data: 13/2/2014; áreas estaduais: Iterpa – Banco de Dados. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/SiteIterpa/>.

Nota: [1] A Resex Gurupá-Melgaço tem cerca de 70% de sua área dentro do município de Gurupá. Os demais 30% estão no município de Melgaço.

5.3 A operacionalização do Nossa Várzea em Gurupá

A iniciativa pioneira realizada no município de Gurupá resolveu a questão fundiária em quase todas as áreas rurais. Grande parte de seu território está hoje reconhecida como de uso e moradia das populações tradicionais do município, sobretudo daquelas onde

havia os maiores conflitos com os patrões. Algumas situações, como a referente à Ilha Cujuba, ainda careciam de um reconhecimento oficial do poder público.

> Eu acho que tá agora o percentual aí de 80% por aí assim das terras regularizadas. Porque depois daquelas três áreas que foram regularizadas que a gente falou, já saiu muitas áreas, já foram feitos muitos assentamentos.[90]

Dessa forma, caberia a implementação do Projeto Nossa Várzea no município a fim de iniciar o processo de regularização fundiária nas áreas de várzea e de ilhas ainda em situação fundiária precária. De fato, em 2012, a Superintendência do Patrimônio da União efetuou a ação no município, em parceria com a prefeitura municipal, o STTR e as associações locais, que mobilizaram as comunidades e forneceram apoio logístico para os técnicos da superintendência. A sinergia existente entre poder público local e movimento social, aliada à experiência recente de regularização, facilitaria a operacionalização da política. Em Gurupá, foram emitidos 2.165 Taus individuais.[91]

Os moradores da Ilha Cujuba estão entre os atendidos pelo projeto. Situada no trecho onde o rio Xingu deságua no Amazonas, a vegetação predominante dessa ilha é composta de enclaves de campos naturais em meio à floresta de várzea. Essa condição influenciou um processo específico de ocupação e uso dos recursos naturais. Diferentemente do extrativismo praticado na maior parte das áreas de várzeas e das ilhas do município onde predominam florestas, os campos naturais da Ilha Cujuba foram utilizados como pastagem para a implantação da pecuária extensiva, principalmente bubalinos. Formaram-se áreas de criação com o uso da mão de obra familiar e da contratação de empregados, não havendo, portanto, a relação patrão-freguês característica do regime de aviamento.

> Esses daqui até que não tinha esse negócio de ter o que vender pra trocar com que o empregado fazia. Porque eles usavam mais o pessoal pra trabalhar com gado, essas coisas. Mas eu acredito que pelo que eu vi quando eu cheguei pra cá, eles não eram muito de humilhar, de fazer escravo das pessoas.[92]

A atividade econômica predominante na ilha é a pecuária leiteira de bubalinos. Do leite, são produzidos queijos para o abastecimento comercial. Tradicionalmente, as áreas de pastagem são de uso comum, animais de diferentes donos compartilham o mesmo pasto. Todavia, discute-se na comunidade a divisão dos pastos a fim de que cada criador fique responsável pela manutenção de sua parte, evitando o risco de degradação do solo. Essa situação evidencia uma crise dos arranjos comunais tradicionais da ilha. A pesca exerce também importância como atividade econômica, sendo que a associação local promove junto a seus membros o projeto de manejo do camarão desenvolvido no município.

A implementação do Nossa Várzea em Cujuba foi viabilizada com o auxílio da associação que mobilizou os moradores para o processo de cadastramento. Foram emitidos em torno de duzentos Taus. A importância do documento foi apontada por comunitários por propiciar a comprovação da ocupação da área para a contemplação

90. Depoimento de liderança sindical.

91. Conforme planilha fornecida pela Superintendência do Patrimônio da União do Pará (SPU/PA).

92. Depoimento: grupo Ilha Cujuba.

de projetos de financiamento do Pronaf, por meio do qual puderam fazer investimentos na atividade pecuária.

> O documento da SPU influenciou muito nessa questão de contemplação de projetos e programas também. A gente barrava lá também porque faltava a comprovação que a gente morasse naquela propriedade. Com esse documento, graças a Deus, facilitou muito. E foi muito importante, pra nós foi importante.[93]

Após a entrega dos títulos, houve quatro casos de moradores que venderam a área por eles ocupada usando o Taus na negociação. O comprador seria um fazendeiro da região de Breves interessado em aproveitar os campos naturais para colocar mais gado na ilha. Por meio da ação da associação com a intermediação do STTR, os casos foram denunciados à SPU que prontamente cancelou os termos concedidos.

> Tão querendo entrar aqui pelo Xingu de porto [Porto de Moz] pelo motivo das áreas de campo serem muito grande e bonito, estão querendo se enfrentar, mas graças a Deus até aqui não temos ainda esse problema. Eles tão querendo entrar pra as famílias, inclusive três documentos desse foram vendidos pra cá pro Xingu. (...) Aqui o que existe são pequenos produtores. Lá já são os fazendeiros que querem comprar os lotes e colocar gado. Aí eles já querem entrar, mas aí com isso o menino participou do STTR, o Eraldo, e aí foi à SPU, falar das pessoas que tavam vendendo. Aí a gente fez logo o cancelamento.[94]

Um ponto ressaltado está relacionado à área referente ao raio de 500 m estabelecido no Taus. Entre moradores situados nas beiras da ilha, a distância entre as casas é menor que o estipulado no Taus, sendo que as áreas dos termos objeto de venda a fazendeiros abrangiam casas de outros moradores, propiciando uma situação potencial de litígio.[95]

A experiência vivida pelos moradores da ilha com relação à regularização individual por meio do Taus e à tentativa de penetração de fazendeiros no território mediante a compra de áreas da ilha gerou a demanda preferencial por um processo de regularização coletiva, em nome da associação dos trabalhadores rurais que figuraria como a entidade gestora do território.

> A gente vai tá sentado com o superintendente até o final do ano. (...) A gente fez um convite pra eles virem pro município. Tá sentando com eles pra fazer o documento pra associação. Mesmo que essa autorização de uso dê o direito pra cada família, mas o da associação vai ter mais poder do que eles. (...) Aí o que é que a SPU faz: nós somos responsável de toda a documentação desse povo pra não deixar mais eles venderem. (...) E a associação estando aqui dentro, o que é que ela vai fazer? Esse de vocês contempla vocês até esse ponto, desse ponto pra trás já não contempla mais. É esse daqui que contempla. Vocês têm que trabalhar com o que é de vocês até um ponto, desse ponto pra cá já é nosso. Aí impede do seu fulano chegar e dizer: "olha eu te dou tanto aqui". Eu vou primeiro comunicar a entidade porque ela tem um maior do que esse meu aqui.[96]

O caso da Ilha Cujuba demonstra como é importante o envolvimento da comunidade local no processo de regularização fundiária. A existência de uma associação atuante impediu ações irregulares com relação à apropriação do território que poderiam resultar em conflitos para os comunitários. Dessa forma, o controle social permitiu que a

93. Depoimento: grupo Ilha Cujuba.

94. Depoimento: grupo Ilha Cujuba.

95. O episódio teria gerado uma situação tensa entre a direção da associação e o fazendeiro, que no final acabou desistindo da área negociada.

96. Depoimento: grupo Ilha Cujuba.

SPU tomasse medidas rápidas para cancelar os Taus vendidos. A influência do histórico de regularização fundiária recente nas demais localidades do município propiciou aos comunitários uma visão mais ampla e qualificada da questão, resultando em demandas por um processo de regularização coletiva da ilha.

A despeito da discussão sobre a forma de regularização fundiária, se coletiva ou individual, os duzentos Taus emitidos em nome dos moradores da Ilha Cujuba atenderam certeiramente um público que carecia de reconhecimento de suas terras, podendo evoluir para uma CDRU coletiva em nome da associação (inclusive é uma demanda da associação, o Taus coletivo; há depoimentos a respeito disso). No entanto, em outras localidades do município, a operacionalização do Nossa Várzea ocorreu onde já existia uma situação fundiária regularizada. É o caso, por exemplo, da Ilha de Santa Bárbara.

Como mencionado, a Ilha de Santa Bárbara foi cenário de uma experiência pioneira de regularização fundiária de comunidade tradicional ribeirinha oficializada diretamente pela SPU. A discussão da CDRU como alternativa para a regularização fundiária nas ilhas foi promovida durante o Projeto Fase-Gurupá. A escolha da Ilha de Santa Bárbara ocorreu em virtude de seu tamanho ser relativamente pequeno, abrigando baixo número de famílias. Na época, eram dezenove famílias que ocupavam a ilha. Além disso, já existia uma associação representativa dos moradores. Esses fatores favoreceriam a discussão interna para o ordenamento fundiário, com a divisão dos lotes e das regras sobre a apropriação dos recursos naturais.

A situação também seria favorecida pela inexistência de domínio e exploração do trabalho na história de ocupação da ilha. Santa Bárbara fora ocupada originariamente por quatro irmãos que lá se instalaram para morar e trabalhar com suas famílias. Desenvolveram suas atividades produtivas de forma autônoma, não se submetendo ao domínio de patrões. Da mesma forma, seus descendentes que permaneceram na ilha mantiveram suas atividades econômicas, em que predominava o extrativismo da borracha, do palmito e da madeira de forma autônoma, negociando com marreteiros e patrões o preço de seus produtos.

> A questão da regularização foi uma época que nós tinha também aqui e foi quando surgiu a Fase, no município de Gurupá. Aí depois eles viram aqui na ilha que não tinha muito problema de conflito porque não tinha patrão, era tudo posseiro mesmo. [Nunca teve patrão aqui?] Patrão mesmo não. (...) nem no passado, porque começou a sair daqui mesmo quatro irmãos que moravam aqui na ilha. Então, de lá que foi povoando, vir outros de fora. Mas isso faz muitos anos.[97]

O trabalho de ordenamento interno, com a divisão dos lotes e as regras de utilização dos recursos naturais, foi realizado pelos próprios moradores, auxiliados pelo sindicato e pelos técnicos da Fase. O resultado desse trabalho foi a elaboração do Plano de Uso dos Recursos Naturais da Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara, estabelecendo as finalidades do plano, as responsabilidades comuns dos moradores da ilha, as formas de intervenções agroextrativistas permitidas e as regras de uso dos recursos naturais. O ordenamento fundiário também fica definido no Plano de Uso, determinando-se a associação como entidade gestora das questões fundiárias da ilha, emitindo, após a efetivação da CDRU, uma autorização de uso para cada um dos sócios

97. Depoimento: grupo Ilha de Santa Bárbara.

com a demarcação de seus lotes. O processo de demarcação foi realizado pelos próprios moradores, capacitados pela Fase, inclusive para o manuseio de equipamento de GPS.

> O Sabá acompanhou, o compadre Laécio era mais pequeno, os dois ali também, a comadre Célia também não andava muito pelos matos. Era mais o compadre Benedito, mas o marido dela andou, o Sabá andou ali. [Vocês andavam no mato pra quê?] Pra fazer a demarcação. [Como é que era o processo?] Nós fazia pela tradição, pelas estradas.[98] Porque todo mundo aqui tinha as estradas. Então divisa era pelas estradas. A maioria como agora os novatos que têm agora que já dividiram que nem lá no igarapé grande, aí na comadre Célia, aí não, já foi dividido sem ser pela estrada, porque é pequeno as posses.[99]

A solicitação da regularização fundiária da Ilha de Santa Bárbara foi formalizada na Defensoria Pública da União (DPU) em agosto de 1999, com a CDRU sendo emitida somente em junho de 2002, quase três anos depois de formalizado o pedido e com todo o trabalho de ordenamento e demarcação realizado previamente pelos moradores. O ineditismo da experiência e a ausência de uma normatização específica para atender a esse tipo de pleito contribuíram para a morosidade do processo.

> Graças ao trabalho da Fase e do STTR de Gurupá, pela primeira vez na história, uma associação assinou, em 20 de junho de 2002, um contrato de cessão de uso. Desde a entrada até a assinatura do contrato de cessão de uso passaram-se 699 dias úteis (1.025 dias corridos). Isso apesar de que todo o trabalho de levantamento socioeconômico e os mapas terem sido feitos pela Fase, e estes dados terem sido posteriormente trabalhados pela FCAP (UFRA), sem qualquer custo para a GRPU [Gerência Regional de Patrimônio da União]. Este processo tramitou por 22 instâncias diferentes, sem contar que todas as vezes demorava dias de uma secretaria para outra (Treccani, 2006, p. 521).

A morosidade do processo de CDRU junto à SPU motivou a mudança de estratégia entre os articuladores do Projeto Fase-Gurupá, que passaram a priorizar a criação de projetos agroextrativistas nas ilhas,[100] por meio da transferência de responsabilidade das áreas da SPU para o Incra, o qual teria maior estrutura e recursos para atender aos pleitos de regularização fundiária (IEB, 2006, p. 39). Além disso, a criação dos PAEs permitiria a inclusão das famílias no PNRA, podendo ser beneficiadas por ações de estruturação produtiva. Com esse intuito, em 2011, a Ilha de Santa Bárbara constitui-se em um PAE.

No processo de operacionalização do Nossa Várzea em Santa Bárbara, aparentemente não foi levado em consideração todo o histórico de mobilização e organização comunitária que culminou na efetivação da regularização fundiária da ilha. Mesmo questionado pelos moradores e apresentados os documentos já existentes do processo recente de regularização aos técnicos, o processo de cadastramento e emissão de Taus foi realizado.

> Eles explicaram, o pessoal da SPU, que não tinha problema, que esse documento que nós, que era aquela questão que eu falei, que muitos órgãos do governo não reconheciam esse um que nós tínhamos, que foi dado em conjunto, eles queriam, os órgãos, o INSS, o governo, que falasse que a pessoa mora naquela posse e tudo, e que tinha o seu ponto. Ou, por exemplo, o crédito hoje, eles não tão financiando. Por exemplo, o cara quer fazer o manejo de açaizal. Aí o banco se não tiver o documento que comprove que o cara tem o terreno, ele não paga. (...) Eu até falei que não queria fazer, disseram que não, que era

98. Refere-se às estradas de seringa, caminho percorrido pelo seringueiro para coletar o látex.

99. Depoimento: grupo Ilha de Santa Bárbara.

100. A mudança de estratégia também seria facilitada pela decisão do governo federal, a partir de 2003, em criar projetos de assentamentos agroextrativistas, atendendo à reivindicação liderada pelo movimento ribeirinho de Abaetetuba.

> melhor fazer, porque tavam fazendo os municípios tudo. (...) Eu mostrei pra eles o documento, eles: "não, não tem problema". Os caras que veio também era mandados, né.[101]

A implementação do Nossa Várzea, com a emissão do Taus em sobreposição à regularização oficializada pela própria SPU em 2002, gera uma situação desnecessariamente confusa, uma vez que os Taus emitidos não estão em conformidade com o ordenamento efetuado comunitariamente. A delimitação de uma área correspondente ao raio de 500 m a partir do ponto georreferenciado da casa não confere com o lote demarcado do morador, avançando inclusive sobre áreas de lotes vizinhos. No anexo C, o mapa representa a sobreposição da área estabelecida pelo Taus com área de um lote demarcado o na ilha.

Algumas questões jurídicas merecem ser levantadas com respeito a ocorrências de sobreposições de diferentes formas de regularização fundiária, principalmente no que se refere à validade dos atos jurídicos. No caso da Ilha de Santa Bárbara, primeiramente, houve uma CDRU da SPU diretamente aos moradores, representados por sua associação. Em seguida, autorizado previamente pela SPU, o Incra cria um projeto de assentamento agroextrativista, atendendo à demanda dos próprios moradores. Por último, a SPU concede uma série de Taus individuais para os mesmos beneficiários. Dada a especificidade do município de Gurupá, cujo movimento dos trabalhadores rurais conseguiu levar a êxito um processo de regularização fundiária, a implementação poderia ter se restringido às comunidades que ainda não possuíam qualquer documentação válida de suas ocupações.

6 AFUÁ

O município de Afuá está situado na microrregião paraense de Furos de Breves, na parte norte-ocidental do arquipélago do Marajó, limitando-se com os municípios de Chaves, Anajás, Breves, Gurupá e com o estado do Amapá. Inúmeros furos e igarapés e a baía do Vieira Grande compõem a malha hidrográfica, formando várias ilhas no território afuaense, sendo as maiores as ilhas Queimada e Charapucu. O domínio da vegetação de florestas de várzea, composta por extensos açaizais e espécies como a ucuúba (*Virola surinamensis*), sucupira (*Diplotropis martiiusi*) e a andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), proporciona tradicionalmente ao município uma economia baseada no comércio de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, extraídos pelas populações locais.

O processo de ocupação inicial do território de Afuá, que antes compunha a antiga vila de Chaves, é marcado pela presença indígena nas margens dos rios, anterior à chegada dos colonizadores europeus, como mostra relatos de José Monteiro de Noronha, em 1768.

> O lugar de parada chamado em outro tempo Aldêa de Cajuná estava fundado nesta costa uma maré abaixo da bahia do Vieira. Presentemente se acha despovoado; por passarem para a villa de Chaves os indios, que nelle habitavaõ. Alem de outros [rios] menos notáveis desembocao nesta mesma costa da ilha do Marajó, seguidos todos da bahia do Vieira para baixo, e em pouca distancia uns dos outros, os rios Mapuá, Purureyapixá e Anajaz. (...) Estes rios, e os mais da ilha do Marajó foraõ antigamente habitados de muitas nações de indios, a saber: Aroans, Nheengaibas, Mamayanaz, Anajáz, Mapuáz, Goajará, Píxipixi, e outras, que presentemente se achaõ reduzidas a diferentes villas, e lugares (Noronha, 1862, p. 14-15).

101. Depoimento: grupo Ilha de Santa Bárbara.

A ocupação da área onde hoje é a sede municipal teve início por volta de 1845, quando surgiram as primeiras moradias. Em 1869, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição começou a ser erigida, e a seu redor moradias se constituíram. O povoado tornou-se freguesia em 1874, deixando de ser em 1878. Voltou à categoria de freguesia em 1880, tornando-se vila pelo Decreto nº 170, de 2 de agosto de 1890, e município pelo Decreto nº 171, de mesma data.

O sítio urbano de Afuá é cravado na várzea, assim, grande parte das vias de circulação é configurada por estivas, e as casas em sua maioria são em madeira, do tipo palafitas, adaptadas à dinâmica das marés. Por esta estrutura, apenas bicicletas são permitidas como transporte intraurbano. Nas áreas rurais, circunscritas por ilhas, o padrão das unidades familiares são as palafitas e o principal meio de transporte é a canoa, com motor rabeta ou a remo. Outras embarcações de porte médio também são utilizadas, conhecidas localmente como "catraias". A configuração do município em ilhas torna as canoas, rabetas e catraias, assim como as "voadeiras", pertencentes em geral pelos comerciantes da cidade, e os navios que saem diariamente para Macapá, meios essenciais para a locomoção da população.

Os corpos d'água são parte fundamental do cotidiano da população de Afuá, tanto dos que vivem na área rural (25.564 pessoas ou 72,95% dos habitantes) quanto dos que residem na área urbana (9.478 pessoas ou 27,05% dos habitantes). Da dinâmica dos rios, em virtude da influência das marés, depende a hora de saída e chegada dos barcos e, por conseguinte, das pessoas, dos alimentos e dos produtos, em geral, consumidos na cidade. Jovens e crianças brincam no rio que passa em frente à cidade quando a maré é de enchente. Dos rios também provêm os principais alimentos: peixe e camarão.

No contexto do Projeto Nossa Várzea, Afuá é o terceiro município paraense em quantidade de Taus emitidos pela SPU, totalizando 4.324 no início de 2014. O trabalho do órgão federal foi iniciado no final de 2005 e até o ano de 2013 novos cadastros estavam sendo realizados. Em 2009, o Incra criou os primeiros PAEs no município, que atualmente somam dezoito, todos circunscritos às ilhas.

6.1 Economia e trabalho nas várzeas

O extrativismo de produtos encontrados nas florestas de várzea como o látex, alguns tipos de madeira, bem como o açaí e o palmito do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), inseriu o município de Afuá em um circuito de mercado nacional e internacional. Com o passar dos anos, novos mecanismos de beneficiamento e circulação dessas mercadorias foram surgindo, persistindo, no entanto, técnicas tradicionais de extração e antigas relações de exploração trabalhista. O caboclo amazônico, herdeiro dos saberes e costumes indígenas, ocupou as beiras dos rios, furos e igarapés ao longo de décadas e tem constituído a principal mão de obra no município.

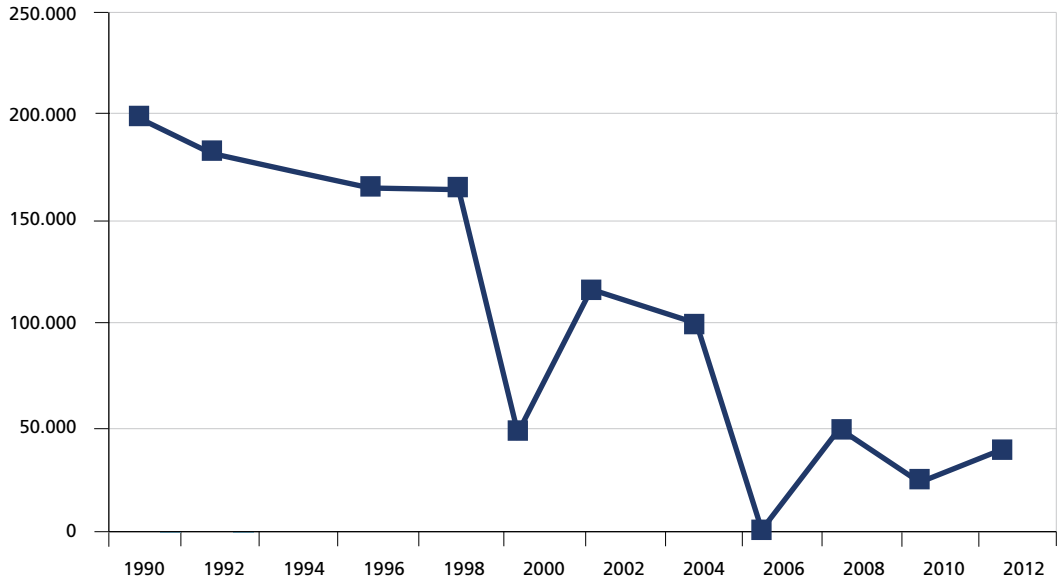
O município de Afuá realizou significativa exportação de borracha até meados do século XX. Mesmo após o declínio da economia gomífera na Amazônia, o látex continuou sendo extraído na região das ilhas, figurando a borracha junto com a ucuúba (*Virola surinamensis*) e o murumuru (*Astrocaryum murumuru*) entre os principais produtos do extrativismo vegetal em Afuá no período de 1962 a 1971 (Miranda Neto, 1976). No verão, riscava-se a seringa para obtenção do látex e confecção das bolas de borracha, e no inverno cortava-se a madeira, na época exportada em tora.

> Nós chegamos aqui, nesse terreno aqui, nós começamos a seringa, meus pais cortavam a seringa, no verão. Era época de riscar a seringa. E no inverno nós já cortava a madeira. Era na época que tinha muitas serrarias, tinha a exportação da madeira em tora.[102]

O aumento do interesse pela madeira da várzea, especialmente a ucuúba para a indústria de compensados, e madeiras de baixo valor em Belém e Macapá para a construção de moradias populares, na década de 1960 (Lentini *et al.*, 2005), elevou a exploração na zona estuarina. Em Afuá, concentraram-se as serrarias circulares[103] nas margens dos rios, havendo atualmente mais de trezentas destas microsserrarias instaladas, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma). Apesar de ser uma atividade antiga no município e ser responsável por significativa diminuição de espécies como a própria ucuúba (Lentini *et al.*, 2005), a fiscalização é quase inexistente e a maioria das serrarias funciona sem licença ambiental, segundo o secretário de meio ambiente do município (gráfico 5).

> [O senhor sabe dizer quantas serrarias tem?] Olha ainda não conferi, mas se você olhar esse monte que tá ali atrás nesse papel amarelo, tudo é cadastro de serraria. Só aí tem trezentas e poucas serrarias só no município, microsserrarias. A única que é considerada serraria mesmo é a do outro lado aí [Emapa]. As outras são todas microsserrarias, é tudo circular que eles trabalham. [Que ainda vão ser legalizadas?] Que ainda não são legalizadas. [O município tem esse dado?] Agora que (...) esse levantamento tá na Semma, quando ela regularizar é que a gente vai fazer um apanhado dos dados todinhos das serrarias com cadastro no nosso sistema. No nosso sistema não tinha nada.[104]

GRÁFICO 5
Afuá: produção de madeira em tora (1990-2012)
(Em m³)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura.

Segundo a Semma local, somente uma serraria, a maior do município, funciona com licença, localizada em frente à cidade, do outro lado do rio Afuá. A empresa, instalada

102. Depoimento de ribeirinho da Ilha Queimada. Extraído do documentário *Bora, gente!* Direitos e conhecimentos em movimento. Direção de Jacinto e Souza Júnior.

103. Constituem-se microsserrarias as que funcionam, em geral, com até sete trabalhadores de mão de obra familiar. A maioria está localizada nos furos e tributários dos rios Amazonas e Pará (Lentini *et al.*, 2005).

104. Depoimento do secretário de meio ambiente de Afuá.

no município desde a década de 1980, que também possui fábrica de palmito no local, chegou a financiar e executar projetos de manejo florestal de ribeirinhos quando a Semma ainda não havia assumido essa função.

Nos anos 1990, o interesse pelo açaí nos mercados regionais e no exterior elevou a produção municipal do fruto de forma considerável, sobretudo em função de a safra ocorrer em período diferente nos municípios e ilhas mais próximos da região metropolitana (RM) de Belém, que é o maior mercado consumidor regional. Desta forma, na entressafra de Belém e do nordeste paraense, o açaí produzido na região das ilhas do Marajó passou a ser bastante procurado. Segundo Mourão (2011, p.163), "o início e o final de cada safra em cada microrregião são conformados pelas condições do solo, hidrologia, clima, quantidade de matéria orgânica, concorrência com outras plantas, incidência solar". No entanto, a autora também destaca que a "concentração natural de açaizeiros nas regiões do estuário na verdade não é tão natural, visto que muitos açaizais são resultantes de plantação".

> Essas duas áreas são igapó, uma tinha açaizal e a outra era só buçuzal, mas foi transformada em açaizal, feito o manejo. No laranjal não é igapó, é terra mais alta, essas plantações que nós temos lá, foi feito o roçado e plantado o açaí e hoje ela tá como açaizal, não tinha açaizeira nenhuma lá.[105]

A crescente busca pelo açaí no mercado aumentou as perspectivas de lucratividade com a venda do fruto e consequentemente provocou o "açaizamento" da várzea em detrimento de outras espécies preexistentes.[106] Este processo encontra-se em pleno vigor, em especial pelas perspectivas de disseminação de técnicas de manejo do açaí e pela maior autonomia dos ribeirinhos em relação à posse da terra, com o processo de regularização fundiária iniciado, que será discutido a seguir. Em algumas localidades, como na ilha do Pará, em Afuá "quem trabalha com manejo do açaí hoje, já tem açaí todo tempo, ele dá direto. Não tem mais entressafra".[107] Esse fato seria decorrente da ação de parceria entre a Associação dos Produtores Rurais local e o Banco da Amazônia e Emater, com oferta de cursos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) para otimização da produção de açaí (gráfico 6). Nas áreas onde predominam a pesca de peixe ou de camarão e a produção de farinha, o objetivo da ação é oferecer cursos sobre técnicas voltadas para estas atividades.

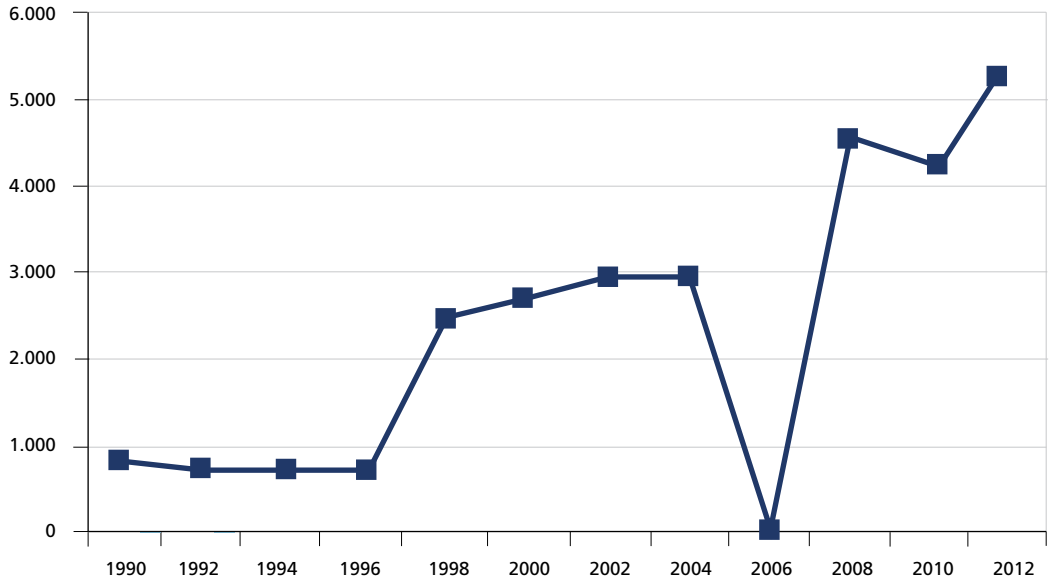
Antes da valorização do açaí, a valorização do palmito proveniente do açaizeiro já era realidade. O declínio no estoque de palmeiras do tipo *Euterpe edulis* Mart. nas florestas do Sul e Sudeste do Brasil atraiu inúmeros produtores de palmito para o norte na década de 1970, onde havia abundância de palmeiras de açaí. Estas últimas eram uma promessa de grandes rendimentos, visto que, além da concentração no estuário amazônico, são constituídas de uma touceira com várias estipes, diferente da *Euterpe edulis* Mart., que não sobrevive ao corte do palmito por constituir-se de apenas uma estipe (Pollak, Mattos e Uhl, 1996). A partir disso, Marajó concentrou inúmeras fábricas de palmito e o estado do Pará passou a ser o principal produtor do país em meados da década de 1970 (*idem, ibidem.*).

105. Depoimento de morador do furo do Baiano, em Afuá. Retirado de Silva (2013, p. 99).

106. Processo semelhante pode ser verificado no Relatório de Belém e Abaetetuba.

107. Depoimento do secretário de agricultura de Afuá.

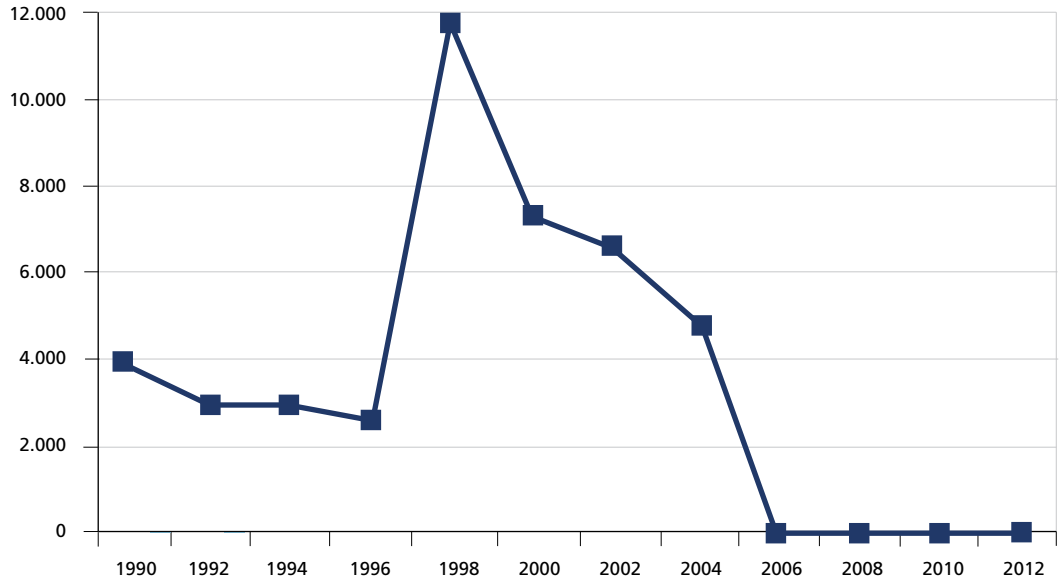
GRÁFICO 6
Afuá: produção de açaí (1990-2012)
(Em toneladas)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura.

Para o aproveitamento do fruto do açaizeiro, a prática do corte do palmito tornou-se negativa na medida em que não era feito o manejo. Muitas fabriquetas de palmito foram instaladas nas margens dos rios em Afuá para facilitar o fluxo da produção. Com o passar dos anos, produtores que antes trabalhavam apenas com o açaí e passaram a extrair o palmito e vender para os donos de fabriquetas optaram por implantar a sua própria fabriqueta, acelerando a produção e consequentemente aumentando a pressão sobre os açaizais. Entretanto, a corrida pelo palmito desacelerou em pouco tempo: "Há também menos fábricas operando onde a exploração do palmito havia sido muito intensa, o que sugere que o estoque diminuiu ao longo do tempo nessas áreas" (*op. cit.*, p. 6) (gráfico 7). A valorização do fruto do açaí nos mercados nacional e internacional pode ser vista também como um forte indicador da diminuição da exploração do palmito, na medida em que se tornou mais lucrativo o aproveitamento do fruto.

GRÁFICO 7
Afuá: produção de palmito (1990-2012)
(Em toneladas)



Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura.

Apesar da considerável diminuição da produção de palmito em Afuá, algumas regiões do município ainda estão fortemente arraigadas à atividade. A região do Charapucu é uma das que se especializou na produção do palmito e até os dias de hoje é uma das principais áreas de extração e processamento do município, concentrando fabriquetas e fábricas de porte maior nas margens dos rios e furos. Assim como a maioria das serrarias, a maior parte das fabriquetas de palmito de Afuá não é fiscalizada e funciona sem licença ambiental (figura 6).

A intensa retirada do palmito em algumas áreas está ligada à existência de estoque da palmeira do açaí no uso de mão de obra barata e não legalizada, à utilização de terras públicas gratuitamente, à proximidade das fábricas com o local de retirada da matéria-prima, à baixa fiscalização dos órgãos públicos, entre outros fatores que corroboram a perpetuação da cadeia produtiva.

> Nós levemos um curso pro Timbó, o nome do lugar lá. Cheguei lá, conversei, perguntei quem era o dono, aí ele veio, sentou lá. Eu disse o objetivo, nós tava até com a técnica lá do Senar, tinha levado o curso. Ele disse "tá, tem problema não. Eu tenho uma sala na minha casa.", "então, bora lá ver". Aí nós fomos, ele veio assim com um monte de palmito, aí fui lá dentro, depois eu não me conformei, fui olhar o palmito dele. O palmito dessa grossurinha. Aí perguntei "quanto vende um palmito desse?", ele disse "não seu, não vende palmito. Vende por lata." Aí eu disse "quanto é a lata?", "é R$ 2,40.", "e quantos palmitos enche uma lata dessa?", "entre dez, doze, quatorze". Aí eu disse, "e tu não acha que tu tá acabando pra mais tarde ter mais miséria aqui?" (...). Ele disse "é, mas também se a gente não tirar esse palmito a gente não come". Aí eu disse "tô trazendo uma técnica aqui pra lhe dar um conhecimento que se tu for pra lá com ela e aprender, daqui a um ano tu não vai querer mais cortar um açaizeiro desse, porque tu vai ter uma sobrevivência diferente. Olha, se tu botar uma granja aqui, com noventa dias tu tá vendendo frango. Tu vai ganhar mais dinheiro do que com esse pequeno palmito aqui. Se tu cavar um viveiro aqui pra botar mil peixes, tu vai vender 2 mil quilos a R$ 10, quanto que tu vai ganhar?". Aí eu comecei, mas mesmo assim, ele não foi fazer o curso, ficou bravo, porque nós tava orientando o povo que tira aquele palmitinho pra ele.[108]

108. Depoimento do secretário de agricultura de Afuá em 7 de outubro de 2013.

FIGURA 6
Fabriqueta de palmito no Charapucu

Elaboração dos autores.

O extrativismo de palmito, açaí e madeira em algumas localidades de Afuá ainda está associado à exploração do trabalho do ribeirinho no sistema de meia pelos supostos donos das terras, com base na antiga forma de patronato (figura 7). Neste contexto, os ribeirinhos são considerados pelos patrões como seus fregueses, visto que moram e trabalham nas terras que estes patrões definem como de sua propriedade. Este sistema, herdado do período de exploração dos seringais, tem base na apropriação da terra pública, em muitos casos por meio da posse de um documento de compra e venda registrado em cartório, entretanto, é desconsiderada a legislação sobre o domínio público das ilhas e várzeas.

> Todas aquelas regiões o patrão tinha um documento da terra, mas é um documento inválido, porque precisavam da autorização da SPU e nenhum deles tinha. Na verdade, o que acontecia

é que escrituras de compra e venda entre eles viravam matrícula no cartório e a partir daí eles se achavam os donos, de poder impor o que bem entendessem lá dentro.[109]

FIGURA 7
Palmitos extraídos por ribeirinho

Elaboração dos autores.

Extensas áreas nas margens de rios, furos e igarapés encontram-se nessa situação. Das localidades visitadas, constatou-se a exploração do trabalho ribeirinho em vigor até os dias de hoje na região do rio Charapucu, no rio Curupaxi e no Furo dos Porcos. Os patrões são em geral donos de comércio na cidade, militares ou ex-políticos, de famílias influentes na cidade e geralmente residem em Macapá ou Belém. Alguns ainda mantêm o aviamento com os seus fregueses, fazendo-os permanentes devedores de seus comércios ao elevar os preços das mercadorias acima do valor encontrado na cidade e ao mesmo tempo subvalorizar o

109. Depoimento de liderança da CPT.

trabalho, ao taxar em preços baixíssimos o produto vendido pelo freguês. O elevado custo de deslocamento do ribeirinho para a cidade favorece a subordinação deste aos altos preços das cantinas, sempre mais próximas. O trabalho na meia, ou seja, metade para o extrativista e metade para o patrão, é comum principalmente no açaí e no palmito: "O que ele faz que ainda é dividido com ele é o meio. Se ele tirar duzentos palmitos, dá R$ 100, tem que dar cinquenta pra ele e cinquenta é nosso. Se tirar dez latas de açaí, é cinco nossa e cinco deles".[110]

> Se tirar dez latas divide cinco pra cada um. As dez latas a gente entrega tudo, aí ele vende. [Ele que vende?] Ele que vende, aí reparte e já é o valor que dá as dez latas. Aí como a gente compra dele, a gente precisa lá, o pouco a gente vai comprando.[111]

> O que a gente pega com ele, ele anota lá. Aí no final do mês, a gente baixa, vai acertar. O que tem, o que a gente fala aqui de produção, aí desconta lá. Olha, muitas vezes não dá pra pagar a conta. Não dá. Eu tava até falando pra mulher, eu disse, "olha, quando eu falo um preço, quando chega lá é outro". Tem vezes que eu digo: "olha, tô devendo R$ 800". Quando chega lá tá R$ 1.000, R$ 900. A produção que eles fazem aqui que manda, não dá pra encobrir a nota que eles fazem, e não é muito, mas a gente vai. Aí pra pagar essa conta, a gente tem que maneirar um pouco aqui a parte da comida que a gente compra lá, a gente vai parando mais um pouco pra arranjar por aqui pra poder baixar mais a nota. Porque senão a tensão é aumentar mais. A gente vai comprar frango, charque, mortadela, a comida que vende lá, enquanto aqui a gente pode arrumar também. Muitas vezes, "eu tô enjoado de peixe, quero comprar uma carne".[112]

> É a cantina e esse caderno sempre em cima desse balcão. Aí chegou o palmito. (...) A tua produção deu R$ 40, por exemplo, aí o patrão pega, aí o ribeirinho diz "eu quero dois quilos de farinha, meio quilo de açúcar, não sei o quê", essas coisas pequenas. Aí deu R$ 60, vou ficar devendo R$ 20. Aí é mais ou menos assim, por isso que eu digo que é trabalho escravo.[113]

Esse tipo de exploração, muito forte nas regiões do estuário nas décadas de 1960 e 1970, foi se tornando fraco na década de 1980 com o surgimento dos movimentos sociais, mas ainda persiste onde esses movimentos não obtiveram êxito. Assim, várias famílias alcançaram autonomia sobre a venda de sua produção, negociando-a pelo preço praticado no mercado, diretamente com comerciantes, nos portos ou com donos de barcos-geleiras.[114]

No caso da produção madeireira, há ainda uma forte agregação de trabalho irregular de ribeirinhos. Na região do Charapucu, as várias microsserrarias funcionam como força de trabalho das famílias ribeirinhas (figura 8). Cerca de dez a vinte homens trabalham como "mateiros", cortando e retirando a madeira da floresta, e de seis a sete homens trabalham na serraria. Alguns deles moram nas terras ditas de propriedade do dono do estabelecimento e se veem como seus devedores por morarem ali supostamente de favor. A sensação de dívida é fortalecida pelos laços de compadrio e pequenos auxílios como a compra de remédio, refeição etc. Os supostos proprietários da terra que residem na própria localidade geralmente possuem comércio pequeno e atuam como lideranças da comunidade. Alguns já foram em outras épocas subordinados ao sistema de patronato junto com suas famílias.

110. Depoimento de ribeirinha do rio Curupaxi.

111. Depoimento de ribeirinho do rio Curupaxi.

112. Depoimento de ribeirinho do rio Curupaxi.

113. Depoimento do secretário de agricultura.

114. "Embarcações de médio e grande porte, que têm seu convés adaptado em uma espécie de câmara frigorífica, que comporta bastante gelo, onde os carregadores armazenam as rasas cheias de açaí entremeadas em camadas de gelo, para então transportá-las até o local desejado" (Barbosa, 2012, p. 76).

FIGURA 8
Serrarias no Charapucu

Elaboração dos autores.

Essas condições degradantes a que estão submetidos muitos ribeirinhos em Afuá, principalmente pelas altas dívidas contraídas, podem ser consideradas análogas à escravidão. O trabalho escravo geralmente ocorre "em locais de difícil acesso, cujo custo de transporte normalmente é caro e debitado aos trabalhadores" (Théry *et al.*, 2009, p. 17), fato evidenciado nas localidades visitadas. À época do trabalho de campo, o litro da gasolina no município custava R$ 4,50. Acrescenta-se que nem todos os ribeirinhos possuem barcos de motor, utilizando-se estes da força própria; portanto, até mesmo as localidades mais próximas da cidade, como o rio Curupaxi, possuem deslocamento custoso para as famílias. Diante da pouca atuação do poder público nestas regiões e, por conseguinte, da falta de perspectivas para a população, o quadro de irregularidades e injustiças segue sem muitas mudanças. A ação pública resume-se a intervenções esporádicas de fiscalização.

> Quando foi criado o território do Amapá, essas ilhas passaram a ter os municípios próprios e anexados ao Pará. Só que para o Pará não tem nenhuma significância. São extremamente longe de Belém e a vida deles gravita no Amapá. Toda a vida social deles gravita aqui. Eles vendem aqui, eles compram aqui, na doença eles vêm pra esse hospital, as crianças pra escola. (...) Isso é uma coisa extremamente complicada hoje, porque na realidade eles são amapaenses do ponto de vista social, historicamente. Do ponto de vista jurídico, eles são paraenses. Então, por exemplo, a polícia do Amapá não pode fazer nada lá. Então, eles tão totalmente abandonados. O Estado não está presente na região das ilhas, não está presente mesmo. (...) Tem polícia civil em Afuá, tem o delegado, dois policiais e só (...) não tem barco, não tem coisa nenhuma, não tem como se transportar. Por isso, é uma região cheia de assaltos, tráfico de pessoas, grandes problemas de contrabando, tráfico de drogas. (...) O Amapá não pode fazer, nem a Polícia Federal, porque mesmo os órgãos federais têm circunscrições.[115]

Em 2003, em uma ação policial intitulada Operação Afuá, composta por policiais do Pará e do Amapá, nove famílias foram encontradas sob escravidão na Fazenda Bom Samaritano, no Furo dos Porcos. No local, funcionava uma fábrica de palmito e os trabalhadores eram escravizados por dívida pelo "patrão", que se encontrava inserido, em 2004, na lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No mais recente relatório de conflitos por terra da CPT, Afuá aparece com dezesseis casos distribuídos nas ilhas, envolvendo 335 famílias (quadro 1) (CPT, 2014).

QUADRO 1
Conflitos fundiários registrados em Afuá

Município	Nome do conflito	Data	Famílias	Categoria
Afuá	Cajueiro/PAE Ilha dos Carás	31/12/2013	20	Ribeirinhos
Afuá	Furo Grande/PAE Ilha Queimada	31/12/2013	1	Ribeirinhos
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos/PAE Ilha dos Carás	31/12/2013	5	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Picanço/PAE Ilha do Pará	31/12/2013	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha da Luzitana/PAE Ilha Panema	31/12/2013	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Caldeirão/PAE Ilha Caldeirão	31/12/2013	18	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Chagas/PAE Ilha do Pará	31/12/2013	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano/PAE Ilha dos Carás	31/12/2013	6	Ribeirinhos
Afuá	Afuá Ilha dos Porcos/Cajueiro/PAE Ilha dos Carás	31/12/2013	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás/PAE Ilha dos Carás	31/12/2013	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande	31/12/2013	4	Ribeirinhos
Afuá	PAE Ilha Charapucu	31/12/2013	140	Ribeirinhos
Afuá	Rio Furtado/PAE Ilha Queimada	31/12/2013	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Maniva/PAE Ilha do Pará	31/12/2013	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvadorzinho/PAE Ilha Salvador	31/12/2013	48	Ribeirinhos
Afuá	Serraria Pequena/PAE Ilha Queimada	31/12/2013	20	Ribeirinhos

Fonte: CPT (2014).
Elaboração dos autores.

6.2 Organização e luta social: STTR e CPT

> O nosso trabalho inicial de 1974 até 1980, início dos anos 1980, foi a formação de comunidades, porque essas comunidades praticamente viviam ao redor da festa do santo controlado pelos patrões da região. O patrão era também o dono do santo, como se chamavam. Então, toda a vida da comunidade era controlada pelos próprios patrões. Então, o primeiro processo foi criar uma autonomia das comunidades em que elas pudessem se encontrar como quisessem, aonde quisessem, e aí foi o primeiro passo, formação de lideranças que conduzissem as comunidades. E a

115. Depoimento de liderança da CPT.

> partir de 1980 praticamente a discussão da organização da própria população do campo sindical. Não existia sindicato nenhum, e a relação de patronato era extremamente forte.[116]

As décadas de 1970 e, principalmente, 1980 marcaram o início da mobilização dos ribeirinhos contra a dominação dos patrões em Afuá. A diminuição dos lucros com a borracha e as crescentes exportações de madeira e palmito impulsionavam o processo de devastação da floresta: "Surgiu na década de 1980 o corte de palmito e foi aquele corte desordenado mesmo, tinha que cortar. A gente tinha cada freguês, que se tratava na época, ele tinha uma meta de palmito para entregar a cada semana".[117]

As reuniões das CEBs recém-criadas subsidiaram o processo de conscientização da população sobre seus direitos e a formação de lideranças que viriam a assumir as delegacias sindicais na década de 1980.

Em 1984, foi criado o STTR, inicialmente na ilha dos Bodes com quatrocentos filiados. Com o passar dos anos o movimento foi se fortalecendo e alcançando mais adeptos nas ilhas, cujo objetivo principal era a "libertação" do trabalhador rural. Na década de 1980, a CPT Norte lançou a cartilha *Os Direitos e a Luta dos Parceiros*, que expressava de forma simples, por meio de diálogos e ilustrações, situações recorrentes entre "patrões" e "fregueses". Neste início, mesmo ainda aceitando-se a ideia do patronato, foi reconhecido pelo que dizia o Estatuto da Terra que os fregueses ou "parceiros" possuíam vários direitos sobre a terra e a produção, bem como o patrão, na condição de "proprietário", possuía vários deveres. Proibir a criação de animais de pequeno porte, plantar hortas, vender o terreno para outro sem dar preferência para quem mora nele (no caso o freguês), exigir exclusividade da venda da produção, obrigar que a aquisição de bens fosse somente em seu comércio, pagamento em forma substitutiva da moeda, foram algumas ações dos patrões contestadas na cartilha por meio da explanação da legislação.

Nesse momento a população passava a ter mais contato com a escrita e a linguagem formal por meio de cursos oferecidos de dois em dois meses pela CPT do Amapá, a qual desde o início acompanha a formação do movimento social em Afuá. Movimentos de jovens e de mulheres começaram a se formar, engajando-se também na luta social. Os cursos estendiam-se para outras partes do país, assim permitindo a troca de experiências e o reconhecimento de que as lutas sociais não se resumiam àquela região.

> Aí fui eu fazer uma viagem pra São Paulo, fazer um curso em São Paulo, um curso latino-americano. Aí nós fomos pra lá, quando eu cheguei em São Paulo que eu fui ver que não era só Afuá e nem só Macapá que estavam engajados. Era o Brasil, o mundo todo engajado nessa luta. Querer se fortificar, organizar os trabalhadores, aí pronto, aí o barco saiu. Aí nós trabalhamos em 1981, 1982, em 1983, aí quando foi em 1984, nós já criamos o sindicato.[118]

Outro aspecto do movimento social era a busca por políticas públicas inexistentes nas ilhas, como a previdência social. Buscavam-se igualmente soluções alternativas com as próprias comunidades, como cartilha sobre as plantas medicinais da região, constituição de uma farmácia comunitária, orientação e distribuição de produtos químicos para o tratamento da água e criação de escolas-família. Três escolas-família foram construídas pelas comunidades, nas quais os alunos eram sustentados pelos pais, e os professores,

116. Depoimento de liderança da CPT Amapá.

117. Depoimento de liderança do STTR de Afuá.

118. Depoimento de um dos fundadores do STTR de Afuá.

provenientes de outras escolas-família do Brasil, eram pagos com recursos da Igreja Católica e por vezes com recursos do Estado, solicitados pela CPT.

> A garota ou o rapaz passava quinze dias na escola, onde vinha todas essas matérias de convivência. Onde vinha todas essas matérias clássicas, tinha também tempo integral, tinha trabalho no campo, tinha aprendizagem direta, no uso da terra, manejo sustentável, açaí e mais tinha à noite os debates, as festas, os encontros, bate-papos sobre a realidade social, chamavam o pessoal do sindicato, da comunidade, contavam. Eles depois iam pra casa. Tinha um caderno, um caderno na escola onde eles iam anotar tudo aquilo que eles aprendiam em casa com os pais trocando ideia.

Por sua vez, à medida que a população camponesa ribeirinha se fortalecia, a nova postura contestadora que aos poucos ia se formando, bem diferente da simples submissão, gerou forte tensão com o patronato e não raros conflitos. Os patrões se uniam e ameaçavam os trabalhadores que queriam mudanças, levando muitos a abandonarem a terra por pressão e outros a não se envolverem com o sindicato por medo de expulsão. Entretanto, quando uma comunidade se organizava e obtinha êxito sobre o domínio dos patrões, outras comunidades eram encorajadas.

Ainda na década de 1980 o STTR tomou conhecimento de que as ilhas eram, na verdade, terras de domínio da União, tornando a luta mais significativa, sobretudo com o apoio de advogados nos casos de conflito. Dessa forma, o poder dos patrões foi arrefecendo aos poucos no decorrer dos anos e as famílias ribeirinhas alcançando liberdade e autonomia. Mesmo assim, segundo um dos fundadores do STTR de Afuá, sete pessoas foram assassinadas em meio aos conflitos. As áreas onde o sindicato atuou por último até hoje são as que evidenciam resquícios do patronato antigo nas relações de trabalho. Segundo o STTR, alguns donos de serraria deslocaram-se das áreas onde o sindicato atuava mais diretamente e se instalaram em outras de menor atuação.

> Tem uma região aqui, aqui nessa região Charapucu, porque o Charapucu é um rio muito comprido. Ele é muito grande. É o maior rio que tem no Afuá. Você leva de barco, barquinho, que é o transporte que a gente utiliza aqui, você leva quase que um dia inteiro para chegar ao fim dele. Na faixa de dez, mais de dez horas. Então, esse rio ele foi o rio aonde, por exemplo (...) o pessoal da Ilha do Meio, eles foram migrando para cá [rio Charapucu], porque o sindicato chegou por último. Então aqui se instalou as serrarias que hoje você ainda percebe muita serraria para cá e as fábricas de palmito. Eles correram de lá, porque lá a gente começou a se organizar mesmo, aí eles atravessaram para cá [Charapucu], os patrões.[119]

Outra área em que permaneceu o domínio do patrão foi o Furo dos Porcos, onde predomina o extrativismo do açaí e do palmito. Uma das famílias que ainda influenciam a área afirma possuir escritura pública e matrícula da terra no Incra, sendo esta área um PAE-Ilha dos Carás. Esta localidade tem sido palco de sérias tensões nos últimos sete anos, desde quando iniciou o processo de regularização fundiária pela SPU nas ilhas e várzeas de Afuá. Neste contexto, o STTR e a CPT vêm acompanhando os casos de conflitos por meio das lideranças sindicais das ilhas.

6.3 Ação da SPU e Projeto Nossa Várzea

Semelhante ao município de Gurupá, o início do processo de regularização fundiária em Afuá é posterior ao reconhecimento pela população de que as áreas de ilhas e várzeas são de domínio da União. Entretanto, não havia qualquer documento que beneficiasse o

119. Depoimento de liderança do STTR.

morador ribeirinho para comprovar e autorizar sua ocupação e trabalho na terra pública. No final de 2005, as primeiras famílias foram cadastradas no Projeto Nossa Várzea, e a partir de 2007 começaram a ser entregues os Taus. À época, o STTR e a prefeitura foram parceiros no trabalho de campo da SPU, acompanhando os técnicos em cada unidade familiar.

> Olha, eles fazem uma ação assim, eles marcam, eles pedem pros presidentes de associações, o pessoal do sindicato dos trabalhadores rurais (...). Aí eles fazem as inscrições do pessoal que ainda não tem e repassa pra SPU. Quando tá tudo ok, eles [SPU] vêm e fazem uma ação e vão já direto aonde foi cadastrado a pessoa. Assim é o trabalho. Fica mais fácil quando eles chegam no município, já tem uma demanda de quinhentas famílias, aí já se distribui, a prefeitura entra em parceria. Barco é parceiro. Eles saem do interior e vão tirar o ponto geográfico de um.[120]

Em um município onde a situação da posse da terra parecia atenuada aos olhos de quem havia vivenciado anos de embates entre patrões e fregueses, a concessão de Taus à população agroextrativista chegou levantando uma série de questões pendentes sobre o uso e a ocupação das ilhas e várzeas.

Os termos começaram a ser entregues no município à revelia de um plano de ações prévio da SPU sobre possíveis tensões sociais e ambientais, que eram bastante prováveis em virtude do contexto fundiário do município. Os ribeirinhos agora tinham conhecimento sobre seu direito na terra e possuíam um documento comprobatório, no entanto, não tinham forças para enfrentar as reações contrárias do patrão. Essas reações consistiram na tentativa de impedir o ribeirinho de se cadastrar, negando a validade do documento, ou reivindicando submissão ao apelar para vínculos tradicionais de compadrio (anexos G e H).

Apesar da pressão dos patrões, muitas famílias cadastraram-se no Projeto Nossa Várzea e, diante do direito concedido pelo documento, passaram a resistir, juntando-se ao movimento sindical, e a assumir postura autônoma, como é possível observar no diálogo a seguir entre um ribeirinho e o patrão para quem trabalhou durante vários anos.

> Você não é dono de terra aqui e eu também não sou. Essas terras são patrimônio da União, é do governo federal, agora os donos que é reconhecido somos nós que mora em cima, que zela pela terra. Aí ele ficou: "não, mas você sabe que eu sou comerciante, eu quero comprar, eu preciso comprar"; "eu vendo, só que agora não é o preço que você fazia com nós." Aí ele disse: "e quanto é que vocês tão vendendo?" "É oitenta", porque tava R$ 80 a saca do açaí nesse tempo. Aí ele disse: "ah não, mas tá muito caro. Eu tô comprando a cinquenta", "então compre pra lá, que de mim você não compra que eu não vendo", aí ele "não, pode tirar que eu compro". Eu tirei duas vezes, ele mandou pegar duas vezes, aí ele mandou dizer que não queria mais que não dava pra ele.[121]

Outras comunidades ribeirinhas, mesmo com o Taus em mãos, continuam submetidas ao sistema de meia, endividamento e cerceadas da liberdade de cultivar a terra, reformar a casa, vender a produção para outros compradores. Em um dos casos observados no rio Curupaxi, a família acabou entregando o Taus original para o patrão, por conta de ameaças de expulsão da terra, ficando apenas com a cópia. Um dos principais fatores que contribuem para isso, além da coação engendrada pelos patrões, é o distanciamento destas comunidades do movimento social, visto que nem todas as localidades possuem representações sindicais participativas.

120. Depoimento do secretário de agricultura.

121. Depoimento de ribeirinho da Ilha dos Porcos.

> Eles [SPU] explicaram, "(...) o senhor não tem medo, porque é direito de todos". O fundo aí, a área, de quinhentos parece que ele disse. "Até onde vai água ninguém é dono. Ninguém é dono. Se o pessoal chegar aí com você como ele disse que tem o documento. Não, o documento é longe, é pro centro, sabe lá pra onde não é. Aqui ele diz que é dono, mas não existe dono. Hoje em dia a lei é quem mora lá. Vocês têm os seus direitos." Aí ele disse: "mas você tem que fazer. Isso aí você pode considerar como seu, essa área de 500 metros. O trabalho que você vai fazer em cima é seu, tudo é seu". Aí eu fiquei assim, até não reagi com ele né. Fiquei assim, trabalhando normalmente, trabalho, respeito, eu tiro, o pouco que eu tiro eu divido com ele.[122]

6.3.1 Raio de 500 m, 15 ha e limites de uso tradicional

Um dos problemas gerados a partir do raio de 500 m e dos 15 ha estabelecidos no Taus foi a demarcação desta área pelo patrão, para que apenas essa porção fosse utilizada pelo ribeirinho.

> Tem ilha ainda que as pessoas continuam dizendo que é deles. As pessoas continuam lá com o Taus. Aí depois que veio o documento, eles [supostos donos] tomaram conhecimento de que o Taus tinha um raio de 500 metros. Aí disseram assim: "agora nós vamos lá porque o restante é nosso. Agora chegou a nossa vez. Vocês já têm o de vocês que é o raio de 500 metros, agora o restante nós vamos explorar que é nosso". Aí começou a confusão de novo.[123]

Assim, os terrenos dos fundos, que em geral são os que concentram maior quantidade de recursos, ficam de fora da área demarcada, diminuindo consideravelmente a produção. A construção de casa no mesmo terreno para os filhos que constituem família também se torna inviável pela considerável diminuição. É comum o patrão contratar novos "caseiros" para vigiar a área e continuar tirando o açaí e o palmito. A situação também envolve uma série de ameaças e denúncias contra o ribeirinho.

> Tiraram 400 metros quadrados, ele quer que a gente fique só nesses 400 metros quadrados e não mexa mais, não passe pra lado nenhum. Esse lado aqui está fora dos 400 metros. Fizeram um negócio bem ali assim. Aí tava 400 metros quadrados, aí não querem que passem.[124]

> [E hoje o senhor ganha menos com açaí do que antes?] Eu ganho mais ou menos, acho que até menos, porque do tempo que eu trabalhava com ele (...) a gente apanhava o açaí, era dividido a metade, só que a gente apanhava muito. (...) Agora não, a gente apanha só um pedaço. A gente ganha assim mais ou menos. E eles vivem de mal com a gente, brabo. É isso que tá acontecendo.[125]

A constante presença do patrão ou de seus caseiros vigiando a área gera uma situação de intimidação ao ribeirinho que possui o Taus, o qual, por não conseguir mais explorar todo o terreno e ter de suportar as ameaças do antigo patrão, sente-se em condição pior do que antes de possuir o documento. Quando não instalam caseiros na terra, os patrões vendem a área que "sobrou" para a própria família que já morava e trabalhava há vários anos ali ou para outros compradores.

> Só que eles [patrões] queriam vender pra outras pessoas de fora, porque o GRPU foi, deu esse documento, aí todo mundo tinha direito de 500 metros. Aí, quer dizer, terreno de frente ele [patrão] perdeu, ele ficou com os fundos, mas era os fundos que têm a riqueza, a caça, peixe, palmito, tudo. Aí ele queria vender pra uma pessoa estranha, aí um vizinho da gente que não é da família falou pra gente: "olha, o dono do terreno tá oferecendo o terreno". Aí a gente foi até ele,

122. Depoimento de ribeirinho do rio Curupaxi.

123. Depoimento de liderança do STTR.

124. Depoimento de ribeirinho do Furo dos Porcos.

125. Depoimento de ribeirinho do Furo dos Porcos.

> perguntou se ele queria vender o terreno. Ele disse que sim. Qual era o valor do terreno? Ele disse que o valor todo do terreno era R$ 58 mil.[126]

Segundo o STTR e a CPT, muitos casos foram judicializados e os juízes locais registravam causa ganha para os patrões, baseados em um raio de 500 metros, isto é, tudo o que estivesse fora desta área continuaria sendo do patrão.

> Quando nós tivemos esse problema que o juiz estava dando causa ganha para alguns patrões, aí foi que a gente se mobilizou, foi através da pastoral, a gente já encaminhou esse relatório para juiz federal, inclusive, nós tivemos até duas reintegrações, que com essas duas reintegrações, aí a coisa já acalmou mais, porque o cara foi despejado mesmo pelo juiz daqui, juiz zonal. Trouxemos os caras de volta pra terra, aí a partir daí eles tomaram conhecimento de que a gente tinha um pouco de conhecimento e um pouco de apoio. Aí as coisas já foram mais se moderando, mas não foi assim tão simples não. Os Taus foram entregues em 2007, 2008, 2009 e 2010; esses três anos foi de bomba, era confusão para todo lado. A gente não sabia aonde a gente ia acudir primeiro.[127]

Além dessas situações, surgiram disputas entre vizinhos pelas áreas não abrangidas pelo espaço estaneçecido, entendidas como áreas de ninguém. Ou seja, se entre o terreno de um morador e outro ficava um espaço sem utilização, deveria ser apropriado. Neste caso, é perceptível uma intervenção do que reza o Taus nos limites tradicionais já conhecidos pelos ribeirinhos. Esses limites, apesar de terem origem na ideia da terra do patrão, são a forma que ao longo dos anos havia se constituído a organização das famílias no espaço. A idealização de um novo ordenamento certamente deveria passar por um critério elaborado junto com a população.

> Todo mundo já sabe aonde começa o seu, sempre foi assim, aonde começa o seu e aonde termina. Agora o problema é que com um raio de 500 metros, muitas pessoas querem explorar o resto então, mesmo que entre na sua área, que a gente já sabe a linha do limite tradicional, pelo fato do raio de 500 metros aí houve essa invasão. Eles dizem: "Não, porque aqui já está fora do raio, não é de ninguém, é de quem chegar primeiro", entendeu?[128]

> A gente questionava assim, aí lá embaixo o termo, o Taus diz assim: "levando em consideração os limites tradicionais". Mas então não tinha que ter o raio de 500 metros. Tinha que dizer então, porque aí a gente não sabe qual, o que está valendo. Se é os limites tradicionais ou se é o raio de 500 metros.[129]

Outra questão da área demarcada é a sobreposição das circunferências em áreas onde as casas são muito próximas.

> Tem família que está muito próximo do outro, aí um raio de 500 metros entra, cruza, tudo isso foi colocado no *slide* lá a trapalhada que fazia o raio de 500 metros. Parece brincadeira de moleque com lápis, fica trançando linha por cima de linha.[130]

> [O senhor consegue avaliar se esses 500 metros seria suficiente para uma família se manter com seus filhos?]. Não. Aqui na região de várzea não. [Qual seria o tamanho que o senhor consideraria mais ideal, que pode dar conta de uma família aqui da região?]. Tudo vai depender, porque mesmo é terra de várzea em Afuá, mas existe diferença de ilha para ilha. Tem ilha que você consegue produzir no pequeno espaço, produzir muito. Mas tem outras, inclusive, da mesma ilha, às vezes, a

126. Depoimento de moradora da ilha do Pará.

127. Depoimento de liderança do STTR.

128. Depoimento de liderança do STTR.

129. Depoimento de liderança do STTR.

130. Depoimento de liderança do STTR.

> parte da frente, ela é diferente dos fundos, aí então, assim, fica até complicado a gente dizer quanto seria suficiente por causa desses fenômenos natural que existe.[131]

As situações avaliadas mostram que o raio de 500 m e os 15 ha estabelecidos no Taus são medidas insuficientes para atender às necessidades das populações ribeirinhas de Afuá e causam sérias tensões até hoje, como no caso do Furo dos Porcos. Entretanto, a questão principal neste caso é ainda o domínio do patrão, visto que em outras localidades, como na Ilha dos Porcos, as famílias conseguiram se desvincular do patrão aos poucos, a partir do recebimento do Taus, mas não sem resistência. De forma semelhante, no rio Curupaxi, a presença do patrão ainda é um ponto de maior dificuldade para o avanço da política de regularização fundiária. Essas situações necessitam de ações mais contundentes da SPU para afirmar o direito do morador das ilhas e várzeas de Afuá, desconstruindo o suposto direito adquirido pelos supostos donos.

6.4 Ilha do Charapucu: sobreposição de terras da União/Unidade de Conservação estadual/PAE/território ribeirinho

A ilha do Charapucu, margeada pelo rio Cajari, furo do Charapucu e baía do Vieira Grande, está localizada na parte sudeste do município de Afuá. Como observado nos tópicos anteriores, a área destaca-se historicamente pela produção de madeira e palmito em um primeiro momento por grandes empresas, entre as décadas de 1970 e 1990, e atualmente concentra microsserrarias e fabriquetas de palmito, com algumas empresas maiores ainda instaladas. A população local vive principalmente do trabalho nestes estabelecimentos, complementando a subsistência com a pesca e a extração do açaí.

A área tem sido alvo de discussões entre órgãos públicos locais, estaduais e federais, comunidade local e movimento social desde a criação do Parque Estadual do Charapucu pelo Decreto nº 2.592, de 9 de dezembro de 2010. O parque abrange quase toda a ilha em sua porção mais interior, com 65.181,81 ha, e é a única Unidade de Conservação (UC) da tipologia proteção integral no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) Marajó, esta que abrange todo o arquipélago marajoara. Segundo a Sema estadual, a criação da UC está ligada a um dos critérios exigidos pelo órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural – Unesco) para candidatar o arquipélago do Marajó à Reserva da Biosfera, projeto apoiado pela Sema estadual e organizações não governamentais (ONGs).

A área abrangida pela UC e seu entorno, entretanto, tem sido historicamente ocupada por famílias agroextrativistas. Segundo uma liderança do STTR, cerca de 150 famílias vivem do extrativismo nesta área, sendo sessenta o número de famílias que residem no interior do parque, e as outras no entorno.

Como área de proteção integral, o parque restringe o uso dos recursos pelas comunidades. Segundo moradores da localidade, a equipe da Sema tem realizado reuniões nas quais alerta para a futura remoção gradual das famílias e restrições quanto ao extrativismo e à reforma de casas.

> Porque a cada trabalho que é feito aí em relação ao parque, vai surgindo uma novidade, vai mudando o discurso. Primeiro, não precisava ninguém sair. Primeiro, o pessoal ia continuar

131. Depoimento de liderança do STTR.

> fazendo suas atividades normais, depois, aí já vai ter que sair. O povo já tá tendo essa informação que eles vão ter um dia, eles vão ter que sair.[132]

Ressalta-se que as reuniões com a população local começaram depois da criação do parque, ou seja, não houve participação dos locais na decisão de criação da UC. Apenas uma reunião teria sido feita na cidade de Afuá em setembro de 2009, mas com reduzida divulgação (Pará, 2014). O discurso de criação do parque fundamenta-se na preservação da biodiversidade, que tem sido estudada com alguns detalhes pela Sema estadual.

> O Parque Estadual Charapucu é representado principalmente por florestas de várzeas e igapós. A vegetação exuberante da unidade de conservação abriga espécies típicas do ambiente inundado de várzea do Marajó, onde podemos destacar a presença de espécies ameaçadas como a sucupira amarela (*Diplotropsis martiiusi* – categoria "Em perigo") e a virola (*Virola surinamensis* – categoria "Vulnerável"). Entre as espécies de fauna, a área protege espécies de animais como a onça pintada, o peixe-boi, urubu-rei e o macaco caiarara. Estudos sobre a biodiversidade local já registraram a presença de 35 espécies de anfíbios, 77 de répteis, mais de 30 espécies de mamíferos, mais de 300 espécies de aves, incluindo diversas espécies novas para a ciência, algumas endêmicas e outras ameaçadas de extinção, em diferentes categorias. A rede fluvial do parque é composta por rios de água branca, que carregam sedimentos do rio Amazonas, e rios de água preta, cuja nascente se encontra dentro dos limites do parque.[133]

Por sua vez, baseado no fato de que a área discutida constitui patrimônio da União, muitas famílias no Charapucu já possuem desde 2007 o Taus (ver mapa de sobreposição no anexo E). Também passaram a ser beneficiárias do PAE Ilha Charapucu, criado em 2009 pelo Incra. Conforme verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, teriam sido concedidos duzentos créditos de instalação a famílias do Charapucu no âmbito do PAE.[134] As duas políticas públicas visam à garantia de direitos territoriais das populações tradicionais. Contudo, observa-se que a política implementada pela Sema estadual tem avançado em maior proporção, na medida em que equipes do órgão estão frequentemente no local para pesquisas, reuniões, fiscalização, realizando aos poucos um novo ordenamento do uso e ocupação.

Uma recomendação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), de março de 2014, à Sema, considerando a incidência integral do parque no projeto de assentamento do Incra e em terras da União, sem a devida permissão, e considerando outras irregularidades no decorrer da implementação da UC, determinou que outra proposta de UC fosse discutida com a população local por meio de consulta prévia (Pará, 2014). A intervenção do MPPA no caso ocorreu a partir de denúncias sobre ações de fiscalização realizadas no Charapucu por servidores públicos de forma abusiva. Na mesma recomendação é citado o conteúdo de um ofício oriundo da SPU a respeito do parque.

> 4. A SPU/PA já atuou com o Projeto Nossa Várzea em Afuá, entre 2007 e 2012, onde beneficiou cerca de 4.500 famílias, incluindo mais de 1.000 na região do Charapucu. Concomitantemente, sob o Acordo de Cooperação Técnica entre SPU/Incra, foi criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Charapucu.

132. Depoimento de liderança do STTR.

133. Disponível em: <http://www.sema.pa.gov.br/diretorias/areas-protegidas/parque-estadual-do-charapucu/>.

134. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/empenho?documento=373030372012010NE000143>.

5. No final de 2010 fomos surpreendidos com a notícia da criação do Parque Estadual; causou estranheza, pois não fomos notificados desta pretensão pelo governo estadual (Sema).

6. Pelo exposto, neste sentido, a SPU-PA posiciona-se pelo cancelamento ou anulação do decreto estadual que cria o Parque Estadual Charapucu no município de Afuá – Ilha do Marajó.[135]

7 PONTA DE PEDRAS

O município de Ponta de Pedras integra a ilha do Marajó e está localizado na porção sudeste da ilha na microrregião do Arari, cerca de três horas de barco a partir de Belém. Está situado entre Cachoeira do Arari ao norte e Muaná ao sul. Possui extensão territorial de 3.365 km² composta por áreas de terra firme, campos naturais, várzeas e ilhas, com população de 28.025 habitantes[136] e densidade demográfica de 7,73 hab/km². A maioria dos moradores vive em áreas rurais (52,21%) e grande parte destes são ribeirinhos produtores de açaí. Ponta de Pedras é um dos maiores produtores de açaí do Brasil (IBGE, 2010).

As origens do município estão relacionadas à instalação de missões da Igreja Católica ainda no período colonial, primeiramente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (atual Cachoeira do Arari) (Idesp, 2011), onde teriam encontrado dificuldades para estabelecer o trabalho missionário.[137] Após sua chegada à nova região, a localidade passou a se chamar Mangabeiras, por causa da proximidade de uma praia com o mesmo nome. Posteriormente, sua denominação foi alterada para Ponta de Pedras, por causa da existência de pedrais na região. Virou freguesia a partir de 1737 *(idem, ibidem*). Nos anos seguintes, Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari alternaram suas sedes municipais, de maneira que intercalavam a anexação de um município por outro (fato que evidencia o grau de interseção entre estes). As últimas alterações significativas datam de 1930, quando Magalhães Barata extinguiu os municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira, criando um único novo município, o qual foi denominado Itaguari. A redivisão dos dois municípios ocorreu novamente a partir da década de 1940, permanecendo até hoje.[138]

Em Ponta de Pedras, a SPU concedeu 978 Taus, sendo que metade destes (487) foi emitida em apenas uma ilha que havia anteriormente sido reconhecida como um PAE do Incra.[139]

O município de Ponta de Pedras possui hoje três PAEs criados,[140] o maior destes, o PAE Ilha de Santana, foi criado a partir de forte pressão popular, cujas lideranças eram pessoas da região associadas com comunidades quilombolas vizinhas, que também

135. Recomendação do MPPA, de 7 de março de 2014. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/upload/recomendacao_agraria_afua.pdf>.

136. IBGE, população estimativa para 2013. A contagem do Censo 2010 registrou 25.999.

137. O relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) citado mostra que os padres Mercedários teriam deixado a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira pela dificuldade de implantar os trabalhos pretendidos por já haver muitas propriedades particulares. Encontramos poucos dados a respeito, entretanto, segundo Reis (1940), é de conhecimento que as primeiras missões instaladas na ilha do Marajó buscavam desenvolver trabalhos com indígenas da região, incluindo o manejo de gado.

138. IBGE Cidades. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/13NV>. Acesso em: 20 jul. 2014.

139. PAE Ilha Santana.

140. O PAE Ilha de Santana com capacidade para 375 famílias, criado em 2006, e os PAEs Ilha Setubal, com capacidade para 36 famílias, e Ilha Soberana, com capacidade para 22 famílias, ambos criados em 2010. Incra, Tabela de Assentamentos. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

vinham tentando regularizar suas terras. O município conta com duas comunidades quilombolas cadastradas no Incra/Fundação Palmares.[141]

7.1 Situação econômica e fundiária e seus desdobramentos na relação patrão-freguês

Ponta de Pedras possui relações estreitas com a capital Belém devido a sua relativa proximidade, o que ocasiona fluxos populacionais e econômicos entre as duas cidades. Essa dinâmica é refletida ainda nas condições específicas das pequenas cidades do interior da Amazônia que apresentam grande dependência de subsídios públicos,[142] assim como na vinculação ao mercado consumidor da capital. O maior exemplo desta vinculação é o comércio de açaí, como será demonstrado mais adiante.

O município possui economia ligada ao extrativismo e foi historicamente integrante dos ciclos econômicos regionais desde o período da exploração das especiarias e da borracha. Posteriormente, inclui a criação de animais, como gado bovino e bubalino, aproveitando parte dos campos naturais da porção interior do município. Acrescenta-se ainda o cultivo de lavouras temporárias de pequena escala (Idesp, 2011). A conformação econômica local parte de um sistema antigo utilizado desde a colonização europeia, com a existência de fazendas adquiridas por doação, o que incluía também sesmarias.

Reflexo de um desenvolvimento flutuante, em 2010, o município ocupava a posição 5.002 em relação aos 5.565 municípios do Brasil avaliados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A comparação com os municípios paraenses coloca Ponta de Pedras na 92ª posição de um total de 143 municípios avaliados no estado. A baixa classificação do município no *ranking* de desenvolvimento humano é corroborada pelo alto índice de analfabetismo (cerca de 25% em adultos maiores de 25 anos) e pelo elevado índice de Gini,[143] que passou de 0,58 em 2000 para 0,61 em 2010.

O quadro socioeconômico de Ponta de Pedras é comparativamente similar à maioria dos municípios do Marajó. Esta realidade justifica o fato de que a partir de 2006 a mesorregião do Marajó passasse a fazer parte de um estudo intensivo visando incrementar o desenvolvimento[144] da região, por meio da sistematização de informações e de propostas de ações efetivas para minimizar as desigualdades regionais. Uma das principais demandas referidas à época dizia respeito à regularização fundiária.

> A criação do Grupo Executivo Interministerial para o arquipélago do Marajó atendeu a uma demanda da sociedade local, expressa na manifestação de alguns de seus representantes, para que o governo federal articulasse uma agenda de ações imediatas voltadas especialmente à *regularização fundiária*, à implementação de obras de infraestrutura e ao combate à malária (Artigo 2º, inciso III do decreto), bem assim elaborar o presente plano em parceria com a sociedade civil, com o governo estadual e prefeituras (Brasil, 2007a, p. 5, grifo nosso).

141. Tartarugueiro e Santana do Arari. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=PA#>.

142. As pequenas cidades têm, em geral, economias de transformação frágeis e fracas, dependência elevada de subsídios federais, maior disponibilidade de emprego no setor público, baixa competência em oferecer serviços básicos, como o acesso a infraestrutura, educação e segurança pública, e predominância das atividades rurais que funcionam como parte de um sistema econômico informal (Costa *et al.*, 2012, p. 60).

143. "É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. Índice que mede a desigualdade." (Pinto, Costa e Marques, 2013).

144. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó (PDTS-Marajó – governo federal/estadual).

Durante os levantamentos propostos por este plano, a questão fundiária passou a nortear boa parte das ações. A regularização fundiária foi considerada o alicerce para subsidiar ações locais que garantiriam à população da região melhores condições de vida associadas à conservação do ambiente.

> Séculos de inatividade dos órgãos fundiários, federais e estaduais contribuíram para erigir no arquipélago uma estrutura fundiária concentrada e anacrônica. (...) As ações de regularização fundiária de uma maneira geral, sejam individualizadas ou coletivas, têm como elemento inicial a emissão de *autorização de uso e licenciamento ambiental para população ribeirinha tradicional em áreas de várzea, terrenos de marinha e acrescidos, cujo produto final será a Concessão do Direito Real de Uso em Resex*, RDS, PAE, envolvendo também as áreas centrais (*op. cit.*, p. 83, grifo nosso).

Com o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de parcerias institucionais para que houvesse a efetivação da política de gestão do território, o plano traçou linhas importantes que deveriam ser seguidas pelos respectivos órgãos quando da efetivação das ações regulatórias em cada município. Esclarecendo a necessidade de esforço para separar bens públicos de privados pelos exames aprofundados de cada local trabalhado.[145]

Percebe-se, portanto, que o município Ponta de Pedras padece da mesma situação fundiária similar a outros no Marajó. Nem mesmo a gleba municipal é registrada. Segundo relato, a prefeitura tenta, há alguns anos, a regularização junto à SPU.

> Não tem a gleba patrimonial, não tem até hoje, nós já pedimos várias vezes, da outra vez (...), que eu sou presidente da associação dos municípios do Marajó (Amam); da outra vez eu pedi, ainda era o Newton Miranda, pra regularizar a gleba municipal, até hoje a gente não tem, nós estamos tentando agora com a Terra Legal; então na verdade até o IPTU [Imposto Predial Territorial Urbano] que o município cobra é irregular.[146]

Este relato está em consonância com as demandas do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó (PDTS-Marajó). As dificuldades existentes no Marajó decorrem ainda de processos antigos envolvendo as sesmarias, a maioria destas concessões apresenta dados difíceis de serem verificados para a demarcação efetiva das terras; agregam-se a isto todas as vicissitudes do processo de compra e venda de imóveis à margem da legislação.

Outro fator que se aglutina para potencializar as situações de conflito é a existência dos fluxos econômicos sazonais. Percebe-se que na história recente da região, após o ciclo da borracha e do palmito, ocorre o *boom* do açaí (tabela 4). Este fato acirra a disputa das áreas preferenciais para a exploração dos açaizais, que em geral configuram áreas de ocupação tradicional ribeirinha.

---

145. "Dessa forma, para o ordenamento da estrutura fundiária, *serão realizadas ações discriminatórias administrativas ou de arrecadações sumárias de áreas interiores insulares visando distinguir as terras públicas das privadas com vista a promover a incorporação e o registro de imóveis em cartório, procedimentos estes que serão presididos pela Advocacia-Geral da União (AGU). Para isto, a GRPU, o Incra e o Iterpa, com a participação da sociedade organizada, definirão as áreas a serem trabalhadas*. Para tanto, os órgãos supramencionados atuarão em conjunto, por meio de termo de cooperação técnica, cujo objeto destinará recursos humanos e financeiros, incluindo parcerias com os municípios e estabelecendo mecanismos de controle social. A SPU promoverá a demarcação da Linha de Preamar Média (LPM). Os recursos financeiros da SPU, do Incra e do Iterpa serão disponibilizados através dos seus programas previstos no PPA" (PDTS-Marajó 2006/2007, p. 83, grifo nosso).

146. Depoimento de representante do poder público municipal.

TABELA 4
Açaí: quantidade produzida na extração vegetal (2009-2012)
(Em toneladas)

Brasil, Unidade da Federação, mesorregião geográfica, microrregião geográfica e município	Ano			
	2009	2010	2011	2012
Brasil	115.947	124.421	215.381	199.116
Pará	101.375	106.562	109.345	110.937
Marajó - PA	35.740	39.970	39.432	36.503
Microrregião Arari - PA	22.193	25.347	23.973	20.218
Ponta de Pedras - PA	10.797	13.197	11.217	8.974

Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura.

Obs.: É importante lembrar que os números sobre a produção de açaí municipal carecem de melhores mecanismos de controle, uma vez que poucos ou quase nenhum município consegue promover um levantamento confiável; segundo o secretário de agricultura do município, Ponta de Pedras está iniciando uma proposta de contabilização do açaí no município, porém esta quantificação somente vale para o fruto desembarcado no porto municipal, sem conseguir abranger o açaí que vai direto para Belém, que parece ser a maioria atualmente.

Em 2011, no município de Ponta de Pedras, ocorreu o I Encontro de Gestão Territorial do Marajó: *um Olhar Marajoara sobre a Regularização Fundiária* (Instituto Peabiru, 2013), com a presença de 41 instituições. A concretização deste encontro deixa transparecer que as ações programadas para o Marajó e Ponta de Pedras dão vazão às necessidades urgentes da região. Desde então, os estudos propostos fizeram emergir outros problemas que permaneciam ocultados. Historicamente, problemas fundiários andam *pari passu* com situações de precarização do trabalho e condições muitas vezes consideradas como análogas à escravidão, tanto que a própria SPU reconhece as situações precárias de trabalho na região do Marajó.[147]

A insegurança fundiária que incide sobre as comunidades ribeirinhas tradicionais dá margem para a ação de pessoas que se dizem donas das terras. Desse modo, quando tais "donos" emergem como proprietários, eles estabelecem uma rede de exploração como desdobramento histórico no regime de aviamento e na "marretagem"[148] – relações de trabalho características do período gomífero –, costurada com as obrigações de comércio exclusivo da relação patrão-freguês. Além de cobrarem tributo dos moradores, os expulsam ou mesmo colocam quem lhes bem entender em cada uma das áreas.

O Ministério Público Federal (MPF)[149] vem desenvolvendo uma série de ações visando impedir que pretensos donos de terras se utilizem de relações assimétricas de trabalho (muitas vezes análogas à escravidão) para maximizar seus lucros em detrimento dos direitos e da qualidade de vida da população ribeirinha.[150]

Pessoas ligadas à política da região também se valem de práticas abusivas nas relações de trabalho. Um caso notório envolveu o ex-prefeito de Muaná.[151] Apesar de destituído da

147. "O Projeto Nossa Várzea está prevenindo conflitos fundiários há muito alastrados sem a intervenção ou sob a omissão do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo fortalece a inserção produtiva das famílias agroextrativistas, rompendo perversa a arcaica exploração de mão de obra, em condições análogas ao trabalho escravo, por grileiros de terras públicas" (Brasil, 2013, p. 1).

148. Ação de marreteiros que seriam como caixeiros viajantes da Amazônia, trabalhando com margens de lucro exorbitantes e estabelecendo relações comerciais assimétricas, em que os ribeirinhos viam-se frequentemente tendo de entregar toda a sua produção a fim de saldar *juros* de dívidas anteriores.

149. De acordo com depoimento dado por procurador federal.

150. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/noticias/mesmo-apos-regularizacao-posse-de-terras-no-marajo-gera-impasses/?searchterm=maraj%C3%B3>.

151. Ex-prefeito de Muaná denunciado pelo MPF em 2013. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/justica-proibe-ex-prefeito-de-muana-pa-de-expulsar-ribeirinhos>.

vida política, ele ainda mantém sua rede de comércio e exploração junto aos ribeirinhos. Por exemplo, sendo o suposto proprietário de diversas áreas, recentemente retirou um antigo morador por este não "dar mais conta do trabalho".[152]

Enquanto em outras localidades os produtos como madeira, pecuária, carvão e cana impulsionam a "peonagem", em Ponta de Pedras a mola propulsora da exploração do trabalho é o açaí. O município figura entre os principais produtores do fruto e também entre os que apresentam quadros de precarização do trabalho na cadeia de produção. Em estudo subsidiado pelo Plano Marajó, o Instituto Peabiru coletou informações a respeito desta relação de trabalho precarizada, em que o patrão impõe ao ribeirinho as condições que o aprisionam em um circuito econômico desigual.

> Sobre informações a respeito do sistema de meia, uma das interlocutoras, moradora às margens do rio Ipauçú em Ponta de Pedras, esclarece que os peconheiros que moram e coletam o açaí na propriedade do "patrão" são obrigados a comprar suas mercadorias no comércio do patrão com base na troca do açaí ou outros itens. E o patrão se recusa a pagar quando os ribeirinhos compram em outros locais. Essa realidade é vista em lugares onde a regularização fundiária não avançara, sobretudo na região leste do Marajó (Instituto Peabiru, 2011, p. 74-75).

A situação de precarização nas relações de trabalho que são expressas no pagamento da meia é agravada pela falta de conhecimento da legislação por parte do ribeirinho, pela ausência de trabalho de regularização fundiária nas áreas envolvidas e finalmente pela inexistência de acompanhamento pelo poder público das ações propostas. Esta situação é resumida por uma liderança comunitária da seguinte forma.

> Você não tem uma certa explicação, você não tem um documento, então, aí você fica à mercê do fulano, do ciclano, do cara que tem mais dinheiro e tal. Aí pra você não ficar na rua, você tem que ceder, por exemplo, os meeiros, antigamente eram meeiros. Morava no teu terreno então eu te dava a meia do açaí, do porco da galinha. E eu sempre via isso como uma forma de escravização, eu via que não tava certo.[153]

Em contraste ao depoimento do ribeirinho, a visão dos pretensos donos a respeito das relações de meia é diferente.

> A gente mexe, movimenta um trabalho de açaizal, seria uma agropecuária, agroextrativismo na maioria, temos um pessoal que trabalha com a gente na forma de parceria rural, com documentação em cartório, e que é a *meia*, nós exploramos o açaí que é a atividade principal, mas tem o suíno, certo, *aqui tudo é na meia*, tudo é feito na *meia*. Nós temos moradores que a gente chama né, seria uma forma de inquilino, eles têm uma renda anual que se aproxima a R$ 40 mil, R$ 50 mil só com o açaí, sem colocar a limpeza do açaizal que é a extração do palmito (...). Temos o suíno também que é também na meia, então, nós movimentamos essa atividade. Eu acho que a maioria das famílias tem duzentos anos aí, certo, as nossas propriedades todas têm cadeia dominial, certo, títulos de sesmarias, muitas delas sesmarias né, título de propriedade tudo, e algumas têm até título da União (grifo nosso).[154]

As assimetrias do regime de meia tendem a se acentuar durante os períodos de safra do açaí. Além disso, verificou-se em campo que a meia paga aos ribeirinhos, não condiz

152. Foram entrevistados dois ribeirinhos que moraram em área controlada por esse patrão, um que ainda trabalha para ele e outro que foi expulso da terra por já estar velho demais para o trabalho. Ambos relatam a precariedade das condições impostas pelo *patrão*, que a despeito de ações judiciais já perdidas continua mantendo as relações de trabalho desiguais no município e comercializando o produto desta exploração na feira do açaí em Belém-PA.

153. Depoimento de liderança comunitária.

154. Depoimento de integrante do patronato local.

com o valor real praticado no mercado, isto é, representa uma desigualdade nas relações comerciais entre meeiros; muitas vezes, o valor praticado é apenas uma terça parte, o que é claramente percebido pelos ribeirinhos.

> Aqui a gente se trata meeiro né, *desdo* começo, aí o açaí vai, que é o açaí né, e vai pra lá, ele paga um preço, não sai na mesma como ele diz porque na meia realmente se desse por exemplo vinte lá ele tinha que mandar os vinte meu e ficar com os vinte dele, ele tá pagando R$ 13.[155]

Relatos de ribeirinhos contrastam claramente com as supostas vantagens que teriam ao serem meeiros dos pretensos donos. Uma moradora relata que a família sofria por parte do patrão antes de eles tentarem obter a documentação da terra e, assim, libertarem-se também da cadeia de comércio opressor institucionalizada pelo patrão.

> Na época que a gente foi morar pra lá, essa ponta (...) ela não dava muita produção, quando dava bem açaí era uma base de umas oitocentas latas, esse um [marido] se matava lá pelo mato fazendo limpeza e cada ano ia produzindo mais, então é assim: na época (...) eram sete morador, inda era o velho o pai do doutor Roberto que mandava (...). Na época ele tinha um rapaz que recebia o açaí dos outros morador (...) então ele arrecadava o açaí de todos os outros moradores e passava tudo pro barco e mandava pra Belém esse açaí, aí durante um período duns quatro anos depois que ele faleceu aí esse *doutor Roberto* (...) ficou na frente, aí ele foi comprando a parte dos outros, (...) se tornou como ele diz dono né, aí ele pegou e colocou esse um [marido] pra receber açaí de todos os outros moradores pra passar pro barco grande que levava pra Belém, de lá que eles mandam o que eles bem entendem pro que eles dizem morador, (...) se o camarada manda vinte paneiros (...) então é dez do morador e dez deles; eles dizem na conversa deles né só que lá se eles venderem o açaí por R$ 30 eles não vão mandar a parte do morador pelos R$ 30 que eles venderam lá no Ver-o-Peso eles mandam uma base de 15, 20, então eles mandam só uma terça que eles não querem mais.[156]

7.2 Ação da SPU em Ponta de Pedras

Desde o início do Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União, a SPU sempre informou que o município de Ponta de Pedras era um local conflituoso, com intensa ação dos pretensos donos em ofensiva contra a proposta de regularização fundiária de áreas de várzea ocupadas pelos ribeirinhos do município. Durante a oficina de nivelamento, a secretaria proporcionou à equipe do Ipea conhecer um caso emblemático, em que uma família teria sido despejada pelo pretenso dono, sendo reintegrada pela ação efetiva da SPU com o apoio da Polícia Federal.

Apesar de situações pontuais como esta, os desdobramentos gerais da política para o município não têm demonstrado uma efetividade de longo prazo, que seria garantir a posse dos moradores tradicionais, com a manutenção dos direitos de uso sobre as áreas em questão. A família ribeirinha citada atualmente não consegue usufruir plenamente da área garantida pelo documento, pois o pretenso dono continua agindo de forma truculenta a fim de intimidá-la e sacar grande parte da produção de açaí da área.[157]

O relato a seguir evidencia o grau de controvérsia existente na atuação da SPU no município. Sob tal ponto de vista, não há diálogo com os representantes do órgão federal, seja por diferenças partidárias ou discordâncias sobre a forma da implementação

155. Depoimento de ribeirinho que possui o Taus.

156. Depoimento de família ribeirinha. Atualmente moram na cidade, pois foram expulsos de suas terras.

157. "Apesar de terem recebido da SPU os termos de autorização de uso dos terrenos, muitas dessas famílias permanecem sendo exploradas pelos falsos donos das áreas, que cobram 'aluguéis' pelo uso das terras equivalentes a até 75% do valor da produção." (Brasil, 2010).

da política. Ao apresentar sua versão para o caso supracitado, fica evidente seu posicionamento político a favor dos proprietários de terras.

> A chegada e a atuação da SPU é complicada, por quê? Eles chegam no município muitas vezes a gente nem sabe, quando já sabe eles já saíram, tomam posicionamento de decidir quem fica com a casa, por exemplo em casos, alguns casos aqui incluídos, pessoas idosas de 80 anos tal foram despejadas e a pessoa que ficou com o lote era sobrinha dele, herdeira do mesmo terreno tá, e a mulher é professora concursada e ele tem o transporte escolar. Essa pessoa que saiu tinha 80 anos, era tio dele, ele morava lá e dividia de meia o açaí, até a casa do dono do terreno que morava lá. Eles trouxeram a Polícia Federal pra desocupar; esse senhor quase foi a óbito, ele teve um princípio de derrame, a esposa dele também com mais de 70 teve também problemas de saúde. Eu acho que a regularização fundiária é uma questão fundamental mas que tem que ser feita com muitos critérios. Outra coisa, tu não pode chegar no Brasil que é um país que tem lei e dizer olha a partir de hoje isso aqui não vale mais títulos de sesmarias, não vale título do Iterpa, não vale, aí esse senhor apresentou um título do (...) da própria SPU não vale.[158]

FIGURA 9
"Peconheiros" contratados para a coleta do açaí na área da referida família[159]

Fonte: Registro da família.

A pesquisa também entrevistou o pretenso dono desta área em questão. Ele reclamou da ação da SPU, explicando como seria a relação de trabalho com o meeiro e sua relação de parentesco com a esposa dele. Estes relatos, somados ao de outros pretensos donos e de representantes do poder público local, demonstram a surpresa destes ao ver acontecer reintegrações de posse, inclusive com presença da Polícia Federal.

> Eu estava na minha casa (...) eu tava com a minha esposa lá (...) me tiraram na marra debaixo da minha casa, me deram prejuízo, inclusive um guarda-roupa zeradinho; aí me tiraram e botaram

158. Depoimento de representante do poder público local.

159. Detalhe para as iniciais do "proprietário" nas rasas.

> quem, como diz o cara, ele era meu meeiro, se eu tirava vinte latas ele (...) eu pagava na hora (...). E aí tiram nós na marra de lá e botaram uma, é até uma sobrinha minha que deixou o marido pra se meter com esse «Jorge» aí pra me perseguir, inclusive ela é herdeira de dois quinhões lá no mesmo terreno, ela é da família, ela apurou, deixou o marido dela, se meteu com esse pra ir nos perseguir, inclusive ela tá lá debaixo da minha casa [P: como foi quando chegaram?]. Foi a Soraya com a polícia, eles disseram que tinham ido com a ordem da justiça e tudo que iam tirar debaixo da casa, e arrombaram até a minha casa, eu tava de saída que eu ia pra Belém (...), tudo isso aconteceu, tiraram as minhas coisas.[160]

Nota-se que, segundo o ponto de vista da elite local, os conflitos de terra no município começaram após a ação da SPU. Há, portanto, uma relação de embate entre as partes envolvidas – que ocorre com nuances bastante complexas –, pois além dos parentescos sanguíneos, ocorrem os chamados apadrinhamentos, ambos praticados desde os tempos coloniais para a manutenção de relações ligadas à terra e à produção, que criam visões deste tipo.

> No Marajó, a perspectiva da terra é uma terra familiar e as pessoas tinham muitos filhos no passado e até hoje dez filhos, doze filhos, oito filhos, e se diz que no Marajó a reforma agrária é feita na cama, aqui tirando os grandes latifúndios, não existe latifúndio porque uma terra de 200 ha, 100 ha não é latifúndio, né?[161]

Alegar a diminuição das áreas de propriedades em função de sua divisão associada ao processo sucessório intergeracional não significa dizer que a prática seja benéfica aos ribeirinhos. Também não significa que os conflitos tenham sido apaziguados com esta "estratégia", uma vez que os trabalhadores rurais em geral não fazem parte dessa partilha, visto que uma união deste tipo não iguala a relação de forças existentes.

Verificou-se, durante a pesquisa, que muitos ribeirinhos estão inseridos nesta relação de trabalho com as famílias dos pretensos donos há muitos anos, alguns com laços estabelecidos desde os avós dos atuais envolvidos. Este fato dificulta a compreensão das situações envolvidas, e muitas vezes o ribeirinho se vê em uma situação que poderia ser descrita como uma dívida moral ou dívida de gratidão para com o patrão.

Uma família que mora em um igarapé próximo à cidade possui o Taus, mas as relações que o pai desta família possui com o pretenso dono da área, que foi seu meeiro no passado, fizeram com que o ribeirinho pegasse o documento às escondidas. O temor de represálias dos pretensos donos demonstra, também, a desigualdade de forças instaladas no município e as dificuldades institucionais em promover a manutenção do direito de uso/posse das famílias tituladas.

> – O senhor entende, no caso, que esse documento é que significa que o senhor seria o dono daqui, não é isso? O senhor tem esse conhecimento?
>
> – Foi o que o homem falou no dia.
>
> – Ele me informou aí um bocado de coisa.
>
> – Mas no seu caso, o senhor entende que o que vale mais é o seu trato com o Sávio? O senhor entende que é desse jeito?
>
> – Entendo assim, porque a gente fica difícil brigar por uma coisa. É como diz, eles são muito morador, só pra mim brigar com ele, eu não quero partir pra brigar com ele. Muitas vezes ele já jogou verde pra

160. Depoimento do pretenso dono da área onde a família ribeirinha reside.

161. Depoimento de representante do poder público local.

> mim assim [sobre o Taus], eu acho que alguém já soube, né?. Quando ele joga essas verdes, eu falo pra ele assim: "olha seu Sávio, tô lá, mas não tô interessado não [em ser dono da terra]".[162]

Foi entrevistada uma família que atualmente mora na cidade, pois após conseguir a documentação (Taus) ela foi expulsa da área. Essa família permanece sofrendo as consequências da tentativa de sair do julgo exploratório mantido pelos pretensos donos, que detêm poder econômico e capital político em Ponta de Pedras.

Esse fato torna evidente o medo contido no depoimento anterior, fazendo com que o ribeirinho não contrarie o patrão. Ainda existem áreas onde a situação espúria se mantém, gerando conflitos graves inclusive com ameaças de morte por parte dos patrões que se valem ora de capangas ora do poder policial, muitas vezes cooptado pelas elites locais.

No depoimento, esta família que mora na cidade conta ainda que, depois dessa situação, uma advogada (irmã do suposto dono) teria ido à delegacia, e a partir deste dia o delegado estaria se recusando a registrar as queixas dos ribeirinhos contra os patrões, inclusive promovendo intimidação aos moradores quando estes procuravam seus direitos. Este fato foi provado pelo ribeirinho que gravara uma dessas intimidações dentro da delegacia e forneceu a gravação ao MPF. O delegado teria apenas sido repreendido, continuado atuando na cidade de Ponta de Pedras.

> – [esposa] Eu tava dizendo: uma justiça que a pessoa vai tá praticamente morrendo, vai pedir ajuda deles e eles também ainda agridem a pessoa; esse um pegou gravou umas coisa que ele começou a falar, aí levou lá pra Belém (...).
>
> – [marido] esse homem quando me enxerga fica doidinho de raiva, ele tem um ódio em mim.
>
> – [esposa] esse um só vai na delegacia se o delegado não tiver aí, se tiver aí não deixa ele entrar.
>
> – [marido] aí tem muita coisa, ele me ameaça aí com os capanga dela, eles me ameaça aqui [na porta de casa].[163]

A assimetria nas relações de poder é agravada pela dificuldade da SPU em consolidar a política de regularização fundiária das áreas de várzea, em decorrência das dificuldades em delimitar os terrenos de várzea e áreas de marinha que seriam abrangidos pela legislação que normatiza o Taus. Como aponta Surgik (2005, p. 20):

> A legislação brasileira interferiu na definição de apenas um evento natural, que foi uma parte da várzea de maré, dando-lhe o nome de "terreno de marinha" (Decreto-Lei nº 9.760/1946, Artigo 2º). Os terrenos de marinha são, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da Linha da Preamar Média de 1831.

A utilização desta definição tem feito os pretensos donos adotarem nova estratégia para manter o controle territorial, deixando a eles destinado apenas os 33 m desde a beira do rio/igarapé, ocupando toda a área restante para o interior. Esse fato é comprovado pelo depoimento de uma pretensa dona que conseguiu retirar judicialmente um ribeirinho que havia sido atendido pelo Taus da SPU.

> [E agora a senhora tem outra pessoa lá?] Temos, nós temos outra pessoa agora lá. [E vocês fizeram no mesmo modelo?] Não a nossa advogada foi e viu que tem uma diferença que eles têm, parece

162. Depoimento de ribeirinho.

163. Depoimento de família ribeirinha.

> que 33, é 33 de frente, eu sei que é da beira do rio pra dentro, então ele tem direito só naquele pedacinho, a justiça agora é que vai resolver, pra fazer o despejo dele que já foi comprovado que o terreno é dele, aqui o juiz daqui é que vai fazer o despejo, a justiça federal vai mandar pra cá. – E esse novo morador? Foi feita uma nova casa pra trás, depois desse limite, é outro contrato, tá tudo reconhecido.[164]

Em Ponta de Pedras, a equipe de pesquisa verificou outras situações similares. Em uma delas, a família de ribeirinhos foi expulsa da área ao reivindicar seus direitos de posse da terra após conseguir o documento da SPU. Ao conseguir a reintegração de posse, o patrão tornou a impor sanções à família.

De acordo com o depoimento de um procurador federal, os embates jurídicos em torno da política de regularização fundiária já eram esperados.

> Uma das consequências desse projeto é o aumento do número de judicialização de questões relativas à terra dos ribeirinhos. Isso era uma consequência lógica evidente, porque se o fazendeiro se dizia dono da área que vai desde a várzea até a terra firme da sua fazenda, a partir desse projeto ele não é mais considerado dono dessa área toda, e geralmente vai à justiça em busca dessa área que ele considera "que foi perdida", mas que na verdade nunca foi dele, e nessa hora a comunidade ribeirinha também quando é citada nas ações judiciais, ela procura a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal e nós entramos no processo sempre ao lado daquela comunidade ribeirinha pra tentar mostrar ao juiz que a comunidade foi titulada numa área da União e que quem está errado neste caso é o fazendeiro que tenta se apossar de uma terra pública.[165]

Apesar da fala do representante do MPF, o acesso dos ribeirinhos ao Poder Judiciário pode ser dificultado, quando estes não possuem meios para enfrentar os patrões em situações de litígio. Segundo relatos, historicamente, o Poder Judiciário local tem apresentado posicionamentos a favor dos latifundiários locais, pela própria dificuldade que existe na compreensão da legislação que ampara o Taus.

Mediante entrevista com o integrante do Poder Judiciário em Ponta de Pedras sobre a aplicação dos Taus no município, obteve-se o seguinte depoimento.

> O que eu noto é uma controvérsia que existe, de pessoas que se dizem proprietários, possuidores assim de longas datas, e o que essas pessoas reclamam e me pareceu em alguns casos, sem querer entrar no mérito de nenhum caso concreto, até porque eu não posso, é que, em alguns casos não foi assim, digamos, assegurado uma coisa que eles falam em ampla defesa em contraditório. Ou seja, essa foi a reclamação e me pareceu que existiu isso, de haver a emissão da autorização sem digamos ouvir realmente interessados (...) o que acontecia é que as pessoas chegavam "olha, esse terreno é do meu pai, do meu avó" e aí passou pra mim, ele tinha um caseiro que morava lá, sem o documento, aí a SPU emitia uma autorização de uso sem ouvir essa pessoa [pro caseiro?], é emitia pro caseiro sem ouvir essa pessoa que se dizia titular possuidor, né? Aqui não tá se dizendo quem tá certo quem ta errado.[166]

Se a existência de conflitos é algo inerente ao processo, o órgão emissor (SPU) deveria investir maiores esforços para promover o acompanhamento de maior prazo para a garantia da efetividade do Taus pela população ribeirinha. Em vez disso, o que pode ser verificado é que a ação foi intensificada em áreas mais consolidadas em termos fundiários, com menos conflitos, como é o caso da Ilha de Santana.

164. Depoimento de esposa de pretenso dono.

165. Depoimento do procurador federal.

166. Depoimento do juiz da comarca de Ponta de Pedras.

Seria importante que a SPU ampliasse a emissão de Taus e o acompanhamento em áreas que careciam de maior apoio, sobretudo naquelas onde os moradores sofrem maiores influências da superexploração do trabalho, em vez de intensificar suas ações em áreas, como a Ilha de Santana, que já teriam resolvido a situação fundiária mediante a criação de um PAE pelo Incra.

De acordo com dados fornecidos pela SPU, há um total de 978 Taus entregues na área abrangida pelo município de Ponta de Pedras, sendo que 49% destes documentos (487) foram expedidos somente no PAE Ilha de Santana, que abrange cerca de oito comunidades. A região da Ilha de Santana possui alto grau de associativismo e está localizada junto à divisa do município de Cachoeira do Arari e de comunidade quilombola, com a qual iniciou os processos para a regularização local, a partir das reuniões, como descreve uma liderança local.

> Então foi um dia a gente pensou: uma conversa de amigo, a gente pensou que a gente podia mudar, como a gente pode mudar quando a gente quer. E se a gente fosse num órgão que na época era o Iterpa, eu fui no Iterpa, levei esse mapa que eu mostrei, e mandei puxar lá, pra ver, tava chegando o computador [na época], pra ver qual eram as terras que tavam legalmente certinha, tudo pago, e a surpresa minha foi que uma ilha, tanto fora da Santana, como das outras comunidades, era que era legalizada, e esses terrenos que eu te mostrei nenhum. O menos que tava devendo, tava devendo cinco anos (...). Então nós voltamos e sentamos, vamos pegar essa área daqui vamos metrar, vamos ver quanto dá (...). Isso tudo por conta da comunidade.[167]

A luta destes comunitários iniciada nos anos 1990 resultou na criação pelo Incra do PAE Ilha de Santana, mas somente a partir do ano de 2006. Segundo depoimento de uma liderança da comunidade de Santa Maria, as ações da SPU para a Ilha de Santana iniciaram a partir de 2010, prolongando-se por três anos por conta de erros nas informações coletadas com os moradores. Um comunitário da ilha narra o processo da seguinte maneira.

> E agora? Eu sou dono, mas não sou dono, a gente tirou o vizinho, não ia invadir, mas outro sim, tu não tem documento, aí surgiu a GRPU. Ninguém quer perder, nós assinamos o documento da GRPU, nós fomos lá, primeiro era o Iterpa, aí tinha que passar pra GRPU, aí eles tinham que ter uma parceria com o Ibama, com a Sema, aí é uma burocracia grande. Isso foi em 1992, ainda era GRPU, hoje mudou o nome. E falava com o doutor, falava com a doutora, e dizia assim, não depende do Incra. Esse mapa foi o bispo que tirou. Até que chegamos na GRPU, não vai ser nosso, mas ele já veio como SPU, pra ver como demorou, a responsabilidade técnica é do Incra, e tem que negociar com a SPU. O PAE do Incra foi consolidado antes de 2004, o Incra teve aí, houve uma negociação com o sindicato; nunca nos defendeu, naquela época era o Pedrão, hoje é a irmã dele. E a gente vai pra lá, vai pra cá, aí tinha o Pedro neto, ele era dos fiscais do Incra e atestou, merece mesmo ter o assentamento. Em 2006 foi protocolado e começou o projeto, mas em 2006 a SPU já começou a fazer a parceria com o Incra e agora em 2010 eles já chegou, através do sindicato também, mas é um toma-lá-da-cá, não é uma coisa assim que vai te ajudar, aí trouxe a documentação errada. Aí já vai três anos. Erro na numeração, como cpf. O cpf teu tava duas vezes, ou o teu tava no dela e o dela tava no dele.[168]

Essa área, assim como muitas outras do município, constituía domínio da Igreja Católica, datando do período da formação municipal. Por ser uma área onde havia prévia organização promovida por movimento religioso (CEBs), inclusive com a consolidação de um mapa da região, os conflitos já haviam sido minimizados em comparação com

167. Depoimento de liderança comunitária da Ilha de Santana.

168. Depoimento de ribeirinho.

outras áreas do município, onde os ribeirinhos moram mais isolados sem constituírem uma organização comunitária.

Isso demonstra a importância do planejamento das ações em cada município, com o levantamento das áreas prioritárias que necessitarão de "ações discriminatórias administrativas ou de arrecadações sumárias de áreas interiores insulares visando distinguir as terras públicas das privadas com vista a promover a incorporação e o registro de imóveis em cartório, procedimentos estes que serão presididos pela Advocacia-Geral da União (AGU)" (Brasil, 2007a, p. 83). Questão também levantada pelo juiz da comarca local.

> Outro aspecto eu acho é que a União deveria, através de seus próprios órgãos, SPU, Incra, definir de forma clara: essa área é da União, essa área é particular, essa área é devoluta, isso aqui é terra de marinha; a União fazer um trabalho mais consistente, georreferenciar áreas, esse é o ideal.

7.3 Conflitos socioambientais

O contexto do município é bastante complexo, e os interesses político-fundiários entrecruzam-se com as disputas fundiárias, tanto que as forças atuantes (ribeirinhos e patrões) também podem aparecer mescladas de acordo com interesses específicos. Verificamos ribeirinhos favoráveis à política, porém temerosos de aceitar o documento por medo de represálias.

A situação é agravada pela frágil organização social dos trabalhadores rurais, cujas entidades representativas, sindicato e colônia de pescadores não desempenham o trabalho de defesa dos direitos da categoria. O STTR do município possui ação bastante contestada pelos trabalhadores rurais, principalmente por parte de alguns ribeirinhos. O sindicato que trabalha em parceria com a SPU e o Incra teve problemas judiciais por conta de superfaturamento de projetos com o Incra na comunidade de Santana. Este fato foi denunciado por um comunitário, tendo sido reconhecido pelo MPF,[169] que incluiu na sentença os responsáveis pelo órgão federal no município e o então presidente do sindicato. Após esta ocorrência, a presidência do sindicato passou para a irmã do acusado.

Colheu-se também uma série de reclamações quanto à atuação da colônia de pesca, que estaria sob o comando de um grupo familiar desde sua fundação, sendo também acusada de cobrar a meia para a obtenção do seguro defeso e demais benefícios, já havendo condenação prévia por esta irregularidade. Atualmente, existem outras associações que cadastram pescadores para receber estes benefícios federais. Segundo alguns relatos, todas fazem ou fizeram parte dessa prática abusiva, sendo os pescadores cadastrados apelidados por moradores locais de *pescadores de seguro*.

> Olha rapaz, eu paguei a colônia até 22 anos, mas eu me aborreci com o camarada, que é esse presidente. Hoje tá há dezesseis anos no poder, porque vocês sabem quando surgiu o seguro desemprego [defeso], e eu era capataz da colônia na época, porque eu sempre tive uma facilidade com as palavras né, sempre fui um cara que todo mundo percebe que eu não sei ficar parado (...) fui votado e quando foi um dia ele falou que vinha chegar o seguro e ele queria que os capatazes fizessem, *tá fim do mês quando vocês vierem prestar conta vocês trazem os documentos de vocês*, (...) ele pegou a documentação e mandou preparar pra receber, pra dar entrada no seguro, aí disse que só tinha uma coisa, era rachado, era 50%, cê sabe quanto dava o seguro naquela época? Oitenta

169. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/01/justica-obriga-incra-investigar-irregularidades-no-marajo-no-para.html>.

> cruzeiros. Ele tinha que dar Cr$ 40 e ficar com Cr$ 40, na meia. E tu tinha que ir na canoa dele (grifo nosso).

Da outra parte, os patrões estão muito bem organizados e representados pela Associação dos Produtores de Açaí do Município de Ponta de Pedras (Apampp). Com a Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, essa associação promovera na Justiça Federal uma Ação Civil Pública contra a União, requerendo a anulação dos Taus concedidos no município, ao alegar ausência de legitimidade de o governo federal atuar em áreas de várzea.[170]

Por meio das situações expostas, forma-se um quadro dificultoso para a efetivação da política da SPU no município de Ponta de Pedras. A adoção do Taus em áreas onde sua demanda é maior e mais necessária não tem garantido às famílias ribeirinhas a manutenção do território, nem mesmo a segurança alimentar para o sustento familiar, diante dos antagonismos estabelecidos na relação patrão-freguês.

Os antagonismos das relações de trabalho também se refletem na questão ambiental de cada uma das regiões estudadas: se, por um lado, percebemos o ribeirinho como agente na manutenção da floresta de várzea, seja por conta das limitações de sua força produtiva familiar ou pelas próprias práticas culturais que condicionam a exploração de baixo impacto, por outro, vemos a ação incisiva dos pretensos donos plenamente inseridos na lógica dos mercados internacionais, ocasionando um processo acelerado de açaizamento das várzeas.

A disputa pela posse dessas áreas é por poder político-econômico. A distribuição de Taus no município tem promovido um acirramento nos embates, uma vez que as ações judiciais demonstram-se insuficientes para amparar as populações tradicionais, não bastando para garantir o cessar das hostilidades e intimidações que os patrões infligem aos ribeirinhos.

A ação do órgão federal, pouco consolidada no município, dá margem à crença de transitoriedade da política pública, e também de sua legitimidade, uma vez que ocorre com deficiência de divulgação e debates mais aprofundados sobre a realidade de cada um dos locais a serem atendidos. O caráter transitório do documento não se esclarece nas falas dos agentes do governo.

Os ribeirinhos interpelados não citaram, nas informações repassadas pela SPU, se o Taus seria parte de um processo de regularização que deveria ser finalizado com a obtenção da CDRU. Durante o acompanhamento realizado pela equipe no momento de entrega dos documentos na comunidade Santa Maria, na Ilha de Santana, em nenhum momento esta informação veio à tona.

Nos casos observados, com a existência de conflitos graves, alguns deles próximos à cidade, a potencialidade do conflito aumenta em decorrência da falta de um acompanhamento sistemático visando à consolidação dos direitos territoriais dos ribeirinhos. Essa situação agrava-se pela dificuldade de se ampliar a divulgação e, portanto, o entendimento sobre a política de regularização fundiária para famílias ribeirinhas.

170. Processo nº 0032528-47.2009.4.01.3900 – Justiça Federal – Pará.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos casos estudados, a efetivação da função socioambiental ocorre mediante um processo de construção e luta social das comunidades. A superação de formas injustas de relações de trabalho acontece pela tomada de consciência dos trabalhadores rurais que se organizam para conquistar direitos. A emancipação do trabalho reduz a pressão de patrões e empresas sobre a exploração dos recursos naturais, permitindo novas configurações econômicas baseadas no extrativismo e na agricultura de pequena escala, de baixo impacto ambiental, cuja renda é apropriada integralmente pelas famílias. Constroem-se dessa maneira as bases da sustentabilidade.

Os quatro municípios abordados compartilham o mesmo processo histórico de ocupação territorial. Inseridos no contexto de exploração dos produtos da floresta, látex, madeira, palmito, entre outros, vivenciaram o domínio dos patrões que controlavam o comércio, o território e a força de trabalho do morador ou freguês, configurando o regime de aviamento imperante na Amazônia desde o primeiro ciclo da borracha. Embora o sistema de aviamento tenha entrado em declínio, a exploração do trabalho ribeirinho ainda perdura atualmente, dessa vez sob o regime de parceria, como pode ser observado em Ponta de Pedras e em Afuá. A parceria é tratada pela legislação brasileira como uma relação de sociedade, uma contratualização regida pelas normas do Direito Civil, pela qual o proprietário cede sua terra para o parceiro explorar atividades agropecuárias ou extrativistas, em troca de uma participação da produção. O Estatuto da Terra estabelece as condições para o regime de parceria, sendo vedada ao proprietário a exigência de exclusividade da venda da produção, da realização de serviços gratuitos, da obrigatoriedade de compra de mercadorias de seus estabelecimentos. Além disso, é estabelecida uma escala de cotas que o proprietário tem direito, a depender da condição de seu estabelecimento.

> Art. 96. Na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, observar-se-ão os seguintes princípios:
>
> .....
>
> VI - Na participação dos frutos da parceria, a quota do proprietário não poderá ser superior a:
>
> a) 20% (vinte por cento), quando concorrer apenas com a terra nua;
>
> b) 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada;
>
> c) 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia;
>
> d) 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;
>
> e) 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea d deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria;

> f) 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultraextensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotarem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido.

A relação de meia, ou seja, a divisão da produção em cotas iguais entre proprietário e parceiro, é predominante nos casos levantados. No entanto, na maior parte das situações, não existe qualquer tipo de benfeitoria nas áreas ocupadas pelos ribeirinhos, sendo os instrumentos de trabalho de sua propriedade. Eles têm de construir suas casas e preparar a terra. O trabalho de manejo dos açaizais realizado pelos ribeirinhos de Ponta de Pedras é exemplar, pelo qual conseguem multiplicar a produtividade original da área ocupada.

> Até a casa, se eu não queria morar na chuva com a minha família, tive que trabalhar pra fazer a casa. Porque ele nunca ajudava nada. (...) Logo que eu cheguei pra lá, o açaizal tava pouquinho ainda. Aí, eu comecei a tratar, em torno do açaizal comecei a limpar. Quando eu cheguei lá, o açaí que eu tirei, na primeira safra, não deu cem paneiros. Que não tinha açaizal, era só mato. Eu fui limpando o mato. Conforme vai limpando o mato, vai dando o açaí. Aí dava uma faixa de quinhentos paneiros, seiscentos (...) vai aumentando o açaí.[171]

Em tal condição, o pretenso proprietário teria direito a, no máximo, 20% do que foi produzido pelo morador. O que acontece, contudo, é bem diferente. Como detém a exclusividade da venda da cota do trabalhador, levando toda a produção para o mercado, o proprietário retorna para o morador uma quantia em dinheiro menor do que deveria, seja alegando custos de transporte, seja informando preço menor do que o realmente negociado no mercado.[172] Aliada ao controle da área exercida pelo patrão, embora mascarada como uma relação de sociedade, a parceria praticada nesses locais configura-se como uma relação de trabalho, com total subordinação do trabalhador ribeirinho e apropriação da renda de sua produção, configurando uma relação de sobre-exploração de trabalho.

A ausência de legalidade da exploração do trabalho ribeirinho por supostos donos de terra evidencia-se ainda mais pelo fato de essa exploração ocorrer em áreas de várzeas federais, de dominialidade da União, portanto públicas. O Artigo 94 do Estatuto de Terra determina que "é vedado contrato de arrendamento ou parceria na exploração de terras de propriedade pública". Assim, o controle privado sobre terras públicas para apropriação dos recursos naturais e para exploração do trabalho ribeirinho ocorre à revelia da lei, da emissão de Taus e, inclusive, de decisões judiciais. Em Ponta de Pedras, uma família ribeirinha beneficiária do Nossa Várzea fora expulsa de sua moradia pelo patrão e posteriormente reconduzida à área por decisão da Justiça Federal. No entanto, os açaizais manejados pela família continuavam sendo objeto de esbulho pelo patrão que entrava na área com vários homens contratados para coletar o açaí. Em Afuá, o patrão se valeu do raio de 500 m, delimitado no Taus, para manter seu controle na área externa ao raio, que também era de ocupação tradicional e de trabalho pela família. O mesmo artifício foi mencionado por um dos últimos patrões de Gurupá.

> Direito de posseiro. Eu já vi o documento na minha mão. Passou pela minha mão, é direito de posseiro, eles têm tudo. Não carece de ter documento, basta provar a casa, o retrato da casa. Da casa e do tempo que ele tá no serviço. O que vale é o tempo das testemunhas, quantos anos ele morou no terreno. E é posseiro. Só que eles não ocupam um terreno de 500 metros, eles ocupam

171. Depoimento de trabalhador ribeirinho – Ponta de Pedras.

172. Foram relatadas situações em que é retornado para o ribeirinho o correspondente a uma terça parte do que produziu.

> de 3 mil metros, 2 mil metros, 5 mil metros. (...) Porque eles tomavam conta. Agora no direito de posseiro, eu tenho direito de me informar. Eu tenho o direito de demarcar e a sobra é minha.[173]

O destino das áreas da União dependerá de como e por quem é exercido efetivamente o controle territorial: por particular, pela comunidade ou pelo Estado. Em Breves, no rio Mapuá, ocorre uma disputa entre ribeirinhos e empresário. No caso em questão, uma parte do território foi conquistada pelos moradores com a criação da Resex. Outra parte é controlada pelo empresário que contratou um dos moradores para servir de vigilante e impedir atividades madeireiras no local. O depoimento do empregado põe em evidência a efetivação do controle territorial independentemente de sua legitimidade jurídica.

> Eu entrei num igarapé bem aí que é a nossa divisa que eu mostrei pra vocês ontem. Aí eu entrei lá, cheguei lá, eles tavam. Aí eu gritei pra eles, eles responderam pra mim. "Ei, rapaz, para essa motosserra aí!" Aí acharam graça pra lá, aí eu vim me embora. Deixei o meu açaí, aí foi 3 horas da tarde eu fui e peguei a câmera com caderno e uma caneta. Aqui sempre a gente topa alguma caça, não foi pra mexer com eles de valentia, não. Mas eu peguei o terçado, a espingarda e fui. Cheguei, longe deles, deixei lá, em cima de um pau. Aí fui só com a caneta, a câmera e um caderno na mão. Cheguei lá, fui conversando com eles. Quando eles me viram logo. Que eles sabem que eu sou responsável. Eles pararam: "Bom, pessoal, boa tarde, eu vim aqui conversar com vocês. Quem é o responsável dessa madeira?". Aí o menino disse: "É papai, quer falar com ele?". Disse: "Quero. Agora mesmo que eu tenho pressa." Aí vieram dois de lá quando eu cheguei. "Tu vai ficar até quando tirando essa madeira aqui?" Disse: "Ah, eu comprei porque eu queria tirar todo o dia". "Então, para agora!" Eu disse: "Tu vai parar agora de tirar a madeira". (...) "Eu como sou responsável dessas fazendas do seu [nome do empresário], eu tô aqui pra conversar com vocês. Se vocês não obedeceram nenhum dos donos que vieram aqui. Pois agora, tu vai me obedecer. Só vai me dar licença." Tirei as fotos deles, filmei tudinho. Peguei a madeira deles. (...) Foi só isso que eu fiz. Eles tiraram e até hoje não vieram mais. Não pertubaram mais.[174]

No caso do território do Mapuá, se observado superficialmente, pode-se concluir por uma aparente contradição: a do latifúndio "verde" *versus* Resex para desmatamento. Na realidade, o território em disputa é cenário de um histórico de resistência da comunidade local que recentemente se desvencilhou da exploração do antigo patrão e vem construindo formas autônomas de sobrevivência em seu meio. A discussão do plano de manejo florestal com a comunidade mostra-se crucial a fim de garantir a apropriação sustentável dos recursos naturais. As alternativas que figuram na disputa são garantir a reprodução socioeconômica de comunidades tradicionais ribeirinhas ou permitir o uso de terras públicas para fins especulativos no emergente mercado de carbono.

A exploração madeireira exerce, desde a década de 1960, papel proeminente na economia marajoara e mostra-se altamente nociva para o meio ambiente quando grandes empresas madeireiras, associadas a elites locais, exploram intensivamente as florestas da região. O movimento do grande capital, tanto nacional como estrangeiro, exaure os recursos madeireiros em determinado local, partindo para outras áreas quando a anterior não oferece mais lucratividade. Ciclo que vai se reproduzindo enquanto houver recursos e territórios a explorar. Situação semelhante ocorre com a extração do palmito. Após a exploração até a quase completa extinção do palmito de juçara, incidente na Mata Atlântica, as empresas palmiteiras avançam, a partir da década de 1970, na Amazônia, a fim de explorar o palmito do açaí, em arranjos similares ao das madeireiras: a associação com os patrões. Como consequência, nota-se a devastação de açaizais em áreas de

173. Depoimento de um patrão em Gurupá.

174. Depoimento de morador local que exerce a vigilância a serviço da Ecomapuá.

várzea, comprometendo uma das tradicionais fontes de alimentação ribeirinha: o fruto do açaí. Os conflitos protagonizados entre patrões e ribeirinhos em ilhas de Afuá são emblemáticos e comprovam a atualidade do problema.

A atuação de servidores de órgãos públicos, como de prefeituras, de órgãos ambientais, do Poder Judiciário, da força policial, cooptados pela elite local fecha o cerco opressivo sobre o trabalhador ribeirinho e garante o controle exercido pelos patrões sobre o território. Nos casos em que essa configuração ainda impera, a família ribeirinha vive em um estado de precarização de seus direitos. Em permanente ameaça de expulsão da terra, sujeitam-se a uma relação de trabalho servil. Atitudes de resistência acontecem geralmente reprimidas com a expulsão da moradia e, recorrentemente, com a criminalização.

A história do movimento social em Gurupá aponta para um caminho distinto, demonstrando a viabilidade de se construírem arranjos econômicos e sociais justos e sustentáveis, mediante o exercício do controle territorial comunitário. A tomada de consciência da condição de trabalhador rural agroextrativista permite a apropriação dos recursos naturais sob uma lógica distinta da exploração intensiva praticada por empresas e patrões. Assim, busca-se a diversificação de atividades econômicas de forma a conciliar a conservação do meio natural e sua reprodução social com qualidade de vida. As experiências de manejos florestais e pesqueiros e de planos de uso construídos coletivamente entre os trabalhadores rurais de Gurupá consolidaram a emancipação de seu trabalho. O considerável nível de organização social, refletido nas associações comunitárias e no STTR atuante, possibilitou mudanças institucionais locais e abriu caminho para a ação de órgãos federais e estaduais em prol do reconhecimento de seus territórios, criando um arranjo institucional que permite o controle territorial comunitário legitimado e em parceria com o poder público.

A existência prévia de organização social, com demandas bem definidas de reconhecimento territorial, favorece a execução de ações de regularização fundiária. Nesses casos, a ação visa garantir arranjos construídos pelas comunidades rurais. A dificuldade maior ocorre quando essa situação não existe, fato predominante na Amazônia em geral. Configura-se, em tais casos, a necessidade de o órgão responsável pela ação de regularização fundiária exercer o papel de indutor da construção comunitária do ordenamento territorial, promovendo com as comunidades formas participativas de tomada de decisão para a aplicação da política.

Nesse sentido, a implementação do Nossa Várzea deve se valer em seu planejamento de um diagnóstico prévio dos territórios a serem objetos de sua intervenção. Esse diagnóstico deve conter informações sobre o nível de organização social das comunidades locais, a existência e a gravidade de conflitos fundiários, os atores envolvidos na questão e a existência de outras políticas de regularização fundiária, a fim de evitar sobreposições e direcionar a política para demandas mais urgentes, sobretudo nos casos de exploração do trabalho e de grandes passivos socioambientais.

Além disso, é necessária a presença da União nos casos em que se configurem os maiores conflitos socioambientais a fim de garantir para si o controle territorial das terras federais em disputa. Essa presença poderia ser efetivada mediante a criação de unidades descentralizadas em lugares estratégicos para a intervenção e o acompanhamento da

política. Outra possibilidade seria a constituição de forças-tarefas por meio da articulação da SPU com outros órgãos, como Iterpa, Ibama, Incra, ICMbio, defensorias públicas, Polícia Federal, cuja permanência estaria condicionada à resolução dos conflitos e à consolidação do reconhecimento territorial. Essas medidas mostram-se importantes, uma vez que a oficialização da regularização fundiária, como a emissão de Taus, desacompanhada de uma presença maior da União, principalmente em locais de acirramento de conflitos, pode não efetivar os direitos das comunidades atendidas.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

AGASSIZ, L. **A jorney in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

BAENA, A. L. M. B. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1097/714619.pdf?sequence=4>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BARBOSA, G. *et al.* **Geomorfologia da folha SB.22** – Belém. Rio de Janeiro: DNPM, 1974. (Projeto Radam, v. 5).

BARBOSA, M. G. **Quem mora em cima da terra é quem tem direito!** O fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados "tiradores de açaí" da Vila Monteiro do Rio Preto, no município de Afuá-PA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BARBOSA, M. J. S. (Coord.). **Relatório analítico do território do Marajó**. Belém: MDA/PITCPES-UFPA/GPTDA, 2012. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>.

BORA, gente! Direitos e conhecimentos em movimento. Direção: Andréa Borghi M. Jacinto e Eddie Souza Jr. Roteirista: Andréa Borghi M. Jacinto, Joaquim Shiraishi Neto e André Marques. Edição: André Marques. Manaus: PPGDA/UEA, 2011. **Documentário** (42 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4CVwy_aRj3o>.

BRAGA, T. **O município de Breves (1783-1910)**. Belém: Livraria Gillet de Torres e Comp., 1911. Monografia organizada com o estudo feito sobre documentos oficiais e obras vulgarizadas.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Brasília: Presidência da República, 2007a. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915>.

_____. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas. Versão preliminar. Brasília: Ministério da Saúde, 2007b. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/Adagenor/PRDA/Plano-Marajo/07_0035_FL.pdf>.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Nossa Várzea**: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira. Brasília: MP, 2007c. Disponível em: <http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=278>.

_____. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Pará. **Mesmo após regularização, posse de terras no Marajó (PA) gera impasses**. 11 nov. 2010. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/noticias/mesmo-apos-regularizacao-posse-de-terras-no-marajo-gera-impasses/?searchterm=mesmo%20ap%C3%B3s%20regulariza%C3%A7%C3%A3o>.

_____. Secretaria do Patrimônio da União. **Nota Técnica nº 316/Cgal/Dedes/SPU/MP**. jun. 2013.

_____. Superintendência do Patrimônio da União no Pará. **Relatório de viagem** – Breves/PA: período 13/08 a 01/09/2012. Belém, 2012.

CAVALCANTE FILHO, J. T. Regime constitucional de propriedade das ilhas oceânicas e costeiras. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, ano 7, n. 27, p.185-200, abr./jun. 2008.

COSTA, S. M. F. *et al.* Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades em Ponta de Pedras, estado do Pará. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56-74, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2281/2172>.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2014.

CRISTO, A. C. P. **Cartografias na Amazônia rural ribeirinha**: estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do município de Breves/PA. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CRUZ, M. J. M. da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, J. C. V. **O Pará e seus municípios**. Belém: Semear; Rede Celpa, 2003.

GALVÃO, E. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

HÉBETTE, J. Teoria e prática no estudo do campesinato paraense. *In*: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**. Faces do campesinato no Pará. Belém: UFPA, 2002.

HERRERA, J. A. **Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar**: o caso de Vila Amélia – Breves/Pará. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. **Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 1990-2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2014.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO PARÁ. **Estatística municipal** – Ponta de Pedras. Belém Idesp, 2011.

_____. **Estatística municipal** – Breves. Belém: Idesp, 2013.

IEB – INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia**: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA. Brasília: IEB, 2006.

INDÚSTRIAS fecham as portas em Breves. **Diário do Pará**, 15 set. 2010. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-111843-INDUSTRIAS+FECHAM+AS+PORTAS+EM+BREVES.html>. Acesso em: 20 jun. 2014.

INSTITUTO PEABIRU. **Viva Marajó**: ordenamento fundiário de um território verde. Relatório 3 anos de aprendizados. Belém: jan. 2013.

JOÃO, X. da S. J.; TEIXEIRA, S. G.; FONSECA, D. D. F. (Org.). Geodiversidade do estado do Pará. Belém: CPRM, 2013. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PA.pdf>.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil** – Norte 1: fundações e entradas. Séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugalia, 1943a. t. 3.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil** – Norte 2: obra e assuntos gerais. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugalia, 1943b. t. 4.

LENTINI, M. *et al.* **Fatos florestais da Amazônia 2005**. Belém: Imazon, 2005.

MCGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 2, n. 2, p. 57-72, 1999.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23. ed. *São Paulo*: Malheiros, 1998.

MIRANDA NETO, M. J. de. **Marajó**: desafio da Amazônia – aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Record, 1976.

MOURÃO, L. M. **Do açaí ao palmito** – Uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém: Editora Açaí, 2011.

NORONHA, J. M. **Roteiro da viagem da cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província**. Pará: Typographia de Santos & Irmão, 1862. Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, J. P. de. O caboclo e o brabo – Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *In*: SILVEIRA, E. (Org). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 11. p. 101-140.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. **Ribeirinhos e roceiros**: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

PACHECO, A. S. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. *In*: SACHAAN, D.; MARTINS, C. P. (Org.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNoronha, 2010.

PARÁ. Ministério Público. **Recomendação**. Assunto: criação de Parque Ambiental Estadual em sobreposição à Projeto de Assentamento Agroextrativista criado pelo Incra. Castanhal: MPPA, mar. 2014. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/upload/recomendacao_agraria_afua.pdf>.

PEREIRA, J. V. Atualidade de Antônio Vieira na Amazônia: uma controvérsia do século XVI para reanimar o século XXI. **Asas da Palavra**, Belém, v 10, n. 23, 2007.

PINTO, D. G.; COSTA, M. A.; MARQUES, M. L. A. (Coord.). **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

POLLAK, H.; MATTOS, M.; UHL, C. **O perfil da extração de palmito no estuário amazônico**. Belém: Imazon, 1996. (Série Amazônia, n. 3).

PORTELA, R.; WENDLAND, K.; PENNYPACKER, L. L. The idea of market-based mechanisms for forest conservation and climate change. *In*: STRECK, C. *et al.* (Ed.). **Climate change and forests**: emerging policy and market opportunities. Washington: Brookings, 2009.

REIS, A. C. F. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém, 1940.

ROSSETTI, D. F. **Sedimentologia, isótopos estáveis e palinologia de depósitos quaternários no leste da Ilha do Marajó, estado do Pará**. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulos, 2010.

SALERA JÚNIOR, G. **Breves biografias**. Ilha de Marajó, 2014.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P.; PORTAL, V. L. M. Patrimônio arqueológico do Marajó dos Campos. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia marajoara. Belém: GKNoronha, 2010. p. 71-86.

SILVA, E. **Territorialidades específicas e mudanças fundiárias**: o processo de territorialização dos Monteiro do Rio Preto, município de Afuá, Pará. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SOUZA, A. L. de; CANTO, O. do; HERRERA, J. A. **Comunidades agroextrativistas do rio Mapuá** – Breves/PA: diagnóstico socio-econômico. Belém: UFPA, 2002.

SURGIK, A. C. S. Estudo jurídico para a várzea amazônica. *In*: BENATTI, J. H. *et al.* **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos. Manaus: Edições Ibama/ProVárzea, 2005.

THÉRY, H. *et al.* **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

TRECCANI, G. D. **Regularizar a terra**: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Caracterização da vegetação e uso do solo das terras pertencentes a empresa Ecomapuá Conservação Ltda**. no município de Breves, Pará. Belém: UFPA, 2002.

VIEIRA, A. **Historia do Futuro**. Livro Anteprimeyro. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Pedrozo Galram. 1718.

_____. **Carta do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus**. 1. ed. Lisboa: Officina da Congregação do Oratorio, 1735. t. 2.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério Público Federal. **MPF/PA**: violação dos direitos de ribeirinhos a uso de terras no Marajó vira alvo de investigação. [s.d]. Disponível em: <http://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2559707/mpf-pa-violacao-dos-direitos-de-ribeirinhos-a-uso-de-terras-no-marajo-vira-alvo-de-investigacao>.

COMELLI, P. Província do Pará: as agências postais no século XIX. **A Filatelia Brasileira**, n. 8, dez. 2010.

COSTA, F. **Terra dos breves**. Belém: Smith Produções Gráficas LTDA, 2000.

INSTITUTO PEABIRU. **Mapa de Ponta de Pedras**. Disponível em: <http://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/ponta_pedras.jpg>.

MIRANDA NETO, M. J. **Marajó**: desafios da Amazônia – aspectos da reação ao modelo exógeno de desenvolvimento. Belém: Editora UFPA, 2005.

MONTÓIA, G. R. M. **Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia**: um estudo de caso no município de Ponta de Pedras-PA. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, São Paulo, 2010.

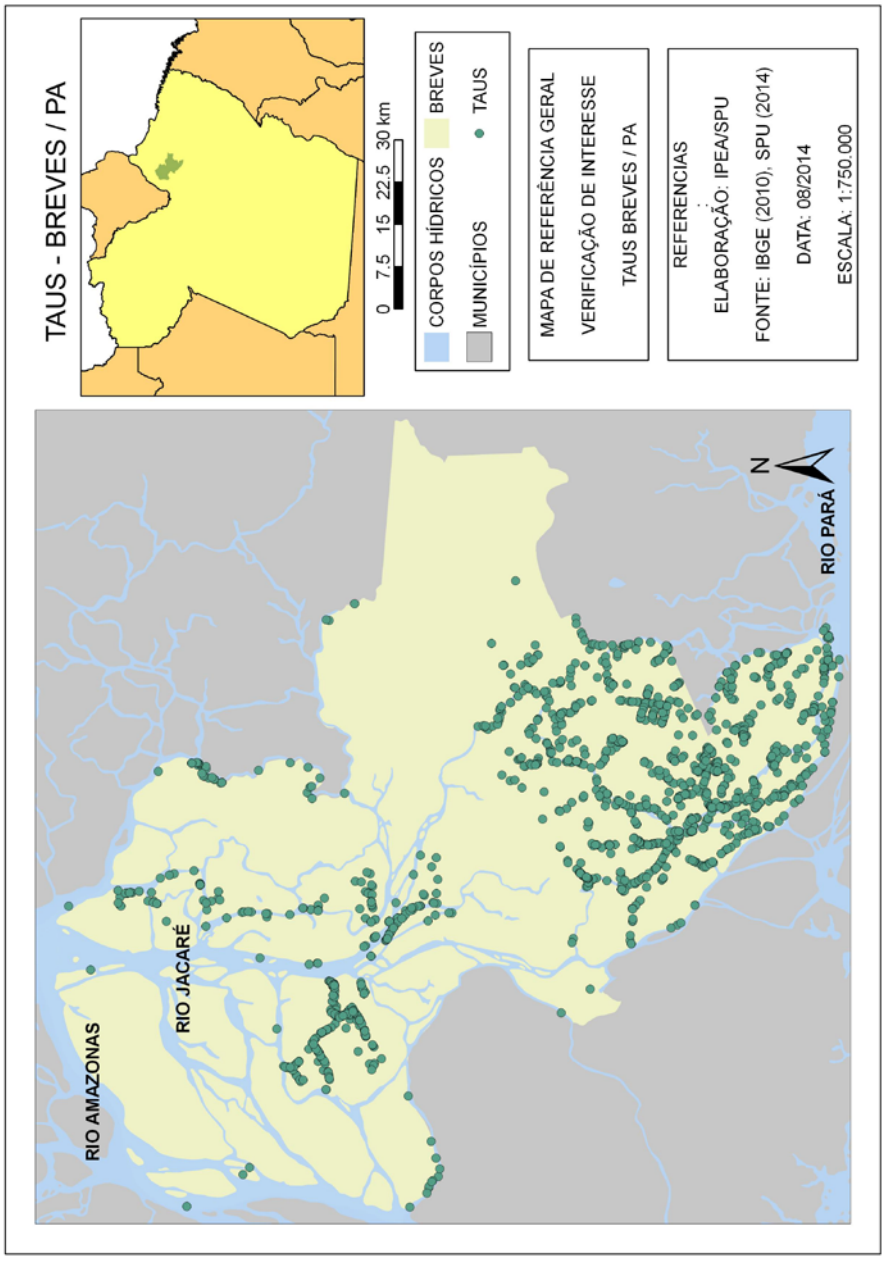
PACHECO, A. S. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos. *In*: SCHAAN, D.; MARTINS, C. (Org.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia marajoara. Belém: GKNoronha, 2010b.

SANTANA, A. C.; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A. T. **Organização e competitividade das empresas de polpas de frutas no estado do Pará**: 1995 a 2004. Belém: Unama, 2006.

ANEXO A

MAPA A.1

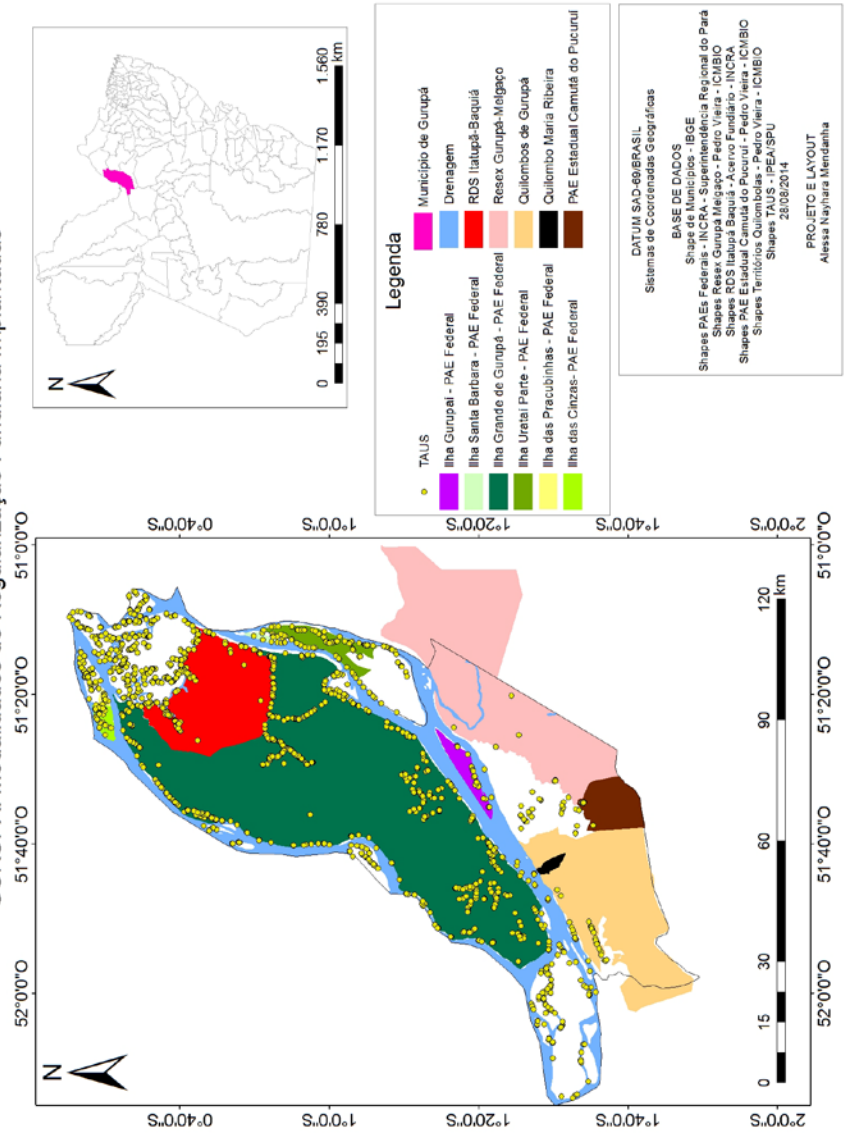
Breves: Taus emitidos



ANEXO B

MAPA B.1

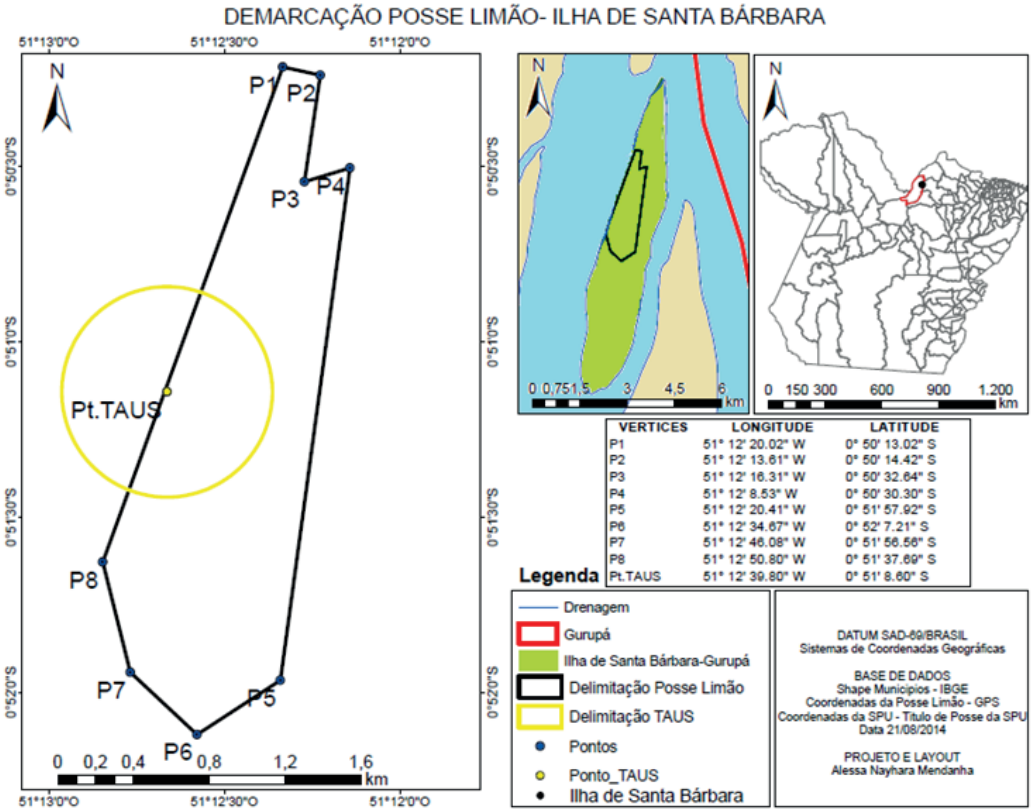
Gurupá: Taus emitidos e demais ações de reconhecimento territorial



ANEXO C

MAPA C.1

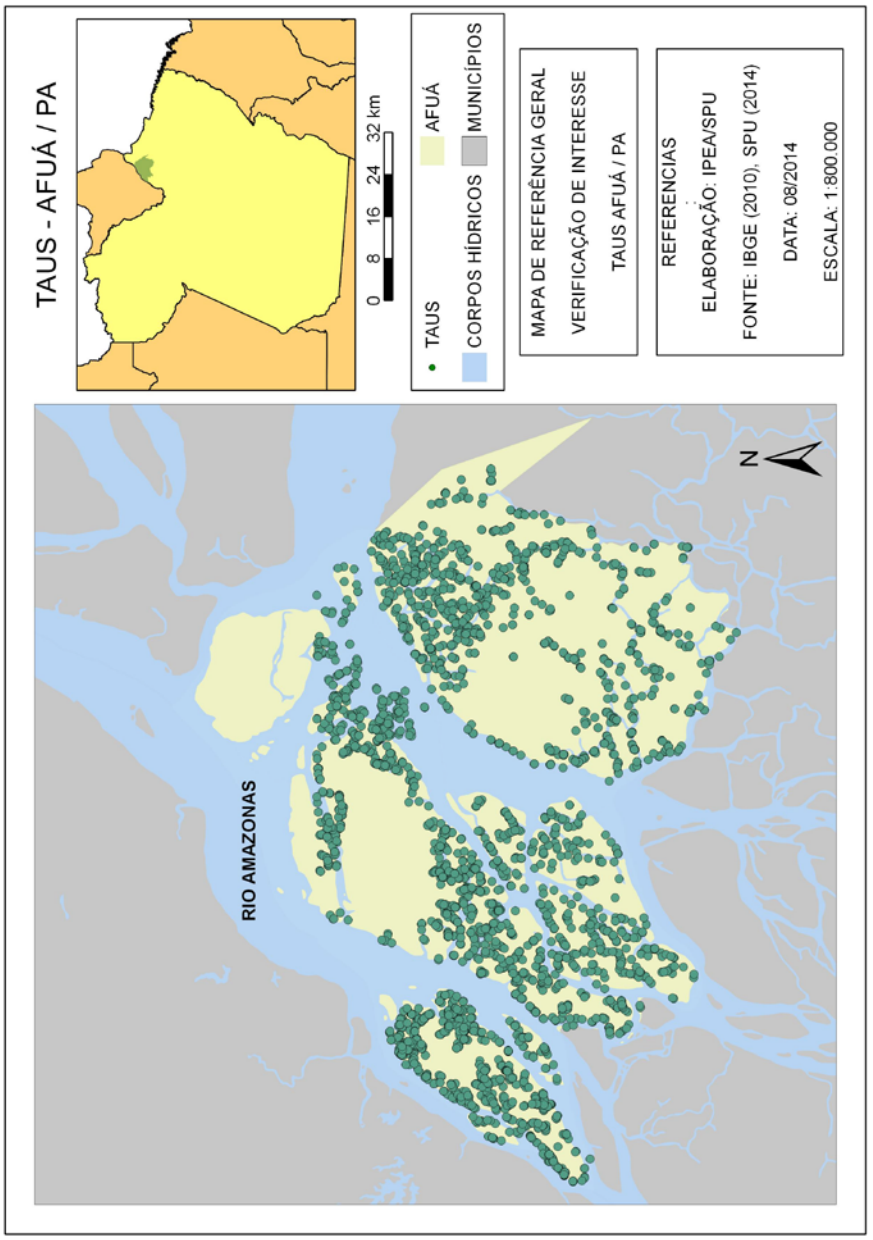
Gurupá: Ilha de Santa Bárbara – Posse do Limão



ANEXO D

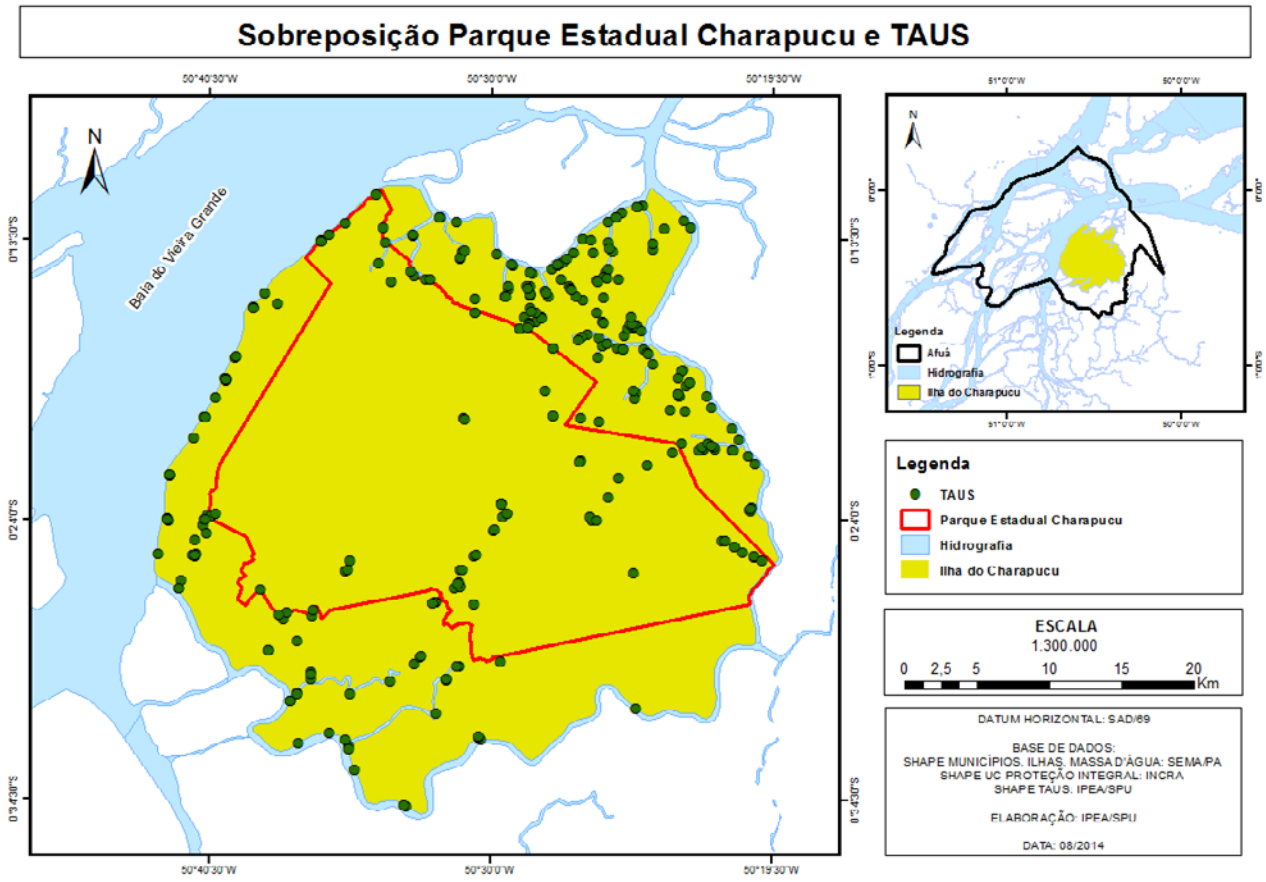
MAPA D.1

Afuá: Taus emitidos



ANEXO E

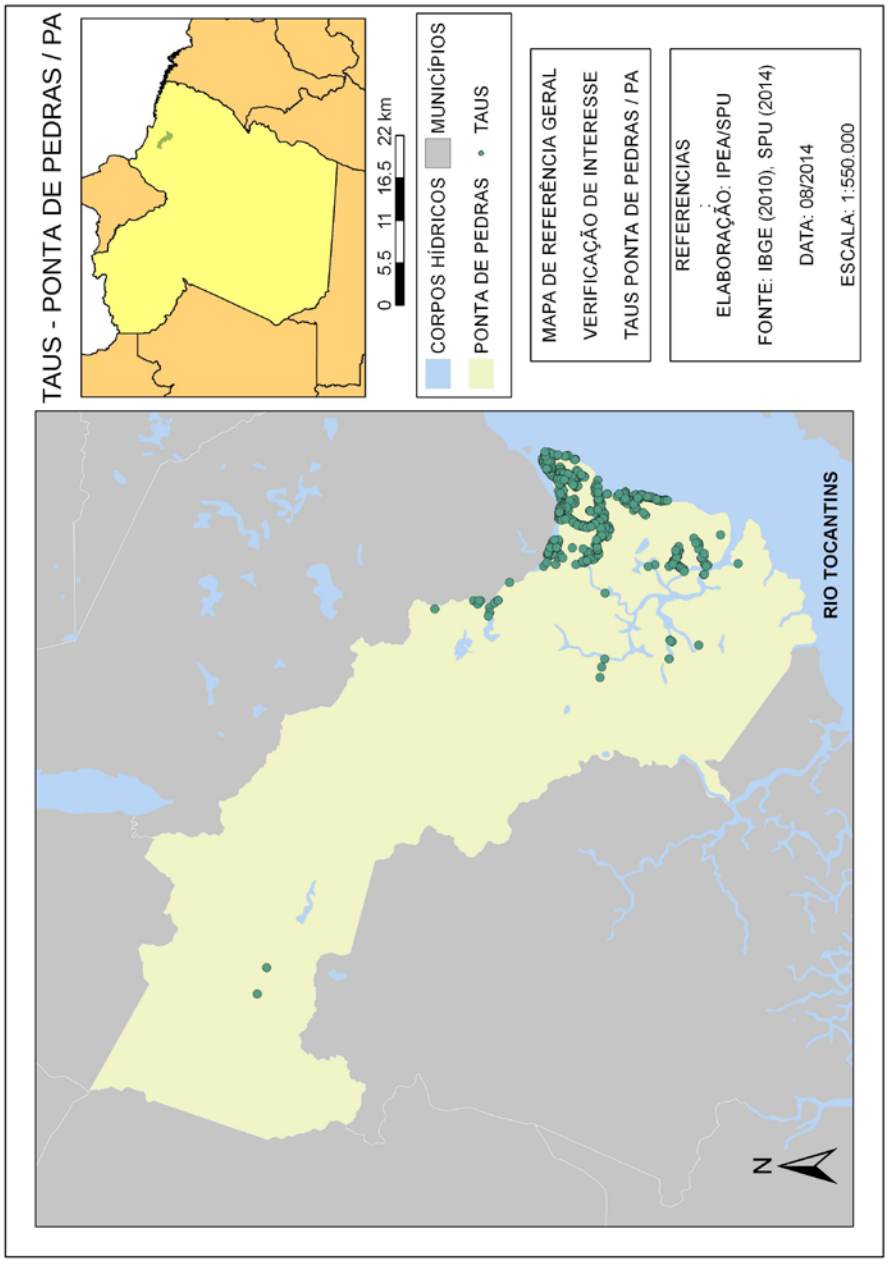
MAPA E.1
Afuá: Parque Estadual Charapucu e Taus



ANEXO F

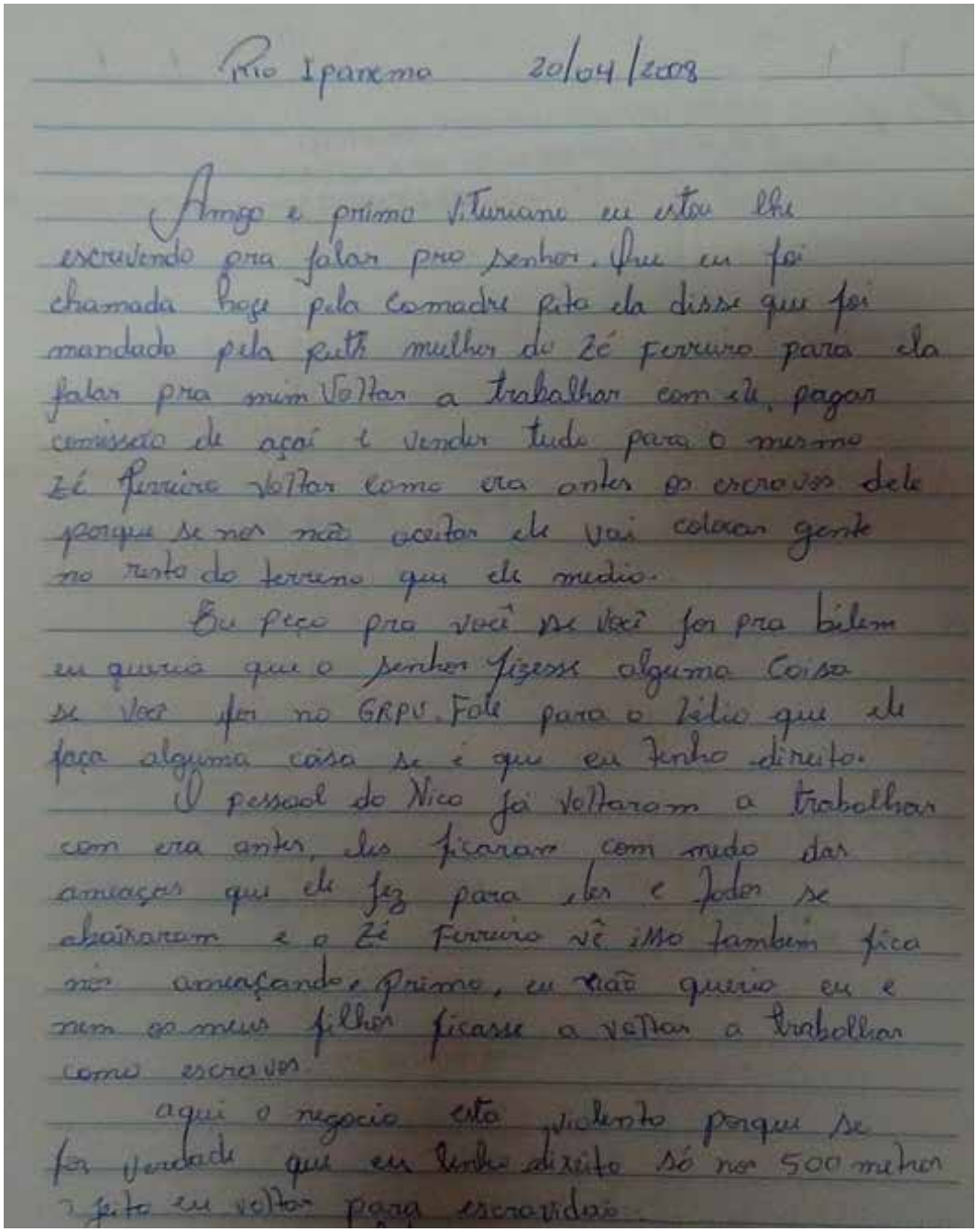
MAPA F.1

Ponta de Pedras: Taus emitidos



ANEXO G

Afuá: carta de ribeirinha



Rio Ipanema 20/04/2008

Amigo e primo V. Turiano eu estou lhe escrevendo era falar pro senhor. Que eu foi chamada hoje pela Comadre Rita ela disse que foi mandado pela Ruth mulher do Zé Ferreira para ela falar pra mim Voltar a trabalhar com ele, pagar comissão de açaí e vender tudo para o mesmo Zé Ferreira Voltar como era antes os escravos dele porque se nos não aceitar ele vai colocar gente no resto do terreno que ele mudo.

Eu peço pra você se você for pra Belém eu queria que o senhor fizesse alguma Coisa se Você for no GRPU. Fale para o Zélio que ele faça alguma coisa se é que eu tenho direito.

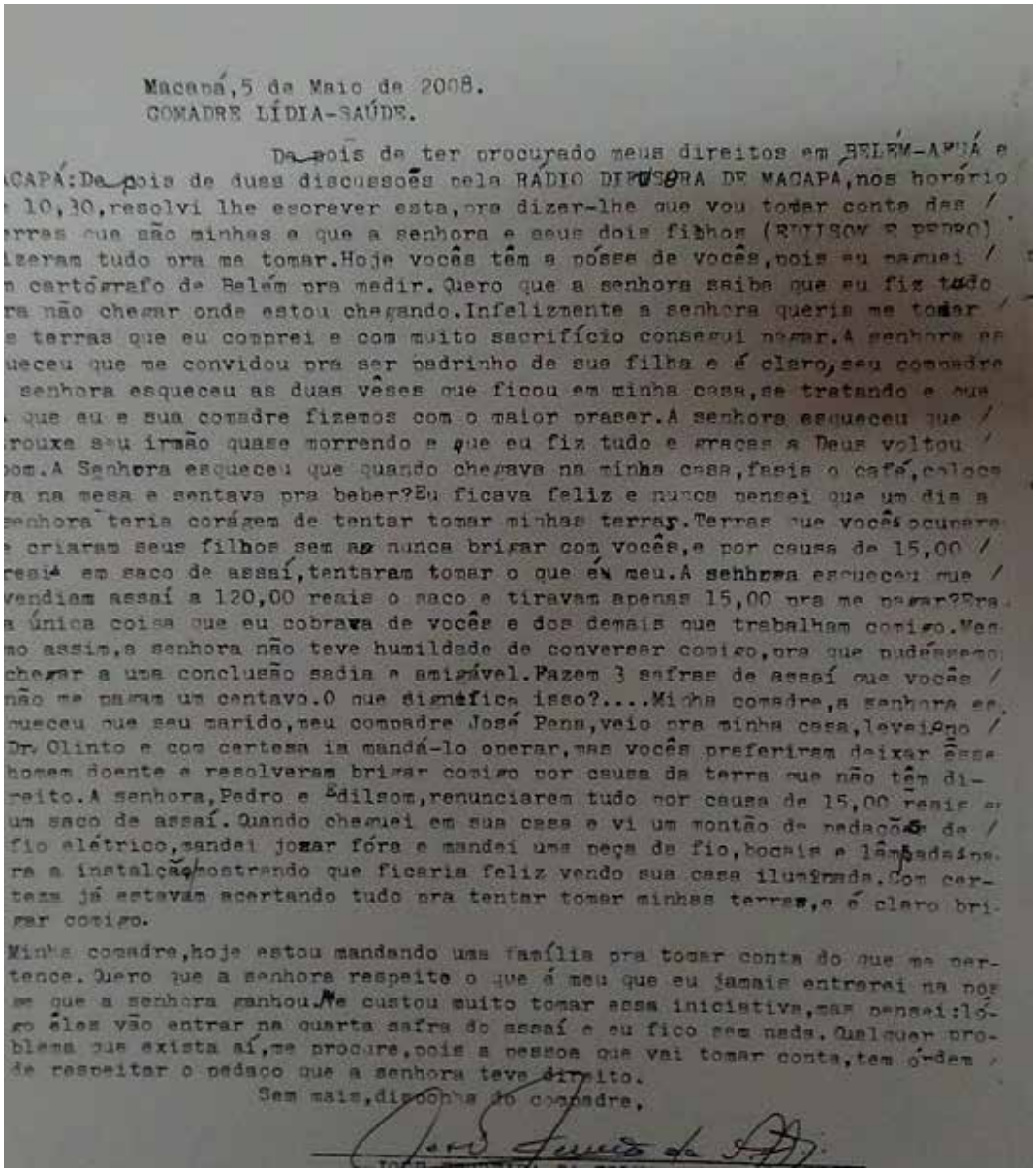
O pessoal do Nico já voltaram a trabalhar com era antes, eles ficaram com medo das ameaças que ele fez para eles e todos se acalmaram e o Zé Ferreira vê isso também fica nos ameaçando. Primo, eu não queria eu e nem os meus filhos ficasse a voltar a trabalhar como escravos

aqui o negocio esta violento porque se for verdade que eu tenho direito só nos 500 melhor é pra eu voltar para escravidão.

Obs.: A imagem está reproduzida conforme o original fornecido pelos autores (nota do Editorial).

ANEXO H

Afuá: carta de patrão



Macapá,5 de Maio de 2008.
COMADRE LÍDIA-SAÚDE.

Depois de ter procurado meus direitos em BELÉM-AFUÁ e
MACAPÁ:Depois de duas discussões pela RÁDIO DIFUSORA DE MACAPA,nos horário
s 10,30,resolvi lhe escrever esta,pra dizer-lhe que vou tomar conta das /
terras que são minhas e que a senhora e seus dois filhos (RUILSON E PEDRO)
fizeram tudo pra me tomar.Hoje vocês têm a pósse de vocês,pois eu paguei /
o cartógrafo de Belém pra medir. Quero que a senhora saiba que eu fiz tudo
pra não chegar onde estou chegando.Infelizmente a senhora queria me tomar /
as terras que eu comprei e com muito sacrifício consegui pagar.A senhora es
queceu que me convidou pra ser padrinho de sua filha e é claro,seu comadre
a senhora esqueceu as duas vêses que ficou em minha casa,se tratando e que
o que eu e sua comadre fizemos com o maior prazer.A senhora esqueceu que /
trouxe seu irmão quase morrendo e que eu fiz tudo e graças a Deus voltou /
bom.A Senhora esqueceu que quando chegava na minha casa,fazia o café,coloca
va na mesa e sentava pra beber?Eu ficava feliz e nunca pensei que um dia a
senhora teria corágem de tentar tomar minhas terras.Terras que vocês ocuparam
e criaram seus filhos sem ao menos brigar com vocês,e por causa de 15,00 /
reais em saco de assaí,tentaram tomar o que é meu.A senhora esqueceu que /
vendiam assaí a 120,00 reais o saco e tiravam apenas 15,00 pra me pagar?Pra
a única coisa que eu cobrava de vocês e dos demais que trabalham comigo.Mes
mo assim,a senhora não teve humildade de conversar comigo,pra que pudéssemos
chegar a uma conclusão sadia e amigável.Fazem 3 safras de assaí que vocês /
não me pagam um centavo.O que significa isso?....Minha comadre,a senhora es
queceu que seu marido,meu comadre José Penna,veio pra minha casa,levei-o /
Dr. Olinto e com certeza ia mandá-lo operar,mas vocês preferiram deixar êsse
homem doente e resolveram brigar comigo por causa da terra que não têm di-
reito.A senhora,Pedro e Edilsom,renunciaram tudo por causa de 15,00 reais e
um saco de assaí. Quando cheguei em sua casa e vi um montão de pedaços de /
fio elétrico,sandei jogar fóra e mandei uma peça de fio,bocais e lâmpadas pa
ra a instalação,mostrando que ficaria feliz vendo sua casa iluminada.Com cer-
teza já estavam acertando tudo pra tentar tomar minhas terras,e é claro bri-
gar comigo.

Minha comadre,hoje estou mandando uma família pra tomar conta do que me per-
tence. Quero que a senhora respeite o que é meu que eu jamais entrarei na por
que a senhora ganhou.Me custou muito tomar essa iniciativa,mas pensei:lá-
go êles vão entrar na quarta safra do assaí e eu fico sem nada. Qualquer pro-
blema que exista aí,se procure,pois a pessoa que vai tomar conta,tem ôrdem /
de respeitar o pedaço que a senhora teve direito.

Sem mais,disponha do comadre,

Obs.: A imagem está reproduzida conforme o original fornecido pelos autores (nota do Editorial).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca
Thais da Conceição Santos Alves (estagiária)
Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração eletrônica
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna

Capa
Andrey Tomimatsu

The manuscripts in languages other than
Portuguese published herein have not been proofread

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/14,5 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão**